

**PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO RIO GRANDE DO SUL
FACULDADE DE SERVIÇO SOCIAL
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL
DOUTORADO EM SERVIÇO SOCIAL**

**O PROLONGAMENTO DA JORNADA DE TRABALHO E A
DUPLA SUBORDINAÇÃO CONTEMPORÂNEA
estudo junto aos trabalhadores da iniciativa privada
em educação da cidade de Pelotas, RS**

JAIRO DIAS NOGUEIRA

Porto Alegre, 2007

JAIRO DIAS NOGUEIRA

**O PROLONGAMENTO DA JORNADA DE TRABALHO E A
DUPLA SUBORDINAÇÃO CONTEMPORÂNEA**
estudo junto aos trabalhadores da iniciativa privada
em educação da cidade de Pelotas, RS

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, como requisito parcial à obtenção do título de Doutor em Serviço Social.

Orientadora: Professora Doutora Jussara Maria Rosa Mendes

Porto Alegre, 2007

JAIRO DIAS NOGUEIRA

**O PROLONGAMENTO DA JORNADA DE TRABALHO E A
DUPLA SUBORDINAÇÃO CONTEMPORÂNEA**
estudo junto aos trabalhadores da iniciativa privada
em educação da cidade de Pelotas, RS

Conceito final _____

Aprovado em ____ de _____ de ____

Banca Examinadora

Professor Doutor Gomercindo Ghiggi

Professor Doutor Jabr Hussein Deeb Haj Omar

Professora Doutora Jane Cruz Prates

Orientadora – Professora Doutora Jussara Maria Rosa Mendes

Professor Doutor Paulo Peixoto de Albuquerque

AGRADECIMENTOS

Por mais que tentasse, não conseguiria enumerar e lembrar de todas as pessoas que partilharam comigo do longo período de vôo livre. Com certeza, não poderia enumerar quantos chimarrões sorvidos em manhãs lindas, nubladas ou nebulosas; quantas músicas ouvidas, no silêncio das salas de estudo; quantas falas solitárias, enunciadas entre paredes; quantas madrugadas sonolentas amanheciam entre sol, chuva ou nuvens.

Vivenciei, como nunca, a palavra “quase”. Quase não agüentei, quase desisti, quase minha esposa e filhos não suportavam mais. Quase perdi amigos e colegas, com esse “negócio” de querer falar em “tese” nas noites de cerveja, churrasco e botequim. Para chegar, prolonguei trabalho, intensifiquei ações, serviço e vida.

Nesse movimento, amadureci, fiquei mais místico, mais solto, mais rebelde. Vi que a vida só tem sentido, se for realmente “vívida”. Senti que a construção de uma tese é um exílio na pátria da “gente mesmo”. É vôo livre, num espaço sem muito espaço. É percorrer caminhos, de idas e de voltas. Nesse imensurável quebra-cabeça, juntei peças e lembranças, projetei sonhos e utopias, tive medos, receios, bem como, certezas e desafios. Nesse andejar solitário, lembrei-me, também, dos que transcenderam a temporalidade (pai, mãe, irmãos).

Entretanto, paira a certeza de que a materialidade, que se faz presente, é vida, é história, é cotidiano. Nele, transitaram muitas pessoas, de tal forma que se tornou impossível enumerá-las ou citá-las todas. Cada um (a), na sua particularidade, é parte do todo deste trabalho.

Para vocês, que estiveram mais perto, meu **reconhecimento** e meu mais sincero **agradecimento**.

Para minha esposa, Régia Maria, não existem palavras que expressem, na plenitude, tua presença. Sou o que sou, estou onde estou, porque estás comigo. Qualquer conquista é nossa!

Marília, Felipe e Marcos, meus filhos, partes fundamentais da minha vida. Ela só tem sentido com vocês.

À professora Dra. Jussara Maria da Rosa Mendes, orientadora, companheira, no sentido mais amplo da palavra, a mestra amiga, que, nos momentos difíceis, proporcionou-me, além de ensinamentos, muitas reflexões de vida... Meu sincero reconhecimento.

Aos professores da Escola de Serviço Social da Universidade Católica de Pelotas, agradeço a atenção e incentivo à conclusão desta nova etapa de formação. Agradeço, em especial, à professora Dra. Vini Rabassa da Silva, que, além de amiga, é exemplo digno de profissional a ser seguido.

Ao professor Dr. Paulo Albuquerque, exemplo de competência, agilidade e, acima de tudo, um guerreiro na vida e na luta.

À professora Dra. Jane Cruz Prates, que me instigou à reflexão sobre minhas inquietações e que partilhou e mostrou caminhos. O convívio, mais direto, proporcionou-me admirá-la como pessoa e profissional.

Ao professor Dr. Gomercindo Ghiggi, de quem fui aluno no Curso de Graduação em Serviço Social da Universidade Católica de Pelotas e por quem, desde então, nutro profunda admiração, devido à sua postura ética e à sua luta em busca da educação crítica e popular.

Ao professor Dr. Seno Cornely, profissional que considero ser uma das histórias mais bonitas do Serviço Social do Rio Grande do Sul, que se fez meu padrinho e me tem dado alento na jornada, minha admiração e reconhecimento.

À minha família e, principalmente, ao meu irmão Antônio Nogueira, que sempre esteve muito próximo, e ao Rui Marcílio Domingues, que se fez irmão na trajetória da vida, nos bons e maus momentos, a certeza da continuidade da caminhada fraterna.

Além das pessoas acima citadas, estiveram mais próximos e trilharam comigo: professor Círio Almeida e Hilda Volcan, professora Maria Laura Brenner de Moraes, Família Sacramento, Família Martim, Maria Alves, Marialva Colvara (minha sogra), João Idelfonso Tavares, Marcos Português, Carlos Andrade, professora Sonia Viana, Neida Goulart, tia Cibele Colvara, compadres e afilhados(as).

Aos professores e professoras que se disponibilizaram a partilhar comigo o “revelar” relativo ao prolongamento da jornada de trabalho, que vivenciaram, de modo compartilhado, esta pesquisa, no decorrer desses anos. Tenho certeza de que o trabalho só foi possível pela disponibilidade de cada um e de todos vocês. Meu muito obrigado e meu sincero agradecimento.

Transcenderam a temporalidade, mas se mantiveram vivos na lembrança, meu pai, Manoel Nogueira; minha mãe, Irene Dias Nogueira; meus irmãos Francisco e Manoel Nogueira; minha avó, Maria Basílicia Dias Barcelos; Eva e Osvaldo Teixeira; Diná Salóes, Julieta Britto, Wilson Pessoa e meu sogro, João Tavares.

Aos companheiros do Sindicato dos Trabalhadores em Administração Escolar, no RS – SINTAE e Sindicato dos Professores Particulares do RS – SIMPRO/RS, meus agradecimentos.

O PÃO DE CADA DIA

*Que o pão encontre na boca
O abraço de uma canção
inventada no trabalho
Não a fome fatigada
de um suor que corre em vão*

*Que o pão do dia não chegue
sabendo a resto de luta
e a troféu de humilhação
Que o pão seja como flor
festivamente colhida
por quem deu ajuda ao chão*

*Mais do que flor, seja o fruto
nascendo límpido e simples
sempre ao alcance da mão
Da minha e da tua mão*

(THIAGO DE MELLO)

RESUMO

Esta tese analisa a situação dos trabalhadores da educação da cidade de Pelotas, RS, que, após terem cumprido uma jornada legal de trabalho, prolongam-na com horas extras. Atualmente, os trabalhadores dessa categoria profissional, além de ter um contrato formal, vêm incorporando, de forma eventual ou permanente, uma carga horária maior, para garantir sua sobrevivência ou manter seu *status quo*. A situação de crise, vivenciada pela classe trabalhadora nas últimas décadas, tem gerado uma realidade de desemprego, subemprego e insegurança. A opção pela extensão da jornada está relacionada a algumas implicações: a busca da manutenção do padrão de vida e acesso a bens de consumo modernos; aumento da carga horária de trabalho, após o período legal, com geração de mais desemprego; sobrecarga de trabalho, gerando problemas sociais e de saúde na vida desses trabalhadores, como cansaço, irritação, estresse, perda do convívio familiar. Para este estudo, busquei referências na obra de Marx e de alguns autores contemporâneos, que tratam da temática. Metodologicamente, escolhi 13 (treze) professores, que prolongam a jornada de trabalho, são profissionais que exercem lideranças na educação e em suas áreas específicas. Optei por abordagens qualitativas, dando ênfase à história de vida e à oralidade. As entrevistas realizadas partem da preocupação quanto ao aumento da carga horária, porque ela vem, gradativamente, incorporando-se ao cotidiano desses profissionais. A pesquisa revelou, também, que esses profissionais se voltam, constantemente, aos valores do passado, como forma de referir aspectos vividos, enquanto se mantêm preocupados e inseguros em relação ao presente e ao futuro. A busca de uma vida com mais qualidade pressupõe o rompimento com essa situação que vem alienando e oprimindo, cada vez mais, a classe trabalhadora docente, assim como acontece com os demais trabalhadores. É necessário, pois, uma postura crítica e de enfrentamento para com essa realidade, uma vez que existe um ocultamento e uma absorção silenciosa de intensificação e incorporação de mais trabalho. A perspectiva de ruptura com essa situação encontra-se na organização social e sindical desses profissionais, para que possam identificar as reais conseqüências dessas assimilações contemporâneas, maculadas sob o fetiche da qualidade de vida.

Palavras-chave: Trabalho docente. Prolongamento da jornada. Qualidade de vida.

ABSTRACT

This thesis examines the situation of education workers of Pelotas, RS, which, having completed a journey of legal work, prolonging it with extra hours. Currently, workers of this professional category, in addition to having a formal contract, are incorporating in order possible or permanent, a more hours to ensure their survival or maintain their *status quo*. The situation of crisis, living by the working class in recent decades, has generated a reality of unemployment, underemployment and insecurity. The option for extending the journey is linked to some implications: the search for the maintenance of the standard of living and access to products of modern consumption, increased hours of work, after the legal period, with generation of more unemployment; overload of work, generating social problems in the life and health of these workers, such as tiredness, irritation, stress, loss of family conviviality. For this study, sought references in the works of Marx and some contemporary authors, which deal with the issue. Using methodology, chose thirteen (13) teachers, which prolong the day of work, are professionals who exercise leadership in education and in their specific areas. I opted by qualitative approaches, emphasizing the history of life and oral. The interviews conducted from the concern about the increase in working hours, because she comes, gradually, incorporating itself to the daily life of these professionals. The survey revealed, too, that these professionals turn, constantly, to the values of the past, as a way to say things experienced while still worried and insecure in relation to the present and the future. The search of a life with more quality requires the breaking with this situation that comes alienating and oppressing, increasingly, the working class teacher as well as with the other workers. It is necessary, therefore, a critical posture and confrontation with that reality, since there is a not revealed and an intensification of silent absorption and incorporation of more work. The prospect of breaking with this situation is in the social organization and union these professionals so that they can identify the real consequences of these contemporary assimilations, blemished under the fetish of life quality.

Keywords: Job teacher. Extended journey. Life quality.

LISTA DE SIGLAS

ADUCPEL	Associação dos Docentes da UCPEL
AFUCPEL	Associação dos Funcionários da UCPEL
ANAS	Associação Nacional dos Assistentes Sociais
APASPE	Associação dos Assistentes Sociais de Pelotas
BIRD	Banco Internacional para a Reconstrução e o Desenvolvimento
BNDS	Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
CEBES	Comunidades Eclesiais de Base
CF	Constituição Federal
CLT	Consolidação das Leis do Trabalho
CONCUT	Congresso Nacional dos Trabalhadores da CUT
CONTEE	Confederação Nacional dos Estabelecimentos de Ensino
CUT	Central Única dos Trabalhadores
DA	Diretório Acadêmico
DCE	Diretório Central dos Estudantes
DF	Distrito Federal
DIEESE	Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Sócio-Econômicos
DVD	Digital Versatile Disc
EUA	Estados Unidos da América
FEET/SUL	Federação dos Trabalhadores em Estabelecimentos de Ensino do Estado do Rio Grande do Sul
FHC	Fernando Henrique Cardoso
FMI	Fundo Monetário Internacional
FNDE	Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação
IES	Instituições de Ensino Superior
LATTES	Plataforma Lattes
LDB	Lei de Diretrizes e Base

MG	Minas Gerais
PUC/RS	Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul
QVT	Qualidade de Vida no Trabalho
RS	Rio Grande do Sul
SINAES	Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior
SINEP	Sindicato das Escolas Particulares do RS
SINPRO	Sindicato dos Professores Particulares do RS
SINTAE	Sindicato dos Trabalhadores em Administração Escolar do RS
SP	São Paulo
TCC	Trabalho de Conclusão de Curso
UFPEL	Universidade Federal de Pelotas
UNESCO	Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura
WHOQOL	Versão em Português dos Instrumentos de Avaliação de Qualidade de Vida

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	14
1 AS TRANSFORMAÇÕES DO TRABALHO E SEUS REBATIMENTOS NA AÇÃO DOCENTE	19
1.1 Os paradoxos do processo de trabalho e as conotações que induzem ao prolongamento da jornada	28
1.2 Os paradoxos da flexibilização produtiva a partir da sociedade salarial	33
1.3 O paradoxo da intensificação do trabalho docente no Brasil a partir das reformas educacionais dos anos de 1990	40
1.3.1 <i>O fetiche da qualidade de vida a partir da intensificação e do prolongamento da jornada de trabalho</i>	<i>48</i>
1.3.2 <i>A qualidade de vida no trabalho – o fetiche do riso e da dor</i>	<i>53</i>
1.4 A normatização do trabalho docente no Brasil e os rebatimentos na ação docente	59
1.4.1 <i>Os rebatimentos da normatização do trabalho docente no Brasil</i>	<i>59</i>
1.4.2 <i>A realidade obscura da jornada de trabalho</i>	<i>64</i>
1.4.3 <i>O processo da diminuição da jornada de trabalho no Brasil a partir de 1970 e o reflexo na área educacional</i>	<i>69</i>
1.4.4 <i>A materialização eventual e permanente do trabalho executado pelos docentes da UCPel</i>	<i>70</i>
2 AS ORIGENS E OS PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS DA PESQUISA	78
2.1 Contextualizando a origem da pesquisa – estudo sobre os trabalhadores em educação do ensino privado com ênfase nos professores da UCPel	78
2.2 As questões norteadoras e objetivos da pesquisa	81
2.3 Opção pela pesquisa qualitativa	84
2.4 Os sujeitos pesquisados e o local da realização da pesquisa	91
2.5 A execução da pesquisa	96
2.6 Os caminhos percorridos – estratégia metodológica	98
2.6.1 <i>Primeira micro-temporalidade (aproximação)</i>	<i>100</i>
2.6.2 <i>Segunda micro-temporalidade (intermediária)</i>	<i>100</i>
2.6.3 <i>Terceira micro-temporalidade (inserção)</i>	<i>101</i>

3 AS MANIFESTAÇÕES DO TRABALHO PROLONGADO DE FORMA PERMANENTE E EVENTUAL DOS DOCENTES DA UCPel	103
3.1 A incorporação do prolongamento da jornada permanente	105
3.2 A dupla subordinação expressa nas necessidades cotidianas dos trabalhadores em educação da UCPel	109
3.2.1 <i>As necessidades da dupla subordinação</i>	109
3.2.2 <i>As necessidades de manter o nível de vida possibilitado pela família no decorrer dos anos</i>	110
3.2.3 <i>Necessidade de incorporar novos bens de consumo</i>	111
3.2.4 <i>Necessidade gerada pelo momento histórico</i>	112
3.3 O dizível e o não dizível – as manifestações do prolongamento da jornada através da fala	114
3.3.1 <i>A fala que manifesta as expressões do cotidiano</i>	114
3.3.2 <i>Narrativas, contradições e vivências – o visível e o não visível</i>	115
CONCLUSÕES	124
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	131

INTRODUÇÃO

Este estudo expressa um caminhar e uma busca incessante de conhecimento sobre a realidade dos trabalhadores em educação que, no decorrer de suas vidas, passam a intensificar e prolongar suas jornadas de trabalho. Para cumprir com tal propósito, analiso a situação de vida e de trabalho dos docentes do ensino privado de Pelotas, Rio Grande do Sul, com ênfase na Universidade Católica de Pelotas.

Esses profissionais, ao resolverem impor a si mais trabalho, fazem-no em decorrência de estratégias de sobrevivência pessoal e familiar. Isso gera conseqüências que se refletem diretamente nas ações do cotidiano e na qualidade de vida, pessoal e familiar. A escolha dessa categoria profissional deveu-se à possibilidade de envolver, neste estudo, pessoas que, tendo vínculo empregatício formal, incorporam outros trabalhos ou atividades remuneradas de forma eventual ou permanente.

A temática foi escolhida, porque se encontra ligada diretamente à minha história pessoal e profissional, inicialmente vinculada aos movimentos progressistas da Igreja Católica e, posteriormente, junto aos movimentos sociais, populares e sindicais vinculados à área da educação.

O prolongamento e a intensificação da jornada de trabalho estão presentes na agenda das políticas sociais do País, principalmente, nos debates e embates dos sindicatos, expressos nas cláusulas dos acordos coletivos de trabalho, bem como nos congressos nacionais que têm sido promovidos pela Central Única de Trabalhadores – CUT – e Força Sindical, pela Federação dos Trabalhadores em Estabelecimentos de Ensino do Estado do Rio Grande do Sul – FETEE/SUL – e pela Confederação Nacional dos Trabalhadores em Estabelecimentos de Ensino -

CONTEE, representando, pois, essa temática um desafio, tanto para o Governo quanto para a sociedade.

Apesar da mobilização por parte de alguns Sindicatos, Federações e Confederações educacionais, o exercício do prolongamento e da intensificação do trabalho continua sendo detectada de maneira empírica e generalizada, evidenciando que a ocorrência desse fato, no Brasil, está muito aquém de ser solucionada.

Nessa perspectiva, sendo o prolongamento da jornada de trabalho um fenômeno crescente e de extrema relevância na contemporaneidade, considere que abordar essa temática e sua relação com o cotidiano apresenta-se como possibilidade de analisar as relações entre capital-trabalho-educação, revisando categorias e representações sociais que, historicamente construídas, fazem-se presentes e permanecem dominantes na realidade brasileira até os dias atuais.

Escolhi, como referência básica para o desenvolvimento deste estudo, os trabalhos de Karl Marx (1989) e Friedrich Engels (1985), analisados por intelectuais contemporâneos em relação à nova organização social emergente do processo de industrialização do sistema de produção capitalista, procurando identificar como se estabelece a relação do capital com o prolongamento da jornada de trabalho, mediando-a com a categoria dos trabalhadores em educação.

Uma situação paradoxal, identificada empiricamente, tem-me sensibilizado: enquanto cresce o número de desempregados no País, aumenta, igualmente, o número de pessoas que, na expectativa de manter ou conquistar um melhor padrão de vida, prolonga, consideravelmente, sua jornada de trabalho, comprometendo, conseqüentemente, as relações pessoais e familiares. Por conseguinte, que qualidade de vida consegue um indivíduo que necessita trabalhar três turnos? Que condições físicas e de tempo lhe restam para atender outros anseios e aspirações?

Além desse aspecto e do possível adoecimento ou maior risco de adoecimento, sem dúvida essa precariedade de condições reduz a qualidade dos produtos do trabalho. Entretanto, a lógica do empreendedorismo requer resultados econômicos, e não qualitativos.

Evidentemente, tratar do cotidiano e do padrão de vida das pessoas implica inquirir sobre suas necessidades e/ou concepção de necessidades que privilegiam.

Concomitantemente, embrenhei-me na perspectiva de conhecer a complexidade do mundo desses trabalhadores.

Nos debates atuais, nos quais é comum discutir globalização, precarização do mundo do trabalho, em que o surgir de um novo reordenamento mundial sob o comando e a determinação de países desenvolvidos, como Estados Unidos, Japão, Inglaterra, Alemanha, entre outros, torna-se presente, quando se fala sobre um trabalho, percebo que milhares de pessoas intensificam e prolongam suas jornadas revolução tecnológica acelerada, com a conseqüente eliminação de postos de trabalho.

A compreensão desse fenômeno, inserido no atual contexto histórico, reproduz, nas relações do cotidiano, um fetiche sobre qualidade de vida. Um estudo aprofundado possibilita ver melhor a sociedade contemporânea, apesar dos ciclos e modismos. E, embora essa busca do compreender efetue-se somente com um pequeno número de trabalhadores da área educacional da Universidade Católica de Pelotas – UCPel, estarei capacitando-me e produzindo conhecimento, para melhor entender à complexidade do prolongamento da jornada de trabalho e de sua relação contraditória com o capital.

Atualmente, o prolongamento da jornada de trabalho atinge uma dimensão macrossocial e correlaciona-se com as condições vividas pelos trabalhadores da educação, compreendendo não só o que diz respeito ao poder aquisitivo, mas também a outras variáveis que perpassam a qualidade de vida, tais como: convivência grupal e familiar, tempo para lazer, melhor trato com a saúde.

Assim, a presente tese tem como ponto de partida, a problematização de que o prolongamento da jornada no contexto dos trabalhadores da educação encobre uma realidade complexa e obscura. Os professores, ao assimilarem o prolongamento e a intensificação da jornada de trabalho, passam a incorporar tal procedimento como natural. Esses profissionais estão predispostos a garantir *status* social e econômico, ao mesmo tempo, que mantêm limitações com o convívio familiar, revelando a não preocupação com as questões da saúde. Esse cenário implica a capacidade produtiva desses profissionais e o não reconhecimento ou a negação dos riscos decorrentes dessa incorporação.

Desse modo, tenho, como primeiro pressuposto, o fato de que os processos de trabalho contemporâneos induzem ao mais trabalho, numa sociedade centrada na base contratual e salarial. O segundo pressuposto envolve um fetiche sobre qualidade de vida.

O objetivo central da pesquisa, portanto, foi o de investigar a realidade dos professores que prolongam ou intensificam a jornada de trabalho e as expressões decorrentes desse procedimento.

A pesquisa teve, como universo os professores da Universidade Católica de Pelotas – UCPel. A Universidade, situada em Pelotas, na Região Sul do Rio Grande do Sul, constitui-se como um dos pólos educacionais mais importantes da região.

A temática percorre a compreensão de que o prolongamento da jornada de trabalho transforma-se num terreno de permanente contradição entre capital e trabalho. As manifestações de descompromisso com os trabalhadores em educação, materializada nos processos produtivos retratadas nas últimas décadas do século passado e início do século XXI, secundarizam o papel do ser humano em detrimento do capital, considerando-se que o prolongamento da jornada de trabalho contemporâneo subordina os trabalhadores em educação, através do fetiche da melhor qualidade de vida.

Apresento este estudo em três capítulos: no primeiro, situo o fluxo das configurações societárias, nas quais investigo os paradoxos do processo de trabalho e as conotações que induzem os trabalhadores da educação ao prolongamento da jornada, perpassando a flexibilização produtiva da sociedade salarial, a intensificação do trabalho e o fetiche da qualidade de vida.

No segundo capítulo, analiso as origens e procedimentos metodológicos da pesquisa: contextualização, questões norteadoras e objetivos, os sujeitos pesquisados e o local de realização e execução da pesquisa, bem como a opção pela pesquisa qualitativa.

O terceiro capítulo trata das questões que envolvem a jornada e a carga horária de trabalho, percorrendo o rebatimento da normalização, a ocultação das normas e o paradoxo da diminuição da jornada de trabalho. Abordo, também, a incorporação do prolongamento da jornada eventual e permanente, a dupla subordinação expressa nas necessidades cotidianas.

A partir, então, da particularidade de uma Universidade que é referência no contexto da Região Sul do Rio Grande do Sul, ainda no terceiro capítulo, exponho os dados da pesquisa e a expressão dos trabalhadores, analisando o dizível e o não dizível, centrando as temporalidades manifestadas pelos pesquisados, com base no contexto sócio-histórico.

Por fim, é imprescindível dizer da consciência que tenho de que os paradoxos estudados e apresentados são construtos de processos importantes na vida desses trabalhadores pesquisados e dos demais que prolongam a jornada de trabalho, geradores de indagações, inquietações, alegrias, perspectivas, assim como inconformismo.

Procurro perpassar todos os momentos da tese, apresentando as conclusões finais fundamentado na revisão bibliográfica realizada, nos objetivos propostos e na discussão dos dados obtidos junto aos trabalhadores e entidades educacionais de Pelotas e do RS. Esse fenômeno será denominado de **dupla subordinação ao trabalho contemporâneo**.

1 AS TRANSFORMAÇÕES DO TRABALHO E SEUS REBATIMENTOS NA AÇÃO DOCENTE

Tire o seu sorriso do caminho que eu quero passar com a minha dor [...]
(A Flor e o Espinho – NELSON CAVAQUINHO)

Este capítulo, no seu conjunto, busca situar e introduzir a temática e o traçado da tese que pretendo desenvolver. Para tal, investigo alguns paradoxos norteadores do prolongamento da jornada de trabalho mais amplo em relação à ação docente.

O olhar crítico dirigido aos diferentes períodos da história possibilita-me adentrar e compreender as principais transformações e contradições ocorridas ao longo dos tempos. Entretanto, cada momento registra suas particularidades, muitas delas centrada no desenvolvimento tecnológico.

O século XXI chegou trazendo uma gama imensurável de tecnologias respaldada na nova etapa de acumulação do capital. Nesse sentido, o trabalho vai se consolidando, fundamentalmente, no final do século XIX, tendo, como configuração ao longo do século XX, um crescimento na absorção da mão-de-obra. Isso se dá, também, pela articulação e organização dos trabalhadores na luta por melhores condições de trabalho.

As revelações sobre esse contexto vêm sendo retratadas na arte, na música, na literatura, nas diferentes expressões populares. Todavia, a postura histórica tem induzido muito mais a compreensão da diferença entre os opostos. Desse modo, permito-me utilizar alguns fragmentos poéticos para dar seqüência ao estudo: “[...] a flor e o espinho¹” se

¹ *Nelson Cavaquinho*

constituem numa única flor. São indissociáveis, assim como trabalho/prazer/sofrimento/qualidade de vida/cotidiano”. Lefebvre (1991, p. 207) complementa: “[...] os seres são simultaneamente causa e fim uns dos outros, determinando-se reciprocamente”.

Assim, a existência humana, expressada nas diferentes manifestações, reflete as mudanças nos paradigmas técnico-produtivos que repercutem nas relações e nos processos de trabalho.

Marx (1989) amplia o conceito de trabalho para o processo de trabalho que reproduz valor. Entretanto, reitera que isso é uma forma exclusivamente humana, na qual o indivíduo interage diretamente com a natureza, dando um sentido útil à vida humana. Ocorre que a organização social capitalista, forjada, fundamentalmente, na propriedade privada dos meios de produção, tem obstruído o pleno desenvolvimento dos seres humanos, uma vez que as atividades desenvolvidas pelos mesmos geram subordinação do produtor ao produto do seu trabalho.

Nessa ótica, é impossível construir qualquer conhecimento objetivo, desvinculando o indivíduo da totalidade social. O espinho não machuca a flor.

A análise das configurações societárias encontra-se referida, obrigatoriamente, pelos estudos feitos por Marx (1989) que, no seu tempo, elucidou e desocultou o desenvolvimento da história, demonstrando que a mesma é determinada pelos conflitos decorrentes da relação capital *versus* trabalho decorrente de um processo histórico.

A nova organização social, que emerge do processo de industrialização do sistema de produção capitalista, retrata, através da relação que o capital estabeleceu com a força de trabalho, o caráter da exploração capitalista, procurando identificar como se dá a produção da vida humana na forma social do capital.

Embora a mais significativa produção de Marx tenha sido produzida no momento em que o operariado industrial era a grande novidade, sendo o setor industrial o que mais utilizava a mão-de-obra operária, o fato de hoje essa classe trabalhadora/operária industrial ser bem menor, não significa que a teoria sobre as

“Tire o seu sorriso do caminho, que eu quero passar com a minha dor. Hoje pra você eu sou espinho. Espinho não machuca a flor. Eu só errei quando juntei minh'alma a sua. O sol não pode viver perto da lua”.

relações entre capital e trabalho tenha perdido sentido. Pelo contrário, se pode questionar se muda alguma coisa o fato de o setor de serviço ser, atualmente, o mais representativo, em vez do setor de transformação? O que interessa é que o trabalhador continua vendendo sua força de trabalho. Assim, a importância dada ao trabalho industrial passa ao setor de serviços. Isso não significa dizer que não gerem mais-valia todos os níveis de alienação possíveis no processo de trabalho

Se, no setor industrial, a consciência dos trabalhadores é diferente em decorrência de estarem mais perto, mais diretamente vinculados à produção, não significa que, no setor de serviços, os trabalhadores não se percebam, não se reconheçam como pessoa humana. Tal fato reitera a alienação e a fragmentação da consciência coletiva pela natureza da sua produção.

Propõe-se, aqui, uma reflexão sobre algumas questões contraditórias que norteiam este estudo e estão diretamente relacionadas ao trabalho assalariado: primeiro, o mercado disponibiliza bens e produtos e fetichiza essa relação. Como diz Kosik (1995). O trabalhador assimila esse encantamento e incorpora esses bens e produtos ao seu cotidiano, nem que para isso tenha de lhe impor mais horas de trabalho, a fim de que possa adquirir o desejado. Isso se lhe aparece como qualidade de vida, uma vez que, em alguns momentos, esses produtos produzam sentimento de prazer e conforto. Na verdade, isso poderá ser uma pseudoqualidade de vida, porque lhe exigiu ampliação de sua jornada de trabalho. Segundo, ao mesmo tempo em que se possibilita esse acesso, reproduz também, sofrimento e punição expressos na ausência de tempo para cumprir com determinações emanadas do contexto da vida humana.

Essa produção é demarcada por períodos que, no movimento histórico, concentram uma constelação de variáveis que influem na vida das pessoas e, essencialmente, no cotidiano dos trabalhadores. A produção humana individual está vinculada ao mercado e dele torna-se dependente, significando que fora do mercado não existe produção de vida.

Tal fato indica que, apesar das grandes mudanças societárias, do acesso a novas tecnologias, cada vez mais, o trabalhador necessita adaptar-se ao mercado, incorporar novos instrumentos e ferramentas, impor mais trabalho ao seu cotidiano, para atender às suas necessidades que vem se alterando ao longo da história da humanidade.

Ao revelar o sentido dado pelos trabalhadores às relações que vão assumindo conformações sócio-históricas, é possível retomar o indicativo de tais temporalidades assumirem características diferentes em cada modo de produção e em cada sociedade².

Para tal, não tenho a pretensão de estabelecer unidades conceituais sobre o mundo do trabalho, mas de reiterar a fundamental importância dessa categoria para a compreensão do núcleo central deste estudo sobre o prolongamento da jornada.

Nos escritos de Marx (1989), no livro *O Capital*, o autor revela uma complexa rede de relações, assemelhando-se, em muito, ao contexto atual. Nessa obra, são destacadas, com muita contundência, a realidade e as conseqüências do trabalho na vida das pessoas.

Guardadas as especificidades das temporalidades, vários autores contemporâneos continuam registrando as semelhanças ocorridas nas relações vividas pelos trabalhadores dos séculos passados e do atual. O expressivo, no entanto, é a revelação da velocidade no processo de desenvolvimento industrial e tecnológico disponibilizado.

A criação de instrumentos tecnológicos que possibilitaram novas formas no processo produtivo e de consumo desencadeou uma série de mudanças que vieram a facilitar e aprimorar a execução do trabalho. Entretanto, mesmo com o advento das três revoluções industriais que passam a disponibilizar mecanismos facilitadores de acesso ao mercado, os trabalhadores ainda convivem com longas jornadas de trabalho, locais insalubres, falta de estrutura e de segurança e uma exploração exacerbada que não possibilita um viver com qualidade.

A história mundial é uma história de expropriação das propriedades individuais, expropriação da terra, dos instrumentos de trabalho e do próprio conhecimento. Partindo da abordagem sobre as relações do mundo em que viveu, orientado nas questões que dizem respeito ao mundo do trabalho, Marx (1989, p. 202) diz: “[...] é um processo de que participam o homem e a natureza [...]”.

² O sentido atribuído ao tempo cronológico possui características diferenciadas. As temporalidades vividas pelas pessoas, que residem no meio rural e em pequenas cidades urbanas, diferem das que residem em centros urbanos maiores. Os indivíduos desenvolvem representações sobre seus cotidianos e sobre tudo o que está a seu redor. As interações estabelecidas entre os sujeitos da própria comunidade incitam ações e reflexões sobre como agir em determinadas comunidades e sociedades.

A apropriação do homem sobre a natureza e sobre os outros homens vai dar lugar a outros modos de produção, fazendo com que o trabalhador passe a vender sua energia, seu pensamento e seu entendimento.

A exploração do trabalho humano, a qual percorre o processo histórico, está diretamente relacionada às grandes transformações do mercado demarcado a partir da Revolução Francesa. A começar de então, o pressuposto de liberdade imputado aos indivíduos lhes permite a venda da sua força de trabalho, porque isso lhes possibilita melhores condições de sobrevivência.

Entretanto, ao vender seu trabalho como mercadoria, o homem o faz no intuito de garantir a sobrevivência. Após suprir as necessidades primárias, é possível que o mesmo busque outras maneiras para viver melhor, uma vez que, conforme Marx (1989, p. 241): “A parte do seu dia de trabalho despendida para esse fim é maior ou menor segundo o valor dos meios de subsistência os quais em média necessita diariamente [...]”. A garantia da subsistência humana está demarcada na maneira como a relação capital *versus* trabalho vai-se configurando ao longo dos tempos. Isso pode ser analisado a partir do cenário de cada período do desenvolvimento das três revoluções industriais.

É sob o impacto da primeira revolução industrial, iniciada no século XVIII, que o capital vai assumindo novos fluxos que irão incidir no processo histórico. A acumulação de capital nas mãos dos comerciantes burgueses e a abertura dos mercados proporcionada pela expansão marítima, estimularam o crescimento da produção, exigindo mais mercadorias e preços menores. Conseqüentemente, uma série de mudanças no processo produtivo.

A Inglaterra, país pioneiro na industrialização, parte da agricultura com o cercamento dos campos e a difusão de novas técnicas e instrumentos de cultivo. O fim do uso comum das terras gerou um pressuposto de trabalho livre. Devido às limitações de permanência no campo, onde não havia mais condições de sobrevivência, o trabalhador rural é transformado em mão-de-obra urbana. A mecanização da produção que, gradativamente, avança a partir do meio rural, cria um proletariado rural e urbano, composto de homens, mulheres e crianças submetidos a trabalhos exaustivos, quer no campo ou nas fábricas (MARX, 1989).

Devido ao novo sistema de campos abertos e de terras comuns utilizados pelos camponeses para o plantio e a criação de gado desde a época medieval, a produtividade agrícola encontrava um obstáculo ao seu desenvolvimento. Por isso, as inovações técnicas foram acompanhadas de um grande reordenamento das propriedades rurais, por meio da intensificação dos cercamentos dos campos, os *enclosures*³.

Juntamente com os cercamentos, chamados de revolução dos ricos contra os pobres, Polany (2000, p. 96) afirma: “[...] a invenção de maquinarias e fábricas complicadas e, portanto, especializadas que mudou completamente a relação do mercador com a produção”.

O mesmo autor (2000) enfatiza que a apropriação da terra e dos instrumentos de trabalho propicia o aumento da miséria. Isso induziu à revisão da Legislação dos Pobres, existente desde 1601, a qual organizava o auxílio público aos desvalidos. A Legislação tornou-se cada vez mais repressiva: todo indivíduo sem trabalho ou ocupação podia ser preso ou chicoteado e, em caso de furto, mesmo se fosse para matar a fome, ser marcado a ferro, ter as mãos decepadas ou ser enforcado. Durante o século XVIII, para evitar a entrada de desocupados em seu território, as paróquias passaram a recorrer ao determinado pela Lei do Domicílio: poder ser expulso todo indivíduo que mudasse de paróquia. Essa lei facilitou aos grandes proprietários a exploração, ao máximo, do trabalho dos camponeses de sua paróquia ou da paróquia vizinha.

A consolidação dos grandes latifúndios e a expulsão de grande número de camponeses criou uma massa de homens livres, desocupados, desprovidos de qualquer propriedade e desligados da autoridade de um senhor. Os indivíduos estavam prontos, portanto, a se tornarem mão-de-obra industrial extremamente barata. Ao se reportar a essa realidade, Marx (2002, p. 294) assim se expressa: “Na multidão heterogênea dos trabalhadores de todas as profissões, idades, sexo, que nos atropelam mais enfurecidos que as almas dos assassinados [...] vemos, à primeira vista, sem recorrer aos livros azuis, a estafa do excesso de trabalho”.

A segunda fase da revolução industrial, demarcada no final do século XVIII e início do XIX (1860 a 1900), é caracterizada pela difusão dos princípios de

³ Os "enclosures" consistiam na unificação dos lotes dos camponeses, até então dispersos em faixas pela propriedade senhorial (campos abertos), num só campo.

industrialização e por intenso movimento de transformação social e produtiva, assim como afirma Polany (2000, p. 168): “[...] já no início da década de 1830 era visível um clima de mudança acentuada”. Nessa fase, as principais mudanças no processo produtivo são as utilizações de novas formas de energia elétrica, de derivados de petróleo; o aparecimento de novos produtos químicos e a substituição do ferro pelo aço. Esse cenário, que se transforma com o advento da eletricidade e da eletromecânica, impulsiona o setor automobilístico, gerando um novo ciclo produtivo a partir dos modelos fordista/taylorista, segundo Antunes (1997). Essas incorporações criam cenários de mudanças organizacionais, gerando nova reestruturação na gestão do trabalho que, conforme Marx (1989, p. 63):

[...] nem sempre foi trabalho assalariado, isto é, salário livre. O escravo não vendia sua força de trabalho ao possuidor de escravos, assim como o boi não vende o produto de seu trabalho ao camponês... o escravo é ele mesmo uma mercadoria, mas sua força de trabalho não é uma mercadoria. O servo não vende senão parte de sua força de trabalho [...]. O operário livre, pelo contrário, vende a si mesmo, pedaço a pedaço.

O valor proposto ao trabalho humano assume, também, formas diferenciadas em diversos momentos. Conforme Castel (2005), transcendem períodos anteriores aos das revoluções industriais. E mais, essas sociedades assimilaram formas e situações específicas do seu período, dentre elas, a forma de remuneração pelo trabalho prestado. A questão significativa que vai tomar corpo e solidificar-se no decorrer do tempo é a vinculação direta entre a compra e venda do trabalho que se solidifica na estrutura da sociedade salarial.

Partindo de uma rigidez e controle do trabalho, numa linha de produção com base em ações, fragmentadas, repetitivas e extenuantes, segundo Antunes (2002, p. 37), “[...] esse processo transformou a produção industrial capitalista, expandindo-se, a princípio, para toda a indústria automobilística dos EUA”. As profundas transformações decorrentes desses modelos vão vigorar ao longo do século XX e passam a ser incorporadas, também, na área da educação.

Chega-se, então, à terceira revolução industrial que, mesmo mantendo como primazia o setor automobilístico, passa a incorporar o setor eletroeletrônico. Essa fase de acumulação capitalista, vinculada a um processo de globalização da

economia, ganha impulso a partir da década de 70 do século passado. Em Mészáros (2002), encontra-se uma análise contemporânea que explica esse sentido do capital, a qual perpassa o fenômeno da transnacionalização, das desregulações trabalhistas e a incontornabilidade do metabolismo do capital.

Essa etapa da revolução industrial caracteriza-se pelo surgimento de grandes complexos industriais, de empresas multinacionais e transnacionais, das grandes indústrias químicas e eletrônicas, e pelo avanço da robótica, da engenharia genética e da biotecnologia. Esse conhecimento e essa estrutura, gradativamente, incorporando-se ao processo produtivo, que passa a depender, cada vez mais, de mão-de-obra qualificada.

A partir da década de 70 do século XX, com o agravamento da crise econômica, atingindo, fundamentalmente, os países capitalistas, assentam-se um processo de reestruturação denominado acumulação flexível, no qual “[...] o acirramento da concorrência e o processo de reestruturação das empresas revelaram importantes transformações consideradas como parte de uma nova revolução industrial” (POCHMANN, 2002, p. 33).

Essas transformações, capazes de acirrar as relações de mercado, constituem-se como estratégias para elevar o nível de competitividade e diminuir o custo da produção. Tais movimentos estão diretamente vinculados a uma estrutura logística, tecnológica/informatizada, que propicia novas ferramentas de trabalho.

Para atender às novas demandas do mercado, é necessário que ele passe a incorporar profissionais com novo perfil, aptos a atender ao novo modelo produtivo. Para tal, o trabalhador deve ser competente, polivalente e disponível. Mesmo se, para isso, tiver de executar trabalhos que lhe imponham ritmos e situações extenuantes e estressantes.

O desenvolvimento das forças produtivas, nos níveis atuais, revela uma nova crise do capitalismo, a qual, segundo aponta Mészáros (2002), é uma das crises do capital como um todo. Nesse acirramento de crises, convive-se, ao mesmo tempo, com níveis de uma tecnologia de ponta extremamente significativa e moderna, bem como com cenários de fome, miséria, desemprego, informalidade e precariedade nas relações de trabalho que atingem a milhares de pessoas no mundo todo.

A História apresenta temporalidades que denotam características comuns definidas nas ações humanas. Na busca de garantir sua sobrevivência, o homem sempre interagiu diretamente com a natureza e dela tirava o seu sustento por meio daquilo denominado trabalho. Duas dimensões podem ser visualizadas nesse processo. A primeira diz respeito a um princípio subjetivo, ou seja, ao tirar da natureza o necessário para sua sobrevivência, os homens suprem suas necessidades vitais e espirituais. A segunda diz respeito ao curso material da História e da humanidade.

O trabalho humano, enquanto propriedade dos que possuíam terra e capital, atendia a demandas definidas conforme as necessidades geradas pelas pessoas que só tinham, como mercadoria, sua força de trabalho. Marx (1989, p. 262) já afirmava: “O trabalhador precisa de tempo para satisfazer necessidades espirituais e sociais cujo número e extensão são determinados pelo nível geral da civilização”.

Isso pressupõe compreender o movimento histórico do transitar humano imposto desde a formação das comunidades primitivas, quando a divisão social do trabalho possuía características peculiares, passando pelo escravismo, pelo feudalismo e configurando-se de forma efetiva e contundente, mas não permanente no modo de produção capitalista: “[...] na verdade uma sociedade num estágio determinado, histórico, de desenvolvimento, uma sociedade com caráter peculiar, diferenciado” (MARX, 1981, p. 38). Apesar das contradições e transformações específicas de cada período, é, a partir das grandes transformações tecnológicas do capitalismo, que esse processo de mudança e de acesso a bens e consumo toma forma inigualável. Marx (1981, p. 38) diz mais: “são outras tantas totalidades de relações de produção, cada uma das quais designa ao mesmo tempo um estágio particular de desenvolvimento na história da humanidade”.

O movimento em curso, a partir do final do século XIX, no século XX e no início do século XXI, além de incontáveis mudanças, vem proporcionando, para alguns, o acesso a novos produtos e bens que afetam os mais diferentes setores da vida humana. No desenho dessas configurações temporizadas entre capital *versus* trabalho, a que se apresenta como a mais complexa é aquela referente à sociedade salarial.

Uma vez fixada a imagem positiva do desenvolvimento, é importante ressaltar que, na esteira desse processo, segundo Hobsbawm (2005), vive-se um período nunca visto de megamortes, bem como de destruição da natureza, o que, certamente, compromete as gerações presentes e a existência das gerações futuras.

A partir de então, examino alguns paradoxos e particularidades sustentadoras do debate sobre as relações de trabalho, educação, assalariamento, que rebatem, diretamente, no prolongamento da jornada de trabalho dos professores do ensino privado da cidade de Pelotas e, em particular, os da UCPel.

1.1 Os paradoxos do processo de trabalho e as conotações que induzem ao prolongamento da jornada

Quando eu soltar a minha voz, por favor, entenda,
que palavras por palavras eis aqui uma pessoa se entregando...
(Grito de Alerta – GONZAGUINHA)

Neste item, analiso alguns aspectos e paradoxos existentes nas relações, levando-os a prolongar suas jornadas de trabalho, com ênfase à categoria da educação.

O antagonismo existente na relação capital *versus* trabalho vai construindo processos de mediação e transformação da natureza, transpondo diferentes formas e sociedades, apresentando características que lhes são próprias. Entretanto, a análise dialética do movimento societário, descrito, por exemplo, por Marx (1989), no livro *O Capital*, e por Mészáros (2002), no livro *Para Além do Capital*, em dois períodos distintos, mostra as transformações, as grandes contradições e as semelhanças ocorridas com o trabalho e suas conseqüências ao longo do tempo⁴.

Essas transformações, que transfiguram as relações entre capital e trabalho, se intensificam. Mészáros (2002, p. 221) afirma: “No passado, pelo dinamismo de

⁴ A leitura de autores contemporâneos como ANTUNES (2002), MÉSZÁROS (2002), SANTOS (1997), HOBBSAWM (1996), CATANI (2000), POCHMANN (1999), IANNI (1994), THOMPSON (1987) é de fundamental importância para quem busca compreender as relações e mazelas do processo histórico do mundo do trabalho.

sua irrefreabilidade, o capital assegurou imenso avanço produtivo e, dessa forma, dirigiu-se para satisfação potencial das necessidades e aspirações humanas”.

A necessidade do capital de regular esses movimentos societários condiciona novas situações ao viver humano. São novos paradoxos refletidos na história, assumindo formas diferenciadas. Dentre elas, a venda da força de trabalho pelo trabalhador, transformando-a em mercadoria, com a possibilidade do possuidor do capital comprar esse trabalho.

Segundo Marx (1989), a venda do trabalho como mercadoria apresenta dois valores: o de uso e o de troca. Quando esses valores se estabelecem de forma efetiva no modo de produção capitalista, a identidade do indivíduo e a sua sociabilidade passam a ser valoradas por essa relação estabelecida entre a compra e a venda do trabalho humano. Tais valores flutuantes são regulados pelo mercado e correspondem às necessidades criadas pelos homens no decorrer da história. As necessidades vão materializar-se em bens e produtos que simbolizam o *status* social do indivíduo⁵.

Assim, o valor de uso apresenta o sentido qualitativo do trabalho, explicitado no caráter de utilidade que o mesmo reproduzirá através do objeto, reificado⁶. Conforme Codo (1994), é o ato de depositar significado humano na natureza. Essas alterações passam a se constituir como um dos pilares para os indivíduos (neste estudo, os trabalhadores em educação) aumentarem, ao invés de diminuir a jornada de trabalho.

⁵ Francisco José Soares Teixeira, na apresentação do prefácio do livro *Os fios (in) visíveis da produção capitalista*, ao falar sobre trabalho produtivo e improdutivo, a partir de Marx, assim se expressa: “[...] - trabalho utilizado no processo imediato de produção de mercadorias; mercadorias que se destinam a necessidades provenientes do estômago ou da fantasia; - como produtor de mercadorias, não importa que o trabalhador seja empregado para produzir roupas, por exemplo, ou contratado como cantor para alegrar as noites dos freqüentadores dos bares, boates ou outro tipo de entretenimento; - portanto, é produtivo o trabalho que se troca por capital e cujo resultado de sua atividade pertence a quem contratou o trabalhador”.

⁶ Conforme o Dicionário do Pensamento Marxista (1983, p.314), reificação é o ato (ou resultado do ato) de transformação das propriedades, relações e ações humanas em propriedades, relações e ações de coisas produzidas pelo homem, que se tornaram independentes (e que são imaginadas como originalmente independentes) do homem e governam sua vida. Significa, igualmente, a transformação dos seres humanos em seres semelhantes a coisas que não se comportam de forma humana, mas de acordo com as leis do mundo das coisas. A reificação é um caso “especial” de alienação, sua forma radical e generalizada, característica da moderna sociedade capitalista.

Para satisfazer às necessidades demandadas no cotidiano⁷ e, até mesmo, as da sobrevivência, o indivíduo vende a sua força de trabalho, que é a fonte principal na criação do valor da mercadoria. Desloca-se do valor útil ao valor de troca, demonstrando que o trabalho/mercadoria traz implícita a contradição entre trabalho abstrato e trabalho concreto.

Nessa forma de produção social, os homens defrontam-se com uma estrutura de produção privada de mercadorias e só participam do sistema de realização e satisfação de necessidades sociais, mediante a troca. Ao trocarem o fruto do trabalho materializado por produtos e bens de consumo, estão, na verdade, igualando entre si seus diferentes trabalhos. Isso mostra que o trabalho abstrato, além de ser a forma de socialização e materialização do produto manipulado pelo homem, revela as relações submetidas às organizações sociais do trabalho num modo de produção historicamente dominado.

Quando a troca é a forma dominante do trabalho social e a produção é direcionada para satisfação de necessidades geradas, o processo de produção dessa atividade passa a embutir o caráter do trabalho abstrato. Marx (1989) já reafirmava o caráter do trabalho humano materializado na produção da mercadoria. A mercadoria é, ao mesmo tempo, um objeto útil ao seu comprador e um condutor de valor, uma vez que o valor é determinado pelo tempo de trabalho incorporado a ela.

Sendo a mercadoria um produto que se reproduz para troca, a forma de valor é uma forma específica de socialização dos diferentes tipos de trabalho para a produção de valores de troca.

É na venda da força de trabalho que os indivíduos vão suprimindo necessidades básicas para a vida. Suprimidas essas necessidades primárias, passa a ocupar-se com o supérfluo⁸. Entretanto, dadas as expressões capitalistas, nem

⁷ Para a análise da categoria cotidiana, tenho utilizado a compreensão de: Agnes Heller (O Cotidiano e a História, 1970) e La Revolución De la Vida Cotidiana (1994, 2. ed.), Karel Kosik (Dialética do Concreto 1995, 6. ed.) e Maria Lúcia Martinelli (Serviço Social, Identidade e Alienação, 2005, 9. ed.).

⁸ Uma outra citação de Marx reafirma a necessidade da aquisição de bens supérfluos “[...] podereis imaginar que enorme parcela da produção nacional se destina a objetos de luxo, ou a ser trocada por objetos de luxo, e que imensa quantidade de artigos de primeira necessidade se desperdiça em criadagem, cavalos, gatos, etc., esbanjamento esse que, nos ensina a experiência, diminui cada vez mais, com a elevação dos preços de primeira necessidade” (MARX, 1989, p. 337).

sempre a venda de trabalho supre sequer o mínimo necessário para a sobrevivência. É preciso, então, a venda de mais trabalho.

O custo dessas manifestações impõe a venda de mais tempo⁹ de trabalho. O sentido tempo/temporalidade passa a ter um significado diferenciado na contemporaneidade e no cotidiano dos trabalhadores. Para garantirem a sobrevivência, a manutenção do *status quo* ou, até mesmo, na ânsia de melhorar a qualidade de vida¹⁰, os indivíduos, muitas vezes, trabalham além de suas condições físicas e mentais.

Tais reflexões evidenciam duas dimensões que serão aprofundadas no decorrer deste estudo, quais sejam: um limite mínimo¹¹ que o trabalhador deve empreender para viver ou sobreviver, e um limite máximo de trabalho que pode ou não se prolongar ou se intensificar conforme a necessidade, quer do capitalista, no aumento da produção, quer do próprio trabalhador, na busca de manter um padrão de vida compatível com o momento vivido. Isso requer, com freqüência, ir além das condições físicas e mentais para a execução das atividades e/ou tarefas impostas.

Essa constatação aponta, também, para outro panorama do mundo do trabalho: o limite físico que o indivíduo pode absorver e por questões de ordem moral¹². Segundo Harvey (2004, p. 163), “[...] essa pessoa é a sede de ideais e aspirações relativas, por exemplo, à dignidade do trabalho e ao anseio por ser tratado com respeito e consideração como um ser humano integral”. Na ânsia da obtenção de um grande lucro, observa-se que a herança histórica do capitalismo limita, em muito, a integralidade do viver humano.

⁹ Boaventura de Souza Santos, no livro *Pela Mão de Alice*, capítulo 10, *O Norte, o Sul e a Utopia*, aborda vários aspectos relacionados aos problemas decorrentes dos diferentes espaços-tempos (pp. 281-341).

¹⁰ No decorrer do trabalho, estarei explicitando o conceito de qualidade de vida.

¹¹ Na grande maioria dos países do mundo, as Constituições estipulam limites legais para o trabalho humano.

¹² As questões de ordem moral foram tratadas pelos grandes pensadores da humanidade. Dos helênicos aos contemporâneos, encontraram-se interpretações que interligam subjetividade e materialidade. A escrita de Marx, por exemplo, está impregnada de valores morais (subjetivos). Explicito isso, desde o momento em que se posiciona fortemente frente ao servilismo, às condições de trabalho nas fábricas e, posteriormente, nos escritos de “*O Capital*”. Essa preocupação é visível, também, na leitura e na preocupação de Émile Durkheim com o vazio moral da república e análise de Max Weber na *Ética Protestante e o Espírito do Capitalismo*. Essa contextualização remete a uma compreensão dialética de que os valores morais são norteadores e reguladores da vida em sociedade.

Segundo Castel (2005), essas integralidades, apesar de serem complexas, são impostas ao conjunto da sociedade salarial¹³, o que limita a inserção dos indivíduos na totalidade das relações sociais¹⁴. É, ainda Harvey (2004, p. 163) quem afirma: “Alguns podem ver-se tentados neste ponto a abandonar a visão relacional [...] e embrenhar-se no mundo do trabalho, de tal forma que não consigam tempo para desempenhar outras ações e papéis, inerentes à vida cotidiana”.

É, a partir da possibilidade de se ter ou não acesso aos bens e produtos ofertados no mercado, que novas teias de relações vão-se configurando, considerando-se que, para a manutenção dessa estrutura social, é necessário manter certo volume de consumo. Nessa perspectiva, o trabalho passa a se subordinar às outras necessidades humanas, que se expandem gradativamente, conforme o desenvolvimento tecnológico imposto. Esse processo assume diversas formas de naturezas distintas.

Para atender a essas demandas, o mercado passa a assimilar novos processos técnico-desenvolvimentistas, paulatinamente implantados. Isso impõe, também, novos modelos de gestões organizacionais¹⁵, indo atingir, de forma efetiva, a grande maioria da classe trabalhadora.

¹³ Na sua abordagem sobre sociedade salarial, Castel define três condições: condição proletária, condição operária e condição salarial, como formas dominantes nas relações de trabalho numa sociedade industrial. Na realidade contemporânea brasileira, é possível visualizarem-se, distintamente, essas três condições, apontadas pelo autor. Na condição proletária [...] uma situação de quase exclusão do corpo social: cortadores de cana, carvoeiros, pequenos produtores rurais encontram-se nesse contexto. A questão operária [...] assegura direitos, dá acesso a subvenções extra-trabalho (doenças, acidentes, aposentadoria) e permite uma participação ampliada na vida social: consumo, habitação, instrução e até mesmo, a partir de 1936, lazer. Na condição salarial, o autor refere-se ao conjunto de trabalhadores, operários assalariados, cuja remuneração vai estar centrada na execução de tarefas. [...] a classe operária vive a participação na subordinação: o consumo (mas de massa), a instrução (mas primária), o lazer (mas popular), a habitação (mas a habitação popular), etc. (Castel, 2005, pp. 415-416).

¹⁴ Uma estrutura social capitalista, pautada numa sociedade salarial, aponta uma série de dificuldades que atinge o individual e o coletivo dos indivíduos. Para suprir as obrigações e necessidades demandadas do cotidiano e, limitadas pelas questões de regulação do mercado, nem sempre é possível contar com a venda do trabalho. Em determinados períodos, a regulação do mercado, em países desenvolvidos, possibilita uma política “[...] do quase pleno emprego”, torna possível: as estabilidades monetárias, altas taxas de crescimento do produto, melhor distribuição de renda e redução do nível da pobreza (POCHMANN, 2002, p. 41). De outro lado, o mundo convive com cenários que perpassam níveis de desemprego estrutural, falta de saneamento básico, educação precarizada, exploração do trabalho infantil e prostituição, corrupção, além de um quadro de fome e miséria.

¹⁵ Qualquer análise sobre as transformações do mundo do trabalho deve perpassar as grandes transformações ocorridas nos processos tecnológicos e, entre eles, aqueles que marcaram fortemente suas épocas. O taylorismo, no final do século XIX que, entre outras mudanças, vai institucionalizar o “*dopolavoro*” (trabalho além do horário obrigatório). O fordismo, implantado pelo empresário norte-americano Henry Ford, em 1909, determinava que os trabalhadores eram obrigados

A dicotomia entre o velho e o novo¹⁶ paradigma técnico-produtivo está centrada, fundamentalmente, numa base salarial¹⁷, que determina novas formas de produzir mercadorias. A produção atende a interesses e necessidades compatíveis com uma pseudo-hegemonia entre capital e trabalho. Isso significa dizer que, dado o desenvolvimento tecnológico em várias áreas (do conhecimento e do mercado), seria incompreensível uma minoria deter grandes concentrações de terra e renda, nos índices encontrados no final do século XX e início do XXI.

1.2 Os paradoxos da flexibilização produtiva a partir da sociedade salarial

Chorei, não procurei esconder,
todos viram fingiram.
Pena de mim não precisava.
Ali onde eu chorei, qualquer um chorava...
(Volta Por Cima – PAULO VANZOLINI)

As mudanças, ocorridas no mundo do trabalho, a partir da flexibilização produtiva, são analisadas neste item. Vincula, fundamentalmente, as transformações societárias aos princípios do assalariamento.

O momento vivido pela grande maioria de trabalhadores na contemporaneidade, pode ser evidenciado na expressão poética que diz: “Chorei, não procurei esconder... dar a volta por cima que eu dei, quero ver quem dava.”

A condição de receber por um serviço prestado, percorre, também, os caminhos longínquos da História. Desse modo, a manutenção da condição social

a exercer atividades extremamente repetitivas, durante longos períodos. O toyotismo, que vai constituir numa nova fase do capitalismo, ao impor ao mercado produtivo e aos trabalhadores o acesso à informática e à robótica.

¹⁶As referências sobre novos e velhos paradigmas são visíveis nos países em desenvolvimento de forma muito objetiva. Essas relações limitam o acesso a uma tecnologia de ponta, em detrimento de estruturas extremamente precarizadas. Na educação, por exemplo, globalizam-se as informações (*internet*, *sites* de consultas) e, ao mesmo tempo, convive-se, muitas vezes, com a falta de uma estrutura mínima adequada para a execução do trabalho (lousa adequada, giz e retroprojektor, material de limpeza, etc.). Como bem coloca Antunes (1997, p. 41), “[...] vivencia-se também uma subproletarização intensificada, presente na expansão do trabalho parcial, temporário, precário, subcontratado, “terceirizado”, que marca a sociedade *dual* no capitalismo avançado [...]”.

¹⁷ Mesmo tendo claro que as relações de assalariamento já existiam na sociedade pré-industrial, é na sociedade industrializada que o mesmo vai-se consolidar. “[...] Foi a industrialização que deu origem à condição de assalariado, e a grande empresa é o lugar por excelência da relação salarial moderna” (CASTEL, 2005, p. 418).

dos indivíduos era composta por uma série de elementos que não estavam centrados diretamente no recebimento de valores pela venda do trabalho (salário). A composição do *status* vinculava-se diretamente ao acesso às propriedades privadas representadas, primordialmente, pela quantidade de terra; pelo acúmulo de capital representado, na essência, pelo acesso a bens e produtos diferenciados (casas e castelos luxuosos, carruagens e carros de luxo) e, igualmente, pelas condições educacionais e culturais exigidas no momento (saraus, festas, orgias) e, mais, pelo poder político representado pela influência na tomada de decisões exercida nos poderes: legislativo, executivo, judiciário; em setores de clubes e serviços (maçonaria, clubes, etc.), em setores da Igreja Católica. A composição desse *status*, na contemporaneidade, assemelha-se aos dos séculos passados.

Para Antunes (1994), é, a partir das mudanças ocorridas no mundo do trabalho nos meados da década de 1970, período que demarca uma nova fase do capitalismo mundial, que surgem novas relações de trabalho, o que Harvey (1994) salienta ser uma imensa mudança na aparência superficial do capitalismo a partir de 1973. Essa é a reestruturação do chamado mercado flexível exige novas máquinas, mais e melhores instrumentos de trabalho, condições de transporte e de comunicação mais rápidas e eficazes, mais qualificação para o trabalho e mais empenho do trabalhador. Essas mudanças, geradas no mundo do trabalho, vão, progressivamente, chegando a outros espaços, entre eles, o da educação.

Castel (1998), na abordagem da sociedade salarial, reafirma que a condição de receber um valor salário pelo trabalho prestado ganhará uma dimensão extremamente significativa, a partir da década de 70 do século XX, reiterada na afirmação de Gorz (2004, p. 69): “Fantástica inversão: não é mais aquele ou aquela que trabalha que se ‘torna útil’ aos outros; é a sociedade que vai se tornar útil [...]”.

As sociedades, centradas no trabalho salarial, têm, como princípio, que quem possui trabalho assalariado, seja ele semanal, quinzenal ou mensal, absorve uma pseudovalorização social, tendo em vista a garantia do recebimento pela venda do trabalho pressupor, mesmo que, de forma equivocada, uma maior segurança para o trabalhador. Associados ao trabalho formal estão embutidos benefícios como férias remuneradas, aposentadorias, licenças, 13º salário. No que tange à categoria dos professores, havia um *plus* referente ao período de férias e aposentadoria por tempo de serviço.

Esse cenário assume novas configurações, após as diversas mudanças ocorridas a partir do processo de globalização e da economia de mercado. Antunes (1999), ao abordar essas questões significativas inerentes ao cotidiano do trabalhador, amplia a noção de classe trabalhadora e a coloca como aquela classe que “vive do trabalho”.

Continua o autor afirmando que nela se incluem os trabalhadores que vendem sua força de trabalho em troca de salário (categorias de trabalhadores, proletariados: rurais, industriais, entre outros). Desse grupo estão excluídas as pequenas burguesias urbanas e rurais, além de trabalhadores e funcionários hierarquizados que, por receberem altos salários, assumem o controle do processo produtivo e da produção no interior das empresas.

Gorz (1996) sinaliza que uma das características desse tipo de desenvolvimento é a de estar sempre atingindo, de forma mais significativa, uma ou outra categoria de trabalhadores, esclarecendo que “[...] a dominação é necessária para maximizar a exploração” (ibidem, p.235). Entretanto, elas não ocorrem todas ao mesmo tempo. Alguns setores e algumas profissões, consideradas mais estratégicas em determinados momentos conjunturais (metalúrgicos, educação, bancários, setor calçadista), recebem, conforme os interesses do mercado, tratamentos distintos (aumento salarial, promoção nos postos de trabalho, benefícios, prêmios). Essa valoração obedece às normas do mercado e muda conforme necessidades do circuito de produção e reprodução.

Convive-se, ainda, com uma superavaliação dos *status* de algumas categorias de trabalhadores (setores da área médica, judiciário, de alguns serviços públicos etc.).

Na educação, por exemplo, acontece uma diferenciação entre docentes universitários e os dos demais níveis de ensino (fundamental e médio). Na área administrativa, também é visível a reprodução dessa diferença pela divisão do trabalho e pelo salário (porteiro, serviços gerais, burocráticos). É importante destacar, ainda, que muitos dos trabalhos realizados nas unidades de ensino são terceirizados por grandes empresas de prestação de serviços.

Detendo-se, por exemplo, somente nas profissões anteriormente citadas, se pode afirmar que, apesar de elas passarem a utilizar instrumental tecnológico de

última geração (no setor metalúrgico e calçadista, robôs, braços mecânicos etc.), no setor bancário e educacional (internet, teleconferência), os interesses permanecem os mesmos, isto é, o enxugamento das organizações através de demissões em massa e do aumento de trabalho, bem como o aumento das atribuições aos que permanecem no quadro funcional.

De maneira muitas vezes lenta, gradual e, até mesmo, imperceptível, as mudanças vão ocorrendo e disponibilizando novas tecnologias, mudanças de hábitos e culturas¹⁸. Dentre elas, encontra-se a intensificação do trabalho e da imposição de mais trabalho.

Vive-se, certamente, um momento que possibilita uma nova leitura das mudanças que vêm ocorrendo nesta nova fase do capitalismo que se iniciou a partir das décadas de 60 e 70 do século XX, segundo Antunes (1999). O modelo de desenvolvimento sustentado pelo paradigma neoliberal começa a atingir seus limites. O modelo produtivo em curso impulsiona para que a sociedade esteja sensível a essas contradições. São os paradoxos presentes no processo industrial em curso que, nas décadas de 70, 80 e, particularmente, na década de 90 do século passado fizeram emergir novos projetos globalizantes, para atender aos anseios do mercado. Essa nova reestruturação mundial está sendo absorvida pouco a pouco em outros segmentos do mundo do trabalho que, até então, não era o filão principal, dentre eles, a área educacional. Segundo Mészáros (2002, p. 25), “[...] as atuais condições de crise, o canto da sereia do keynesianismo seja ouvido novamente como um remédio milagroso, como um antigo espírito do ‘consenso expansionista’ a serviço do desenvolvimento”.

Esse panorama que se coloca extremamente desfavorável à grande maioria dos trabalhadores, aliado a um Estado¹⁹ que se distancia, cada vez mais, do

¹⁸ Essas novas manifestações perpassam, desde o ensino a distância, teleconferências, aulas não presenciais, demissão do quadro funcional mais antigo e qualificado (Mestres, Doutores) e a chamada “essencialização” (grifo meu), que determina uma grade curricular extremamente enxuta, na busca da diminuição do valor da mensalidade. No setor de ensino privado, esse cenário poderia ser compreensível e absorvido de uma maneira natural, pois ali reside uma relação direta entre capital *versus* trabalho. No Brasil, por exemplo, a contradição mais fenomênica se coloca quando o próprio Estado (que se denomina dos trabalhadores) também se insere de corpo e alma nessa ciranda de mercado. Isso pode ser visível através do sucateamento das universidades e escolas públicas, parcerias público *versus* privada, exigência de pagamentos de taxas e mensalidades, criação desmesurada de cursos, controles ineficiente da coisa pública, entre outros.

¹⁹ A postura e as ações do Estado, numa economia capitalista de mercado, são visíveis e conhecidas historicamente. A diferença e expectativa são as ações emanadas de um Estado que se proclama dos trabalhadores. O governo Luiz Inácio Lula da Silva, do Partido dos Trabalhadores, vem mantendo

gerenciamento do que é público em favor do privado, e os acontecimentos atuais que vêm ocorrendo no Brasil, (privatização, corrupção generalizada, juros altos, tentativa de desmantelamento da Previdência Social, ocorridos, principalmente, nas últimas décadas), têm gerado insegurança desmedida na sociedade como um todo.

A oscilação nos níveis de emprego, desemprego, a desvalorização expressa nos cortes dos gastos públicos com o funcionalismo têm impulsionado as pessoas das mais diversas categorias (e dentre elas as da educação) a incorporarem mais carga horária de trabalho, como forma de garantirem uma pseudo-segurança no emprego e/ou na qualidade de vida. Essas situações estão vinculadas diretamente às questões inerentes à sociedade salarial²⁰.

Harvey (2004) mostra a existência de limitações teóricas percorridas pelos economistas clássicos no que tange à discussão existente entre o valor adequado da força de trabalho, principalmente no capitalismo. Diz mais: “Desde que Thomas Hobbes declarou sem reservas que ‘o valor de um homem é seu preço’ a questão do valor adequado da força de trabalho tem sido [...] um problema tão difícil de resolver teoricamente quanto o tem sido na prática” (ibidem, p.166). Dada a realidade do Brasil nessas últimas décadas, era de se pressupor que os trabalhadores, através de suas organizações (associações, sindicatos, partidos políticos), poderiam impor um enfrentamento mais efetivo às mazelas do capital contemporâneo, as quais empurram um contingente extremamente significativo para o desemprego. Acentua Pochamnn (2002): é “trabalho sobre fogo cruzado”, uma batalha constante no sentido da manutenção do emprego.

Ampliando o foco de análise, evidenciam-se várias mudanças no processo de trabalho que atinge a sociedade de um modo geral. São transformações

juros extremamente altos, taxas de desemprego, baixo crescimento da economia, além de uma política educacional que atende a interesses não muito compreensivos. Por exemplo, mantém exigências de universidades com quadros docentes qualificados, aulas presenciais e bibliotecas compatíveis, de outro, autoriza uma série de cursos a distância, sem a mínima estrutura.

²⁰ A abordagem da questão salarial remete a vários caminhos nem sempre palpáveis. A crescente divisão do trabalho, no mundo contemporâneo, coloca o trabalhador frente a uma imensurável gama de profissões, que transitam entre as relações do trabalho assalariado, percebido pela burguesia e pelo proletariado. O desenvolvimento das forças produtivas capitalistas possibilita uma situação de menos trabalhadores envolvidos na produção (exército de reserva, de sobrantes). Isso gera uma gama imensurável de pessoas fora do setor produtivo. Nesse cenário, encontra-se uma pequena burguesia que opera o comércio, a indústria e, por conseguinte, apropria-se da mais-valia. Outras profissões, como por exemplo, os professores, músicos, entre outros, produzem mais-valia e nem sempre valorizam o capital. “[...] a pequena burguesia também vive da riqueza produzida pelos operários. A distinção da burguesia da pequena burguesia com o ‘proletariado’ é que este ‘não é proprietário’ [...]” (MARX; ENGEL, 1998, p. 18).

incidindo, de forma efetiva, nas relações sociais dos indivíduos. Nesse sentido, conforme Pochmann (2002), três grupos podem ser identificados: os plenamente incluídos, os possuidores de uma ocupação regular de boa qualidade e o grupo que o autor denomina de precariamente incluídos, e os excluídos. Na educação superior, é possível identificar o caráter de precariedade no trabalho executado pelos professores substitutos. É comum designar para esses profissionais, além do trabalho identificado na necessidade da substituição, outras tantas atividades consideradas menos essenciais e/ou menos prazerosas. Por exemplo, o exercício da docência nos últimos períodos, aulas intercaladas em partes da manhã, tarde e noite, substituição em proximidade de feriados, atividades que necessitam deslocamentos em campus diferentes, atividades de extensão, entre outros.

Essa situação permite transitar pela categoria dos trabalhadores em educação, relendo, também, a diferenciação existente na execução dos papéis desempenhados pelos professores e na realizada pelos técnico-administrativos. A atribuição do *status* social ao exercício da docência tem sido preponderante nas relações de trabalho dentro e fora das escolas.

A valoração do *status* atribuído ao docente, muitas vezes, transpassa as condições salariais. Mesmo que receba um salário inferior ou tenha uma renda familiar inferior à dos técnico-administrativos, é ressaltado o papel cultural desempenhado por ele.

Esse contexto apresenta um mundo de relações que se faz presente no cotidiano individual e se entranha num universo coletivo de pseudoconcreticidade²¹. O fetiche²² da vida melhor passa a fazer parte da vida de milhões de trabalhadores, levando-os a intensificar seu trabalho e a prolongar suas jornadas de trabalho na expectativa de qualificação da vida.

²¹ Pertencem ao mundo da pseudoconcreticidade, segundo Kosik: “- o mundo dos fenômenos externos, que se desenvolvem à superfície dos processos realmente essenciais; - o mundo do tráfico e da manipulação, isto é, da *práxis* fetichizada dos homens (a qual não coincide com a *práxis* crítica revolucionária da humanidade); - o mundo das representações comuns, que são projeções dos fenômenos externos da consciência dos homens, produto da *práxis* fetichizada, formas ideológicas de seu movimento; - o mundo dos objetos fixados, que dão a impressão de serem condições naturais e não são imediatamente reconhecíveis como resultados da atividade social dos homens. O mundo da pseudoconcreticidade é um claro-escuro de verdade e engano” (grifo do autor).

²² O termo fetiche vem do latim *facticius* = feitiço, significando “artificial, fictício, factício” (cf. Cunha, 1982, p. 352). O sentido que está sendo utilizado, neste trabalho, refere-se ao fetiche da mercadoria, desenvolvida por Marx – O fetiche da mercadoria: seu segredo.

A incorporação do trabalho, como uma necessidade intrínseca à vida, coloca o ser humano frente a necessidades vitais para sua sobrevivência. Numa sociedade capitalista, a valorização e o sentido do trabalho são por demais significativos. Quem não está vinculado ao mercado formal, termina ficando à deriva²³, não só do processo produtivo, mas, também, como das demais relações sociais.

Nessa perspectiva, a exploração do trabalho humano é fundamental para a manutenção de uma pequena elite que, em se apropriando do trabalho das instituições, apropria-se, também, das demais relações sociais e econômicas dos trabalhadores.

O trabalho, na forma como se vem configurando ao longo dos séculos, tem distanciado, cada vez mais, o homem da natureza, o homem das relações com os outros homens e, conseqüentemente, consigo mesmo. O distanciamento tem gerado encantos e desencantos expressos nas ações relacionais da vida cotidiana.

É a materialização ingênua²⁴ atingindo e superficializando o real sentido que envolve as relações de trabalho da classe operária. Assim, a compreensão e a desmistificação dessas relações estão imbricadas no movimento societário do materialismo histórico e dialético. Para tal, conforme Marx (1989), elas podem ocorrer, de forma lenta, gradual e imperceptível, ou brusca, radical e violenta.

A evolução que atinge a classe trabalhadora busca atender a suas demandas, a partir de um mercado no qual bens e produtos são os objetos visíveis e desejáveis. Supridas essas necessidades, a estrutura capitalista vai à busca de novas formas e cenários. Dentre elas, a área da educação que, mesmo cumprindo um papel fundamental ao longo da história, assume um papel secundário nesse processo. Mesmo com sua importância em determinados momentos, somente

²³ O sentido da palavra vem do latim *derivare* e tem o sentido de desviar do curso natural. Mesmo com todas as transformações e metamorfoses por que passa o mundo do trabalho, a manutenção do emprego formal gera um caráter de pseudo-segurança ao trabalhador (benefícios, previdência). O ato da perda de emprego gera instabilidades e inseguranças que refletem, de forma efetiva, no cotidiano das pessoas deixando-as, muitas vezes, sem rumo, à deriva.

²⁴ Quando falo em compreensão ingênua, refiro-me ao processo de alienação a que está submetido o trabalhador. Ander-Egg (1987, p. 39), escrevendo sobre este contexto, diz que o que caracteriza a alienação “es un doble hecho: • Es un no realizarse en la esencia humana, es un hacer del hombre que lo convierte en extranjero de sí mismo, ajeno a sí mismo, al no experimentarse como factor activo de la captación del mundo. • Además de no pertenecerse a sí mismo, se pertenece a otros; de ahí que su práctica es un hacer forzoso que le viene impuesto desde fuera y que le impide realizar sus posibilidades humanas; fuerzas sociales impersonales que él no controla y de las cuales a veces ni siquiera es consciente, lo constriñen a actuar de manera no acorde a su naturaleza y a sus intereses, persiguiendo objetivos que no son propios del hombre”.

algumas áreas de excelência possuem um caráter de relevância, dentre eles aqueles que possibilitam o conhecimento e o desenvolvimento tecnológico.

As novas configurações do mundo do trabalho, materializada no curso da sociedade contemporânea, impõem um processo de reestruturação que vem atingindo, de modo substancial, outros segmentos da sociedade, entre eles, os da área educacional. Para isso, esses trabalhadores devem assimilar os mesmos mecanismos e processos do fordismo, taylorismo, toyotismo.

A inserção da educação, como novo filão mercadológico estabelecida nas bases do assalariamento, constrói teias de relações que induzem, gradativamente, esses trabalhadores ao prolongamento e intensificação da jornada de trabalho, tornando-os submissos ao mercado.

Isso permite compreender que o gerenciamento da educação brasileira, por parte do Estado, volta-se, cada vez mais, aos interesses internacionais e de pequenos grupos nacionais, gerando, também, a partir da década de 90 do século passado, políticas sociais, públicas e privadas, envoltas em místicas de democracia, descentralização e precarização das relações do trabalho.

1.3 O paradoxo da intensificação do trabalho docente no Brasil a partir das reformas educacionais dos anos de 1990

Tenho medo de parar e medo de avançar
Tenho medo de amarrar e medo de quebrar
Tenho medo de exigir e medo de deixar
Medo que dá medo do medo que dá.
[...] o medo é uma chave que apagou a vida.
(Medo – LENINE)

Este item, no conjunto, contextualiza o paradoxo da intensificação do trabalho, materializada no Brasil a partir dos anos de 1990 com as reformas educacionais.

Para tal, são analisados, de forma geral, os elementos que atingem o conjunto dos trabalhadores (na sua totalidade), apontando para as particularidades

que estreitam esse fenômeno junto aos professores do ensino privado, a partir da expressão dos docentes da Universidade Católica de Pelotas.

É importante ressaltar que os autores citados, a seguir, tratam especificamente da intensificação, e não do prolongamento da jornada de trabalho. Entretanto, a intensificação é um fenômeno relevante no processo da efetivação do prolongamento da jornada eventual e permanente.

A avidez do capitalismo supera crises inimagináveis. Mesmo convivendo com o esgotamento de processos produtivos que já não atendem mais à totalidade do mercado, novos paradigmas passam a ser incorporados, novas estruturas passam a ser priorizadas. Isso significa dizer que, enquanto a preocupação centrava-se no processo industrializado da economia, a área educacional não se constituía como uma das mais atrativas para o capital. A partir de processos globalizados de internacionalização do mercado, políticas educacionais direcionadas a esse fim passam a ser implementadas em vários países da América Latina e no Brasil.

Vários estudos dedicados à análise das reformas educacionais na contemporaneidade têm vinculado o trabalho docente às transformações ocorridas nos períodos pós-guerras. A partir de então, configura-se uma nova ordem econômica internacional que, sob o impacto de mudanças científicas e tecnológicas, vem alterando os processos econômicos em curso, bem como as relações de trabalho, também no segmento da educação.

O Brasil passa, então, a instituir várias reformas, dentre elas, novas formas de financiamento acompanhadas de mecanismos estimuladores de auto-gerenciamento e auto-administração. Assim, esse setor se apropria, de modo geral, de uma linguagem baseada nas relações de um mercado em expansão na área educacional.

Frente a essa nova ordem econômica globalizada, na qual o principal recurso é a informação, organismos internacionais de financiamento passam a intervir e a determinar aos países latino-americanos, agora tratados como emergentes (BRASIL, 1999, p. 72), as metas a serem atingidas em matéria de educação, com vistas a torná-los mais competitivos e capazes de participarem diretamente do processo de globalização. Conforme esses organismos, para que as

reformas no sistema educacional, realmente, signifiquem uma qualificação das pessoas ao enfrentamento de um mundo mais competitivo, mais afinado com o mercado, os professores devem sentir-se obrigados a aperfeiçoar a sua arte e beneficiar-se de experiências vividas em diversos níveis da vida econômica social e cultural (UNESCO, 1998, p. 166).

Assim, no interior da reforma educacional, se encontram diretrizes como: proliferação das instituições privadas de ensino, aumento e criação de vagas; ofertas do ensino superior, regidas basicamente pela demanda do mercado; diminuição do financiamento estatal para as universidades públicas; incremento das receitas através da contribuição dos estudantes e vendas de serviços; desenvolvimento das assistências técnicas (consultorias), como nova função acadêmica, vinculando, assim, a universidade a setores produtivos, em busca de captar recursos privados; não abertura de concurso público, flexibilizando as formas de contratação (contrato temporário e CLT), entre outros. De forma indutiva, essas diretrizes, mesmo tendo como alvo principal o setor público, rebatem diretamente no setor privado da economia.

Baseado nas recomendações do Banco Mundial, o Governo de Fernando Henrique Cardoso – FHC – instituiu três pilares de sua política para reforma universitária: 1) o Sistema Nacional de Avaliação do Ensino Superior – SINAES; 2) autonomia universitária; 3) melhoria do ensino através do Programa de Gratificação e Estímulo à Docência – PGED). Pilares esses que apontam para a consolidação do projeto neoliberal, a qual tem a sua maior expressão nas propostas apresentadas para “autonomia universitária”, pilares que, em resumo, consolidam a intenção de privatização da universidade pública brasileira, descomprometendo o Estado com o seu financiamento.

É importante reiterar que, no Brasil, as duas gestões do governo de Luis Inácio Lula da Silva deram seguimento à implementação dessa política educacional com reflexos diretos nas universidades públicas. Isso se materializa através de cortes de verbas, da não abertura de concursos públicos para professores e funcionários técnico-administrativos, contratação de professores substitutos, entre outros. Dá continuidade, também, à expansão do ensino superior privado com a legalidade de cursos sem as mínimas condições plausíveis (cursos a distância, sem acompanhamento docente eficaz, sem bibliotecas, salas de aulas, entre outros).

Destina verbas públicas para faculdades particulares e possibilita a multiplicação das fundações privadas nas Instituições de Ensino Superior – IES – públicas.

Os efeitos provocados por tais ajustes impostos pelos agentes financeiros internacionais, para proteger interesses econômicos, rebatem diretamente no cotidiano dos trabalhadores refletindo diretamente no trabalho docente. Desse modo, a aplicabilidade das reformas educacionais no Brasil, por exemplo, imputam aos trabalhadores da educação, uma série de ações que os induzem a intensificarem e prolongarem suas jornadas.

Essa realidade é descrita com exatidão por Oliveira (2004); Ludke & Boing (2004), quando abordam, por exemplo, a intensificação das tarefas e atribuições exercidas pelos professores, o alargamento das funções, a desqualificação profissional em decorrência do rebaixamento salarial das últimas décadas e das reais condições de trabalho docente.

Nesse mesmo sentido, ao abordar a diversificação e fragmentação do trabalho docente, Mancebo (2007) e Morosini (2003) direcionam para um processo de flexibilização²⁵ com duas características: uma composta de poucos trabalhadores estáveis, qualificados e bem remunerados e um outro grupo de docentes mal remunerados, periféricos e substituíveis, o que impõe uma nova adaptação do espaço e tempo.

Esse novo olhar para a educação, de forma meramente mercadológica, assume várias concepções e discursos, como aqueles que levam à intensificação do trabalho, mistificam o sentido crítico da qualidade de vida e o que induzem à necessidade de mais trabalho, “prolongamento”.

A intensificação incorpora o que Marx (1989) denomina de “hora mais intensa”²⁶, ou seja, maior tensão imposta à força de trabalho. Na indústria, essa

²⁵ Essa categoria vem assumindo várias interpretações. O sentido atribuído pelos autores acima vai na esteira da acepção utilizada pelo jurista Orlando Teixeira da Costa quando manifesta ser a flexibilização um instrumento ideológico neoliberal e pragmático de que vêm se servindo os países de economia de mercado, para que as empresas possam contar com mecanismos capazes de compatibilizar seus interesses e os de seus trabalhadores, tendo em vista a conjuntura mundial, caracterizada pelas flutuações do sistema econômico e pelo aparecimento de novas tecnologias.

²⁶ Existem diferenças na execução e intensidade de trabalho nos mais diferentes ramos de produção. Na educação, por exemplo, pode considerar-se a hora menos densa, aquela executada no período normal da docência em sala de aula e/ou em atividades administrativas contempladas em lei, seis horas ininterruptas ou oito horas com intervalos. A hora mais intensa se constitui como aquela que extrapola esse limite, podendo ser executada no local de trabalho ou fora dele (sem que agregue mais remuneração). Correções de provas, orientações de trabalhos, utilização da *internet* para responder a *e-mails*, entre outros.

realidade pode ser mais visualizada devido ao fato de os operários receberem seus salários objetivados na produção ou nas peças (MARX, 1989). Embora a maior e mais significativa produção teórica de Marx tenha sido produzida no momento em que o operariado industrial se constituía como o maior contingente empregatício e, considerando o fato de hoje a classe operária industrial ser menor, pode-se questionar se muda, de forma substancial o fato de o setor de serviço ser, atualmente, o mais representativo em detrimento do setor de transformação. O importante é a compreensão do sentido da venda da força de trabalho.

Essas questões, que dizem respeito à intensificação da jornada de trabalho, já vinham sendo tratadas por Marx (2002) num bojo de questões que envolvem: condições, carga horária e lucro. Já referenciava o autor a reação da sociedade sobre o prolongamento desmedido da jornada de trabalho que “ameaçada em suas raízes vitais, estabelece uma jornada normal de trabalho, legalmente limitado” (ibidem, p. 467).

O sentido do tempo de trabalho incorpora: duração, extensão, condensação e intensidade. Isso significa que o trabalhador deve produzir mais com o mesmo dispêndio de trabalho no mesmo tempo, “o que se perde em duração, se ganha em eficácia” (MARX, 2002, p. 468). Referindo-se aos efeitos da diminuição da carga horária, o autor escreve: “Enquanto os operários ganhavam uma hora livre e recebiam o mesmo salário, o patrão obtinha a mesma quantidade de produtos despendendo menos carvão e gás etc., por hora” (idem, 1989, p. 107).

No ramo da educação, as mudanças foram ocorrendo de maneira gradual e, até mesmo, imperceptível, compreendendo-se que a educação não era considerada, nos séculos passados, um filão de mercado lucrativo para os capitalistas. Teóricos, como Durkheim e seus discípulos, já mencionavam a importância desse setor para a economia e para a sociedade, “[...] considerada em momento determinado” (DURKHEIM, 1978, p.36).

Essas metamorfoses, ocorridas mundialmente no comércio e na indústria, passam, gradativamente, a atingir a educação, transformando-a num segmento de mercado lucrativo. Tais reflexos vão ocorrer, no Brasil, a partir das últimas décadas do século XX, por meio da imposição das reformas educacionais.

Esse mesmo período é referenciado por Oliveira (2004) e Vieira (2004), quando mostram as mudanças significativas ocorridas na identidade e nas condições do trabalho docente²⁷. Na discussão dessa temática, inserem-se, também, autores estrangeiros como Hargreaves (1998) e Ball (1998). Esses estudiosos demonstram a semelhança das condições de trabalho exercido pelos trabalhadores da educação no mundo.

As políticas educacionais, no Brasil, vêm introduzindo, desde a década de 90 do século XX, estruturas e controles que estimulam maior responsabilidade aos envolvidos no processo educacional. São mecanismos, muitos deles, subjetivos que se vão inserindo paulatinamente no ambiente escolar. Conforme Hargreaves (1998), perpassa um sentimento moral de pertença, o qual, ao responsabilizar os trabalhadores, os faz assumir outras responsabilidades e atividades, muitas delas não remuneradas. Por exemplo, muitas lideranças representam conselhos e entidades, realizam palestras, seminários, cursos, como também assumem a responsabilidade pela gestão econômico-administrativa de escolas, unidades e universidades, muitas delas, da mesma forma, sem receberem qualquer remuneração.

Esse cenário que atinge os trabalhadores em educação, está no conjunto das reformas que afetam a sociedade. Elas são decorrentes de um ideário neoliberal, emanado dos organismos internacionais e nacionais, como o Fundo Monetário Internacional – FMI, Banco Internacional para a Reconstrução e o Desenvolvimento – BIRD, Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES, entre outros, que determinam estruturas, metas e prazos para a implantação desse ideário, desconsiderando a realidade do País como um todo. O efeito dessa política, pautada em princípios de auto-administração e gerenciamento da estrutura pública, atinge importantes segmentos dos trabalhadores que passam a intensificar²⁸ e prolongar suas jornadas laborais.

Como já foi visto, a intensificação e o prolongamento do trabalho não se constituem, também, como um procedimento novo na História. Entretanto, essa

²⁷ Mesmo fazendo referência ao trabalho docente, a compreensão deste estudo é vinculá-lo a um processo dialético que envolve todos os segmentos da escola e da sociedade.

²⁸ A categoria dos trabalhadores em educação é majoritariamente feminina. Mesmo não sendo objeto central deste estudo, não é possível deixar de registrar que a intensificação do trabalho da mulher ultrapassa, em muito, as atribuições do trabalho escolar.

categoria passa a ser resgatada por Apple (1995) e Hargreaves (1998), na busca de entender os caminhos de racionalização e controle do trabalho na área educacional, com base no modo de produção capitalista contemporâneo, iniciado na década de 80 do século XX.

Conforme Apple (1995), a intensificação do trabalho docente está diretamente relacionada aos movimentos da reforma educacional que passaram a racionalizar o trabalho pela implantação de objetivos comportamentais e pela cobrança de uma rigidez burocrática que caracteriza o processo ensino - aprendizagem. A esse panorama, soma-se um quadro que envolve reuniões fora dos horários de aula, atividades extracurriculares (festas, gincanas, excursões, seminários etc.).

É a colonização administrativa e burocrática, ou seja, é “[...] o processo pelo qual os administradores absorvem ou `colonizam´ o tempo e os espaços dos professores com os seus propósitos” (HARGREAVES, 1998, p. 121).

Envolto no discurso liberalizante, o Ministério da Educação, Brasil, no final de 1990, implanta a descentralização da gestão administrativa e pedagógica da escola. Nela, a comunidade escolar, por meio dos Conselhos Escolares, recebe o encargo de gerenciar os recursos destinados à manutenção de cada unidade de ensino. Esses recursos são repassados pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação – FNDE.

Apesar de se basear no princípio coletivo de gestão, essa medida termina criando outras obrigações e ônus para os trabalhadores e para a comunidade envolvida, que passam a desempenhar atividades e funções que compreendem a gestão administrativa da escola. Por exemplo, a coordenação e gestão dos gastos, envolvimento com licitações, responsabilidade por reformas e limpeza do ambiente da escola, além das questões de gestão administrativa, burocrática e didático-pedagógica, geralmente centralizada nas equipes diretivas.

Estes últimos anos são marcados, também, pela construção de Projetos Político-Pedagógicos, elaboração de Regimentos e Planos de Estudos. Mesmo concentradas nas escolas públicas, essas atividades se espalharam para escolas particulares, centros educacionais e universidades. Tais tarefas demandam estudo,

reuniões, execução de outros trabalhos extras, ou seja, a intensificação do trabalho, indo além das tarefas institucionais pedagógicas.

Para desempenhar esses papéis e essas novas atribuições contemporâneas, os trabalhadores em educação vivificam o processo de colonização, expresso nas pressões, expectativas, culpas, frustrações em relação à possibilidade de garantir o alcance dos objetivos traçados. No âmbito da educação particular, alia-se o medo à instabilidade constante pela garantia do emprego.

É possível perceber que a intensificação do trabalho, dentro e fora do âmbito escolar, vai além do número de turmas e de alunos a serem atendidos. Ao executar outras atribuições, além da docência, esses trabalhadores não desenvolvem ou limitam, então, outras possibilidades de sociabilidade. Nesse emaranhado de relações, os trabalhadores têm de dar conta do cumprimento dos prazos do calendário escolar, das demandas curriculares, das responsabilidades de gestão e da formação e qualificação profissional (participar de cursos, encontros, seminários). As atribuições complexas que integram o cotidiano desses atores sociais, conforme Enguita (1991) transformam-se em frustração, uma vez que, dialeticamente, existe uma exigência moral e ética na realização dessas tarefas, limitadas pelas condições físicas e psíquicas dos indivíduos.

As conseqüências da mutação desse paradigma técnico-produtivo, deslocado de um mercado comercial e industrial para a área educacional, transformam a educação em mais um filão de mercado atrativo. A nova base organizacional traz consigo uma compreensão mística de qualidade de vida.

O rebatimento das políticas públicas, nesse período, vai refletir diretamente no setor privado da educação. Oliveira (2004) revela a desqualificação da formação profissional, a intensificação do trabalho em decorrência do rebaixamento salarial das últimas décadas do século passado e início deste. Mostra que a precarização do trabalho docente estabelece novas formas de controle, baseadas na auditoria e desempenho. Na auditoria, por exemplo, visualiza-se a sistematização de solicitações que abrangem relatórios de pesquisa, extensão, comprovação e atualização do currículo *lattes*, controle de conteúdos e comprovação de efetividade de trabalho, etc. O desempenho do professor, também, é constantemente monitorado. As universidades cumprem as determinações do Sistema Nacional de Avaliação Superior – SINAES, que estabelece, também, a avaliação docente feita

pelos alunos. É exigido dos professores o cumprimento de horas, além da carga horária de aula, de participação em atividades de extensão, pesquisa, seminários, reuniões, muitas delas realizadas fora do horário estabelecido no contrato de trabalho.

O desejo e as expectativas em atender às exigências determinadas pelos empregadores e direções das instituições de ensino impõem o alargamento das funções de trabalho, o que gera, muitas vezes, recrudescimento de auto-reponsabilização e de culpa, pois envolve condições e prazos estabelecidos. A ânsia e vontade de cumprir com as obrigações emanadas do trabalho nem sempre são compatíveis com as outras demandas do cotidiano, como família, saúde, lazer, entre outros.

Essa característica tem origem nos próprios trabalhadores em educação, ao vincularem o trabalho realizado a um sentido vocacional entranhado nessa profissão desde o início dos tempos.

O mundo moderno vem expressando a intenção do capital em ocupar, de forma mais contundente, espaços de disputa em todas as áreas passíveis, dentre elas, as do setor educacional privado que passa a ser um filão importante de lucro.

Essas estratégias envoltas num jogo de contradições reproduzem, muitas vezes, sentimentos de inadequação e culpa, explicitas no medo da perda de emprego e na insegurança de novas perspectivas de mercado. Noutra sentida, esse alargamento, quando remunerado, muitas vezes, traz consigo, um fetiche de qualidade de vida.

1.3.1 O fetiche da qualidade de vida a partir da intensificação e do prolongamento da jornada de trabalho

Este item da tese reflete, no seu conteúdo, uma das questões norteadoras mais significativas que induzem os trabalhadores em educação ao prolongamento da jornada. Refere-se ao fetiche²⁹ de qualidade de vida. De maneira geral, esses profissionais assimilam a compreensão de que quanto mais trabalho, mais qualidade de vida.

²⁹ O sentido atribuído vincula-se ao fetichismo da mercadoria que é a manifestação histórico-concreta da alienação nos marcos da sociedade capitalista. A alienação se expressa no fato de os indivíduos não conseguirem se reconhecer ou se apropriar dos objetos que criam, enquanto partes constitutivas do homem social “[...] aparecem necessariamente na forma de coisas, com estatuto ontológico similar às coisas naturais (Cf. Netto, 1991, prefácio de Carlos Nelson Coutinho).

Partindo da compreensão de o movimento societário ser dialético, é possível afirmar que a relação homem *versus* natureza deve ser pautada na busca de uma vida com qualidade³⁰. Entretanto, as crises do trabalho na sociedade contemporânea, nos últimos tempos, vinculam, diretamente, as ações de intensificação e prolongamento da jornada de trabalho com falas sobre qualidade de vida, tais como: “Se eu trabalhar, mais ganho mais”; “é trabalhando assim, que adquire os bens de que necessito”. Os sentidos atribuídos a essas falas trazem definições das mais diversas, entre elas, as que dizem respeito à saúde e ao bem viver, tão em voga nos dias atuais.

Novamente, percebe-se um caminho estéril e delicado, pois, nesse cenário de materialidade, traçado na base de uma sociedade salarial, residem fortes apelos à relação dicotômica: materialidade e subjetividade. Assim, é importante mostrar, a partir de unidades conceituais, os paradoxos e fetiches intrínsecos na relação existente entre prolongamento da jornada de trabalho e qualidade de vida. Para tal, é necessário transitar por alguns caminhos históricos que denotam conceitos sobre qualidade de vida e qualidade de vida no trabalho.

Dada a complexidade do tema, reitero não pretender buscar uma unidade conceitual. Pelo contrário, busco encontrar, na diversidade e nas particularidades, a compreensão de uma totalidade em movimento. Nesse sentido, conceituar “qualidade de vida” é, portanto, uma tarefa complexa, uma vez que os indivíduos assumem compreensões diferenciadas sobre esta temática. Conforme esclarece Buarque (1993, p. 157): “[...] talvez nenhum conceito seja mais antigo, antes mesmo de ser definido, do que ‘qualidade de vida’. Talvez nenhum seja mais moderno do que a busca da qualidade de vida”. Embora muitos elementos objetivos e subjetivos possam compor esse conceito, essa categoria e, mesmo sabendo que os aspectos qualitativos terminam sobrepondo-se aos aspectos quantitativos, procurei manter a vinculação entre a sociedade salarial, (melhores condições econômicas) e a busca por melhor

³⁰ A palavra qualidade vem do latim *Qualitate* s.f., e significa aquilo que caracteriza uma pessoa ou coisa e que a distingue das outras; modo de ser; atributo, predicado; aptidão; disposição moral; casta; espécie; título; cargo; posição social (dicionário on line priberam). Vida vem do latim *Vita* s.f., estado de atividade de animais e plantas; existência; espaço-tempo decorrido entre o nascimento e a morte; modo de viver; profissão; emprego; conjunto de coisas necessárias à subsistência.

qualidade de vida. Isso reitera dialeticamente a imposição de mais horas de trabalho.

Ao examinar a noção de qualidade de vida, Bodstein (1997) evidencia que a garantia do bem-estar das pessoas ultrapassa a questão meramente material. O ser humano necessita, ainda, para o bem viver³¹, de outros elementos que compõem a vida em sociedade, como liberdade, participação nas questões sociais e na vida pública, tratamento de igualdade, entre outros.

A dimensão social e política dada ao conceito "qualidade de vida" assume outras variantes, a partir do desenvolvimento tecnológico, com o advento de uma sociedade modernizada. Buarque (1993, p. 157) ressalta que "[...] a qualidade de vida passou a ser equivalente a viver no setor urbano, contar com máquinas que fizessem o trabalho pesado e controlar, da melhor forma possível, a natureza". Aqui, reside uma questão crucial entre as aspirações e as necessidades dos indivíduos: o tempo para o ócio e o lazer.

Algumas indagações norteiam o fio condutor desta tese e encaminham para a análise das contradições próprias do capitalismo (mas não exclusivas desse). Entre elas, qual o sentido de viver bem? De que se necessita para viver bem? De que se precisa para viver bem? Quem precisa viver bem?

A sociedade, na qual se vive, está, constantemente, produzindo novas necessidades, associando satisfação ao bem-estar pela via do consumo. Crocker (1993) destaca que, de acordo com os relatos de Adam Smith, no século XVIII, na Inglaterra, havia a obrigatoriedade de os homens usarem camisas de linho em aparições públicas. A importância de estar na moda, para aparecer em público, fazia da camisa de linho uma necessidade e uma obrigação social.

³¹ Mesmo sabendo que a expressão "viver bem" (grifo meu) encerra uma série de interpretações objetivas e subjetivas e, considerando que o capitalismo moderno se apresenta de maneira selvagem e extremamente excludente, poderia ser singelo dizer que, para a média geral das pessoas no Brasil, "viver bem" significa ver, na prática, o que preconiza o Capítulo II dos Direitos Sociais, explícitos na Constituição Brasileira de 1988: Art. 6º - São direitos sociais a educação, a saúde, o trabalho, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência social aos desamparados, na forma desta Constituição; Art. 7º, no parágrafo IV – salário mínimo, fixado em lei, nacionalmente unificado, capaz de atender a suas necessidades vitais básicas e às de sua família, como moradia, alimentação, educação, saúde, lazer, vestuário, higiene, transporte e previdência social, com reajustes periódicos que lhe preservem o poder aquisitivo, sendo vedada sua vinculação para qualquer fim".

Desse modo, o conceito de qualidade de vida passou a ser associado à aquisição de mercadorias, sentido que permanece e intensifica-se nos dias atuais. Elster (1992) também ressalta esse ponto, ao argumentar que a melhor qualidade de vida para o indivíduo está centrada no consumo e este último deve ser valorizado, porque está diretamente relacionado à felicidade ou bem-estar. Com tais considerações, pode-se, então, instaurar o seguinte ponto: a necessidade de ter uma qualidade de vida impulsiona o indivíduo a trabalhar mais. Como, nesta sociedade, o bem-estar está vinculado, diretamente, ao acesso e consumo de bens materiais, é necessário que os trabalhadores imponham mais horas de trabalho para adquirir tais bens.

O rebatimento das questões, que envolvem esses aspectos da vida, está contextualizado no papel exercido pelo Estado que, nas décadas de 60 e 70 do século XX, preconizou, segundo Hobsbawm (1995), uma vinculação entre liberalismo econômico e democracia social.

Nas décadas de 80 e 90 desse mesmo século, esses princípios passaram a ser aplicados e assimilados na área educacional, num momento histórico em que o mundo se consolidou com o paradigma neoliberal. No Brasil, o Estado assume o compromisso de cumprir com as políticas, principalmente as econômicas, determinadas pelo Fundo Monetário Internacional – FMI.

Limitado em atender às exigências de metas emanadas dos órgãos internacionais, o Estado não consegue, sequer, ater-se preconizado na sua Constituição Federal. Nesse intermédio, parte da sociedade civil brasileira mobiliza-se para a Assembléia Nacional Constituinte. O movimento dos trabalhadores traz, ao debate, temas de extrema relevância para a grande maioria da população, saúde, educação, trabalho, infância e adolescência, previdência, etc.

Evidencia-se um forte debate, que vincula, diretamente, trabalho - saúde - qualidade de vida. Mais adiante, essas questões vão assumindo novas manifestações, a partir das Conferências Nacionais realizadas por áreas de interesse. A 10^a Conferência Nacional de Saúde, realizada em 1996, por exemplo, aprofunda a discussão sobre várias manifestações vinculadas entre "saúde", "qualidade de vida" e "trabalho". Tais considerações servem para pontuar que qualidade de vida está diretamente estabelecida na esfera

cotidiana. Conseqüentemente, está relacionada, basicamente, a um determinismo econômico reproduzido no social. Portanto, é necessário vincular os acontecimentos globais ocorridos na contemporaneidade, os quais afetam milhões de pessoas.

A globalização³² é um deles, pois altera a relação das pessoas com o trabalho e com o meio ambiente. Além disso, acentua as desigualdades sociais e a pobreza, contribuindo, dessa forma, para a diminuição da qualidade de vida de grandes contingentes populacionais, ao mesmo tempo em que empurra outro contingente para o prolongamento da jornada de trabalho. Mas esse processo de globalização possui, também, aspectos benéficos, como, por exemplo, o acesso a bens facilitadores da vida moderna (eletrodomésticos, eletrônicos, meios de transporte, computadores etc.), instrumental determinante para o trabalhador poder buscar uma melhor qualidade de vida.

Esses bens contemporâneos estão disponíveis, numa velocidade imensurável, no mercado, e atingem as mais diferentes áreas. A área biomédica traz à tona analgésicos mais potentes, tranqüilizantes para auxílio ao sono, próteses que garantem maior mobilidade, terapias menos agressivas de combate às doenças crônico-degenerativas, aparelhos que detectam tumores de forma bastante precoce, entre tantas outras inovações. Na área da engenharia, visualizam-se braços e esteiras mecânicas digitalizadas, utilizando muito pouca mão-de-obra para seu manuseio. Na educação, ensino a distância, videoconferências, internet revolucionam o processo de ensino-aprendizagem.

Tal fato evidencia que a abordagem a respeito da qualidade de vida deve estar pautada em um contexto histórico, econômico e social, diretamente vinculado ao mundo do trabalho, num cenário de configurações que se metamorfoseiam no cotidiano das pessoas. Apesar das benesses e encantamentos propiciados por um mercado visualmente atrativo, essa propalada qualidade de vida nem sempre se estabelece, uma vez que, encerrada em contradições, mistifica a vida das pessoas.

³² O conceito de globalização encerra várias interpretações. Para este trabalho, utilizo a compreensão de que esse processo situa-se no decurso de uma revolução tecnológica contínua, que tem, como objetivo, a integração dos mercados centrada na flexibilização produtiva. Conforme Berger (2004) “[...] implica numa acentuação e generalizada potenciação da capacidade produtiva da força de trabalho. [...] Permite a dinamização quantitativa e qualitativa da força produtiva do trabalho” (BERGER, 2004 p. 157).

1.3.2 A qualidade de vida no trabalho – o fetiche do riso e da dor

Conduzido pela certeza de que é na busca da qualidade de vida que residem os fetiches e encantamentos que deslocam o verdadeiro sentido do trabalho, faz-se necessário compreender que, com o advento da sociedade industrial, o termo e o sentido de qualidade de vida se foram solidificando. Essa consolidação está vinculada à estrutura material, física, salarial e ao desempenho das tarefas a serem executadas pelos trabalhadores. Refletir sobre essas questões é o objetivo deste item.

É importante reiterar que, relativamente à temática “qualidade de vida”, existe significativa produção teórica. Nesse emaranhado de relações, que agitam as condições materiais e de saúde, o discurso amplia-se e passa a encontrar terreno fértil na área do trabalho, da administração e recursos humanos, incorporando-se, diretamente, à racionalidade dos processos produtivos, principalmente, nas fábricas e empresas.

A força desta tese ganha corpo, a partir da teoria clássica de Taylor e Fayol³³ e intensifica-se ao longo dos tempos. A racionalidade administrativa implementada passa, também, a se preocupar com as condições do indivíduo no interior das fábricas e empresas. Daí, então, disseminam-se várias ações, visando a motivar o trabalhador na execução e no aumento da produtividade. (jogos entre funcionários, festas de aniversários, Páscoa, Natal, final de ano, premiações para quem não falta ao serviço ou produz mais, entre outros).

Pereira (2006), ao abordar questões sobre as necessidades básicas do ser humano, reitera a existência de dois conjuntos: o das objetivas e o das universais. São pressupostos básicos para que os seres humanos se constituam como tal. Para dar conta dessas relações, os gestores do capital passam a atender, de modo mais sistemático, algumas aspirações pessoais dos indivíduos, vinculando-as às questões físicas e de saúde.

Em 1943, Maslow (1971), tratando das questões motivacionais, apresenta a Teoria da Hierarquia das Necessidades. O autor apresenta as necessidades humanas, segundo uma ordem hierárquica ascendente:

³³ Leitura instigante sobre as relações econômicas e sociais encontra-se no livro: *Novas idéias de economistas mortos: o pensamento econômico moderno*, de Todd Buchholz.

- a- necessidades fisiológicas: básicas para manter a vida, como alimentação (fome e sede), sono e repouso (cansaço), abrigo (frio ou calor), desejo sexual, etc. Enquanto não se satisfizerem essas necessidades básicas e fundamentais para manter a vida, não haverá outras que impulsionem o viver das pessoas;
- b- necessidades de segurança: nelas estão as que dizem respeito à estabilidade, à manutenção e à certeza do emprego, à proteção contra violência, entre outras;
- c- necessidades sociais: as pessoas, por viverem em sociedade, necessitam de vivência social, de convivência grupal, no trabalho, na escola, na igreja;
- d- necessidades de estima: ao verem suas necessidades sociais sendo concretizadas, as pessoas tendem a desejar estima, aceitação, reconhecimento, confiança, consideração e prestígio;
- e- necessidades de auto-realização: relacionam-se com a capacidade de concretizar o desenvolvimento de seu potencial, de autodesenvolver-se, de crescer social e pessoalmente.

Apesar de o autor tratar dessas necessidades humanas, baseando-se nas individualidades, pode-se vinculá-las aos determinantes de uma sociedade salarial que, basicamente, desde o século XX, assimila mudanças de caráter imensurável em todos os setores. A leitura de Hobsbawm (1995) mostra que as grandes mudanças podem ser identificadas, a partir da Era do Ouro, nas décadas de 50 e 60 do século passado. Nesse período, vivia-se, no mundo, um cenário de bipolarização. De um lado, os países sob a hegemonia capitalista americana e, de outro, os países sob a hegemonia socialista soviética. É sobre esses dois pilares que se irá efetivar um processo de desenvolvimento tecnológico de caráter imensurável.

Nesse contexto de ampliação de novos mercados, grandes investimentos são espalhados mundo afora. Conforme o mesmo autor (1995, p. 255), a era “[...] foi um fenômeno mundial, embora a riqueza geral jamais chegasse à vista da maioria da população do mundo”.

Sobre o movimento societário assentam-se, também, as compreensões acerca da qualidade no trabalho, as quais podem ser divididas em dois enfoques.

No primeiro, encontram-se aqueles que tratam, fundamentalmente, da estrutura organizacional e modelos de gestão das empresas. No outro, analisam-se questões que perpassam a preocupação ou pseudopreocupação com a realidade e a qualidade de vida dos trabalhadores/empregados³⁴ envolvidos nas organizações, dentre eles, os da saúde física, considerada como “[...] necessidade básica, porque sem a provisão devida para satisfazê-la os homens estarão impedidos inclusive de viver” (PEREIRA, 2006, p. 69).

A literatura, relativa ao tema, aponta uma marcante preocupação com a qualidade de vida no trabalho, a partir da década de 60 do século XX. Essa preocupação vincula-se, diretamente, ao processo produtivo e tem o objetivo de qualificar as relações de trabalho.

Empresários, governantes, intelectuais estudam formas e alternativas de amenizar o conflito latente, existente entre trabalho e capital, com o propósito de atender às demandas de um mercado crescente e emergente.

Flutua no ar um encantamento face às ações criativas do homem, principalmente, no relativo à sua capacidade de gerar bens e produtos tecnológicos, os quais se vão incorporando, de forma definitiva, à vida cotidiana de milhões de pessoas (máquinas de lavar roupa, microondas, lava-louças, vídeo cassete, DVD, telefones com identificador de chamadas, computadores, entre outros). Para dar conta desse novo mercado, é necessário adotar políticas e ações motivacionais, que possibilitem uma melhor relação dos trabalhadores na execução das tarefas no seu local de trabalho. Assim, cria-se uma rede de acompanhamento e benefícios ao trabalhador. Para tal, agregam-se, nas grandes empresas, profissionais como: assistentes sociais, psicólogos, administradores, nutricionistas, médicos e técnicos em segurança do trabalho, entre outros, que devem ouvir e atender a algumas necessidades explicitadas pelos trabalhadores, ao longo do dia de trabalho.

Ao sentido de qualidade no trabalho impõe-se, pois, um acompanhamento da saúde, realizado por médicos, enfermeiros e nutricionistas. Na área psicossocial, envolvem-se os assistentes sociais e psicólogos e outros, com a incumbência de tratar e orientar os trabalhadores naquilo que diz respeito à vida social e mental.

³⁴ Existe uma nomenclatura bastante significativa, para designar as pessoas envolvidas na relação contratual entre capital *versus* trabalho. São empregados, funcionários, potencial humano, colaboradores, entre outros. Vou tratar deles, utilizando o termo “trabalhadores”.

Para tanto, disseminam-se grupos motivacionais e terapêuticos, torneios esportivos, festas coletivas (Natal, Páscoa, aniversário da organização etc.), encaminhamentos de benefícios. Na área da produção, envolvem-se os administradores e técnicos de segurança do trabalho.

Nesse cenário, reside um fetichismo, envolvendo produção - salário - mercadoria, e perpassa-se um discurso de que aquilo que é bom para a empresa/organização é bom para o trabalhador. Na área da educação privada, por exemplo, é comum, em tempos de crise, ouvir-se o discurso de a instituição escolar ser sua família, ou seja, divide-se com o trabalhador o ônus do *déficit*. Entretanto, quando ela apresenta receitas superavitárias, não se vêem os gestores chamando os trabalhadores para dividir o bônus. Esse valor, geralmente, é aplicado na estrutura material e organizacional da escola/empresa. Tal fato gera novamente outros fetiches: ao qualificar a estrutura, possibilita-se ao trabalhador uma melhor qualidade de vida no trabalho.

Veja-se o que dizem alguns autores sobre qualidade de vida. Belcher, citado por Smith (1993) vai caracterizar ambientes de elevada qualidade de vida no trabalho, quando se impuserem os seguintes aspectos: *input* do empregado nas decisões, sua participação para solucionar os problemas, trabalho em equipe e níveis significativos de segurança dentro da organização, assim como segurança na manutenção do emprego.

Conforme Kananne (1994), o sentido de qualidade de vida está associado às condições favorecedoras do bem-estar do trabalhador, relativamente às questões pessoais e profissionais. Isso só se torna possível, se houver uma interação entre os interesses do indivíduo e os da organização.

A leitura de Gadon (1984) evidencia que algumas condições devem agregar-se, para o trabalhador ter melhor qualidade de vida no trabalho, dentre elas: condições de segurança no emprego, certa autonomia, dignidade e respeito. Fernandes (1996) agrega, também, outros fatores capazes de influenciar na qualidade de vida no trabalho: fatores sócio-psicológicos, tecnológicos e físicos que se refletem na produtividade da empresa e no bem-estar do trabalhador.

Atualmente, pesquisadores vinculados ao Departamento de Psiquiatria da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (Grupo WHOQOL, (1998) vêm desenvolvendo pesquisas sobre qualidade de vida e a define como a percepção do indivíduo de sua posição na vida, no contexto da cultura e sistema de valores, nos quais ele vive em relação aos seus objetivos, expectativas, padrões e preocupações.

O referencial bibliográfico sobre essa temática é extremamente rico. Parte significativa dos referenciais está vinculada, diretamente, ao *locus* de gestão empresarial, industrial (*capital versus* trabalho). Nesse cenário multidimensional, agregam-se conceitos e sentidos que perpassam, dialeticamente, valores referentes à materialidade e à subjetividade das pessoas no acesso a bens materiais.

O quadro 1 ilustra a evolução pragmática desse conceito.

QUADRO 1

Concepção evolutiva da QVT	Característica ou visão
1. QVT como uma variável (1959 a 1972)	Reação do indivíduo ao trabalho. Investigava-se como melhorar a qualidade de vida no trabalho para o indivíduo.
2. QVT como uma abordagem (1969 a 1974)	O foco era o indivíduo antes do resultado organizacional; mas, ao mesmo tempo, buscava-se trazer melhorias tanto ao empregado como à direção.
3. QVT como método (1972 a 1975)	Um conjunto de abordagens, método ou técnicas para melhorar o ambiente de trabalho e tornar o trabalho mais produtivo e mais satisfatório. QVT era vista como sinônimo de grupos autônomos de trabalho, enriquecimento de cargo ou desenho de novas plantas com integração social e técnica.
4. QVT como um movimento (1975 a 1980)	Declaração ideológica sobre a natureza do trabalho e as relações dos trabalhadores com a organização. Os termos “administração participativa” e “democracia industrial” eram freqüentemente ditos como ideais do movimento de QVT.
5. QVT como tudo (1979 a 1982)	Como panacéia contra a competição estrangeira, problemas de qualidade, baixas taxas de produtividade, problemas de queixas e outros organizacionais.
6. QVT como nada (futuro)	No caso de alguns projetos de QVT fracassarem no futuro, não passará de um “modismo” passageiro.

Fonte: Nadler e Lawler apud Fernandes (1996).

O desenvolvimento do conceito, retratado pelo quadro 1, expressa a preocupação do empresariado em qualificar as relações de trabalho. Tema tratado, por Hobsbawm (1995), como a Era de Ouro. Esse período mostra o setor empresarial investindo, cada vez mais, no trabalho mecânico robotizado, nas linhas de montagens, em grandes centros de computação, os quais controlam o horário, produção e dispêndio de energia, em detrimento Do trabalho humano, criando, na sociedade, um frenesi de desenvolvimento interminável.

Esse mesmo contexto, gerador de uma euforia desenvolvimentista, empurra um contingente, extremamente significativo de trabalhadores, para o desemprego. Conforme Anderson (1995), o mundo capitalista avançado cai numa grande recessão. Em vários países importantes, visualiza-se baixa taxa de crescimento com altas taxas de juros. O modelo econômico implantado começa a dar sinais de não se sustentar, sem haver o equilíbrio do mercado, expresso em níveis compatíveis de produção e consumo. É a vinculação direta entre o riso (satisfação) e a dor (sofrimento), entre o ter e a impossibilidade de ter.

Esse desenho organizacional tem reproduzido um discurso sobre qualidade de vida, através do qual os trabalhadores se sentem persuadidos por pequenos benefícios incorporados ao seu cotidiano de trabalho. Na universidade, por exemplo, o fato de terem disponibilizado café e frutas na sala dos professores, faz com que se crie um vínculo ideológico de sentimento de preocupação, por parte dos gestores. Esses “benefícios maleáveis”, em muito, deslocam outros problemas estruturais mais importantes, como acúmulo de reuniões, sobrecarga de trabalho, demissões de professores antigos e qualificados e a contratação dos chamados professores equivalentes³⁵, entre outros.

O panorama exposto, até o momento encerra complexidades nem sempre compreendidas pelo conjunto desses trabalhadores, muitas delas definidas por uma estrutura contratual legal.

³⁵ O termo “professor equivalente” vem sendo utilizado, para referenciar os professores contratados pelo poder público, em caráter emergencial. É importante ressaltar que esse mecanismo que vem sendo aplicado no Brasil, faz parte do ideário neoliberal do desmonte da estrutura educacional pública, com reflexos significativos na qualidade do produto oferecido.

1.4 A normatização do trabalho docente no Brasil e os rebatimentos na ação docente

Este item apresenta alguns tópicos paradoxais sobre a regulamentação da jornada de trabalho dos profissionais em educação, fazendo referência, também, à carga horária em alguns países. No decorrer, analisam-se aspectos gerais do movimento histórico da CUT - Central Única dos Trabalhadores no Brasil.

Mesmo tendo de cumprir com questões legais, as quais normalizam as relações de trabalho, a estratégia, utilizada pelo Estado e pelos detentores do capital, tem sido a de vulnerabilizar as relações com a classe trabalhadora³⁶, no que tange ao cumprimento das normas trabalhistas.

Um subsídio necessário, neste estudo, refere-se às questões constitucionais que regulam a jornada de trabalho, principalmente, aquelas que têm rebatimento no ramo profissional da educação. Uma breve revisão da legislação contribui para melhor compreensão da análise deste estudo.

1.4.1 Os rebatimentos da normatização do trabalho docente no Brasil

A história dos trabalhadores, no Brasil, mostra que, em alguns momentos, houve avanços sobre as questões legais que regulam as condições de trabalho (carga horária, insalubridade, etc.). Desse modo, os ditames internacionais, que impõem ao mundo uma política de liberalidade do mercado, impulsionam o Estado, o Congresso Nacional e o empresariado brasileiro a suprimirem uma série de direitos já adquiridos pelos trabalhadores.

Conforme Dal Rosso (1996), a primeira lei que regulamentou a jornada de trabalho no País, em oito horas diárias, foi adotada pelo Estado da Bahia, em 1917. Após a década de 30 do século XX, a regulamentação passou a ser feita por

³⁶ O final do século XX e início do XXI apresentam uma configuração, na qual a categoria “trabalho” passa a ser extremamente significativa. Mesmo sabendo estar transitando por caminhos nem sempre sólidos, busco revalidar o significado histórico, escrito por Marx e caracterizado: a) pelas várias fases de desenvolvimento da classe operária; b) por mudanças lentas, graduais e imperceptíveis, significativas na contemporaneidade e no movimento societário; c) pelo papel que desempenha, no conjunto do modo de produção capitalista, no trabalho ou no consumo; d) pelo processo de globalização da economia.

decretos e estabeleceu a jornada de quarenta e oito horas semanais. Esses decretos contemplaram a diferenciação de carga horária para algumas categorias, fixando o trabalho contínuo em seis horas diárias ininterruptas.

No Brasil, a normatização das regras de trabalho, no Brasil, que vigora atualmente, data da Constituição Federal de 1988; todavia, a base de sua aplicabilidade parte do Decreto-Lei nº [5.452, de 1º de maio de 1943](#).

No corpo dessa Lei, constavam várias regulamentações, as quais atendiam a interesses específicos de várias categorias de trabalhadores, dentre eles: professores, jornalistas, bancários, além de funcionários de telefonia, telegrafia submarina e subfluvial, radiotelegrafia e radiotelefoneia.

Naquele momento, a própria Constituição reiterava a diferença e importância entre o trabalho docente e o administrativo-técnico, pois ela tratava, especificamente, da categoria de professores. Quanto à carga horária e às condições de trabalho, o Decreto-Lei nº.5.452, na Seção XII, assim expressa:

Art. 318 - Num mesmo estabelecimento de ensino não poderá o professor dar, por dia, mais de 4 (quatro) aulas consecutivas, nem mais de 6 (seis), intercaladas .

A leitura do referido artigo salienta uma das questões ideológicas norteadoras da história dessa categoria profissional. A Lei diz: que “[...] o professor não poderá ‘dar, por dia’ mais de quatro aulas consecutivas”. O sentido de “dar aula” que se institucionalizou, ainda coloca o docente num patamar diferenciado. A sociedade apresenta o professor como indivíduo vocacionado, predestinado ao ensino e à bondade. Esse sentido, incorporado pelo coletivo dessa categoria, induz a um sentimento de pertença que anula a compreensão da venda do trabalho.

O caráter dessa reprodução é fruto do discurso mantido pelos gestores do processo educacional, ao longo dos tempos. Nele, é reiterada a diferenciação e a valoração da divisão social do trabalho. Historicamente, mesmo recebendo salários incompatíveis com a sua função e responsabilidade que lhe é atribuída, os docentes mantêm o *status quo*, reafirmando essa condição de trabalhador diferenciado. Na pseudovaloração, reside a contradição com a condição

concreta. Esses profissionais, não conseguindo manter um padrão social compatível com o salário recebido, passam a buscar outras formas de manutenção do padrão de vida, entre elas, a de prolongar suas jornadas de trabalho.

Segundo Hargreaves (1998), essa situação, em geral, passa a ter particularidades na área da educação privada, a partir da intensificação do trabalho, que se dá nas décadas de 1980 e 1990. Elas são marcadas pela busca da recuperação do poder aquisitivo, visto que o arrocho salarial é extremamente significativo nesse período. Assim, é através do fortalecimento do movimento sindical que algumas reivindicações passam a configurar-se como conquista dos trabalhadores em educação.

Vale novamente o recurso poético “tira o seu sorriso do caminho que eu quero passar com a minha dor.” No interior do movimento sindical, é visível a diferença circunstancial existente entre os profissionais que atuam no setor público e os que atuam no privado. Nas décadas citadas, a estrutura física e material bem como os salários do setor público, eram superiores aos da educação privada. Isso se refletia diretamente no padrão e na estrutura de vida desses profissionais. Atualmente, a educação pública passa por um processo de desmonte, que atinge a todos os níveis educacionais. De outro lado, acentua-se a valorização do ensino privado.

Esse cenário que oscila em períodos conjunturais, reflete-se até os dias de hoje. Existem limites na unificação da luta dessa categoria profissional. Sindicatos, Federações e Confederações constroem suas pautas de luta como se fossem ramos diferenciados.

Nesse ínterim, os Sindicatos dos trabalhadores do setor privado do RS começam a construir lutas conjuntas com o objetivo de fortalecer suas entidades e fazer enfrentamentos mais eficazes junto às entidades patronais, que, também, passam a se articular de forma coletiva, através do Sindicato das Escolas Particulares do RS - SINEP³⁷.

³⁷ É importante ressaltar a existência de um único sindicato das escolas particulares no Estado. O mesmo agrega todos os níveis de educação, perpassando pelo ensino básico ao universitário, bem como aglutina as demandas específicas de professores e funcionários. A organização dos trabalhadores em educação no RS é construída através da existência de vários sindicatos.

Um dos fatores determinantes, que passa a contribuir para esse fortalecimento, é a junção da pauta de reivindicação conjunta de professores e funcionários.

A convenção coletiva de trabalho do SINPRO/SINTAE/2006 evidencia a luta construída nas últimas décadas. Dentre várias conquistas, está a superação do valor do piso salarial acima do mínimo nacional determinado em lei. A Medida Provisória nº 362, de 29 de março de 2007, com vigência em 01 de abril de 2007, estipula o valor do salário mínimo em R\$ 380,00 (trezentos e oitenta reais).

A Convenção Coletiva de Trabalho dos Professores do RS, SINPRO/RS, estabelece os seguintes valores a serem pagos pela hora-aula, a partir de 1º de março de 2006, valores que ficam acima do mínimo estabelecido, conforme o quadro abaixo:

QUADRO 2

Educação Infantil, Ensino Fundamental de 1ª a 4ª série	R\$ 7,62
Ensino Fundamental – séries finais – 5ª a 8ª série	R\$ 8,16
Ensino Médio e Educação de Jovens e adultos	R\$ 10,87
Educação Profissional	R\$ 10,87
Educação Superior	R\$ 7,00
Cursos livres (professores sem graduação)	R\$ 8,16
Cursos livres (professores com graduação)	R\$ 10,87

Fonte: Convenção Coletiva de Trabalho (SINPRO/RS, 2006, p. 10).

Em decorrência desses movimentos e da articulação entre os vários sindicatos da rede particular de ensino do RS, vem ocorrendo, nas últimas décadas, um crescimento na massa salarial desses trabalhadores e, nesse ínterim, a manutenção de algumas cláusulas sociais e econômicas importantes na composição do salário final. O desconto da mensalidade e a obrigação da manutenção dos planos de saúde são exemplos concretos de conquistas sociais.

Outra questão vinculada está na carga horária de trabalho e nas tarefas executadas. Segundo os sindicatos dos trabalhadores em educação do RS (2006), existe sobrecarga de trabalho que extrapola, em muito, as seis horas de trabalho intercaladas.

No Capítulo II dos Direitos Sociais, no art. 7º a Constituição de 1988, diz:

XIII - duração do trabalho normal não superior a oito horas diárias e quarenta e quatro semanais, facultada a compensação de horários e a redução da jornada, mediante acordo ou convenção coletiva de trabalho.

Como se observou no item anterior, esses trabalhadores intensificam e prolongam suas jornadas além das oito horas estabelecidas, quer seja na mesma, quer seja em outra atividade.

Outra faceta interessante refere-se ao repouso semanal. O art. 7º do Capítulo II da mesma Constituição diz: “XV - repouso semanal remunerado, preferencialmente aos domingos”.

Oficialmente, existe repouso semanal remunerado, porém vários trabalhos, como correção de provas, organização de registros, preparação de aulas são realizados nos finais de semana³⁸.

Outro aspecto da Lei preconiza a igualdade entre trabalho intelectual e manual; no entanto é solidificada a diferenciação e a valorização do trabalho docente³⁹ em relação ao trabalho técnico-administrativo.

³⁸ Chamo atenção para um novo fenômeno que vem ocorrendo e não está sendo discutido. Entendo que logo será pauta de discussões judiciais. Com a absorção gradativa da era computadorizada, uma série de atividades e atribuições passam a incorporar o cotidiano dos trabalhadores. São demandas, como orientações de trabalhos, trabalhos de conclusão de curso, dissertações, artigos e teses feitas via *internet*. São *e-mails* respondidos e/ou que devem ser respondidos, sob pena de perda de prazos. São registros de conteúdos programáticos, frequência, provas, pareceres em processos, entre outros. Muitas dessas atividades são realizadas fora do horário de trabalho estabelecido, na madrugada, nos finais de semana. Algumas dessas atividades não realizadas são passíveis de punição. Isso significa que o trabalhador deve manter-se conectado ao serviço vinte e quatro horas do dia. Creio que essa situação será pautada, muito em breve, visto que a mesma extrapola, em muito, o estabelecido na Constituição Federal e, certamente, será tema de embate entre os sindicatos.

³⁹ A diferenciação entre o trabalho docente e o trabalho administrativo sempre foi visível na estrutura educacional brasileira, tal a validação dada aos professores e ao caráter de subalternidade dado aos técnicos e administrativos (comprovado através das convenções coletivas de trabalho). O movimento sindical dos trabalhadores em educação do RS avançou, consideravelmente, nas últimas décadas. Entretanto, a convenção de 2007, do SINTAE, por exemplo, traz, no seu interior, uma diferenciação salarial entre técnicos, administrativos, serventes, porteiros, etc. Com certeza, isso fragmenta e enfraquece o caráter coletivo dessa categoria de trabalhadores.

O artigo 8º, inciso XXXII, garante essa igualdade: “[...] proibição de distinção entre trabalho manual, técnico e intelectual ou entre os profissionais respectivos”.

No plano institucional, duas atividades são tratadas como distintas: uma atividade meio, executada pelos funcionários, e uma atividade fim, executada pelos professores. No movimento societário, essa diferenciação entre trabalho manual do intelectual tem sido assimilada com uma subordinação natural.

1.4.2 A realidade obscura da jornada de trabalho

A incorporação da intensificação da jornada, a ampliação do trabalho através de horas-extras e o prolongamento, seja eventual, seja permanente, nem sempre reproduzem, de modo visível, as reais conseqüências no exercício profissional docente. Isso quer dizer: muitas vezes, essa obscuridade vai-se incorporando, lentamente, sem a percepção clara de quem amplia a jornada de trabalho.

Em vários momentos da conjuntura, os movimentos sociais e populares incorporaram um discurso de redução da carga horária, como forma de minimizar os níveis de desemprego no mundo, principalmente, a partir da década de 70 do século XX. Segundo os estudos de Dal Rosso (2006, p. 393), a redução da jornada de trabalho se constitui como um dos mecanismos para minimizar o desemprego estrutural, [...] “é uma condição para o livre desenvolvimento da personalidade individual e para o desenvolvimento coletivo”.

O importante é referenciar que os ventos da flexibilização reproduzem a dicotomia entre acesso e não-acesso, seja a bens de consumo, seja ao emprego. Segundo Antunes (1997), o mundo partilha novos contextos de desemprego, subemprego e informalidade. Uma das grandes questões que pautaram a agenda dos movimentos sindicais, pós segunda guerra mundial, foi a regulamentação da jornada de trabalho em quarenta horas semanais. É possível perceber que a preocupação do mercado produtivo estava centrada, fundamentalmente, na indústria de transformação, e não na da educação, que vai tomar novos rumos lucrativos a partir da década de 1960.

A jornada de quarenta horas semanais é uma das principais reivindicações do movimento sindical do pós-guerra, sobretudo, na Europa. Em diversos países, a jornada regular de trabalho, prevista em lei, é de quarenta horas, sendo que acordos coletivos prevêem um tempo menor, variando de trinta e cinco a 39 trinta e nove horas.

Os quadros 3 e 4 mostram uma variação na carga horária trabalhada em diversos países. É importante ressaltar que esses trabalhos são realizados nas indústrias de transformação, um setor fundamental para a sustentação das relações capitalistas. A implementação ou redução da jornada de trabalho reflete o momento conjuntural e histórico de cada país.

QUADRO 3

Jornada de trabalho semanal na indústria de transformação	
Países selecionados - 1994	Horas
Brasil (1)	44,0
México	44,8
Uruguai (2)	43,1
Chile	44,6
EUA (3)	42,0
Japão (2)	37,7
Dinamarca (2)	31,5
Canadá (2)	38,6
Alemanha, RF (3)	38,0
França	38,6

Fonte: OIT. Anuário de estadísticas del trabajo in Anuário dos Trabalhadores 1996/97 - DIEESE.
Notas: (1) jornada legal; (2) dados de 1993; (3) horas remuneradas.

Países com um processo de desenvolvimento mais acelerado, como Japão, Alemanha, França, Dinamarca, por exemplo, já possuem uma carga horária de trabalho menor do que quarenta horas semanais. Por outro lado, países que buscam crescer, como Brasil, México, Uruguai, possuem carga horária maior que quarenta horas.

QUADRO 4

Jornada semanal de trabalho legal e/ou convencional – países selecionados – 1996 (em horas)		
Países	Lei	Convenções coletivas
Alemanha	-	37,5
Áustria	40	37 a 40
Bélgica	40	36 a 38
Dinamarca	-	35 a 37
Espanha	-	40
Finlândia	-	38,5
França	39	35 a 39
Grã-Bretanha	-	35 a 40
Grécia	41	37,5 a 40
Irlanda	48	39
Islândia	40	37 a 40
Itália	40	36 a 40
Luxemburgo	40	36 a 40
Holanda	48	35 a 40
Noruega	40	37,5
Portugal	40	35 a 40
Suécia	40	35 a 40
Suíça	46 a 50	40,4

Fonte: Confederações Nacionais de Trabalhadores.
Elaboração: DIEESE.

A partir desses dados, pode-se afirmar que, em alguns momentos, os sindicatos e os movimentos sociais têm garantido o avanço nos direitos dos trabalhadores. Entretanto, apesar do empenho de alguns sindicatos, as últimas décadas são marcadas pelo recuo nos direitos trabalhistas e nas convenções coletivas de trabalho. Os níveis de desemprego e subemprego têm levado um contingente, cada vez maior, para o setor informal da economia, gerando um novo cenário no Brasil e no mundo.

O quadro 5 mostra um cenário de redução da jornada de trabalho no Brasil, trazendo, no seu interior, alguns benefícios imediatos e flexíveis.

QUADRO 5
Cláusulas sobre redução de jornada nos acordos coletivos

Categoria	UF	Número de trabalhadores	Resultados	Data
Souza Cruz - Santa Cruz do Sul (alimentação)	RS	-	Redução da jornada de trabalho para 40 horas semanais, durante 180 dias corridos no ano, sem qualquer redução do salário	
Bahia Sul Celulose (papel e papelão)	BA	-	40 horas semanais para o pessoal administrativo	
Fiat - Betim (metalúrgicos)	MG	-	Redução da jornada de 44 horas para 40h40min sem redução de salários, a partir da regulamentação dos três turnos, acabando com a superposição dos mesmos	Dez/97
Ford - Osasco	SP	550	Jornada de 42 horas a partir de abril/97 (a empresa anunciou o fechamento da fábrica para dezembro/97)	Abr/97
Grupo Eluma - Santo André (metalurgia)	SP	1.100	Redução da jornada de trabalho de 43h15min para 42 horas	Set/95
Hightech - Santo André (metalúrgicos)	SP	56	Redução da jornada sem redução de salário: redução de 44 horas para 40h30min. Na prática, 37h30min quando não houver expediente no sábado e 43h30min na semana com trabalho aos sábados	Out/97
Irbas Metal - São Bernardo do Campo (artefatos de ferro e metais)	SP	160	A partir de 06/95, redução da jornada de trabalho para 41h30min	Jun/95
Karmann Ghia - São Bernardo do Campo (montadora)	SP	352	A partir de 01/07/96, redução da jornada de trabalho para 42 horas semanais, sem flexibilidade	Jan/96
Molins do Brasil - Mauá	SP	-	Jornada de 40 horas	Out/96
Panex - São Bernardo do Campo (estamparia)	SP	800	A partir de 05/95, redução da jornada de trabalho para 42h45min	Mai/95
Pierre Saby - Santo André	SP	300	Jornada de 41 horas	Fev/97
Tamet - Diadema (autopeças)	SP	238	A partir de 01/01/96, redução de jornada de trabalho para 42h20min	Jul/95
ZF do Brasil - Sorocaba	SP	-	Jornada de 43h30min com previsão de chegar a 42 horas dentro de um ano; o acordo garante ainda a não redução de salários e a manutenção dos atuais empregos	Nov/96
Febem - São Paulo	SP	-	Jornada de 36 horas (3 dias de trabalho por 2 de folga)	Jan/97
Hospital das Clínicas - São Paulo (radiologistas)	SP	45	Redução de jornada de 8 horas para 6 horas diárias	Out/97
Hospital São Paulo (radiologistas)	SP	20	Redução de jornada concedida pelo TRT de 44 para 24 horas semanais	Out/97

Fonte: Banco de Dados Sindicais/DIEESE.

Importante, também, assinalar a manutenção de mais horas nas empresas com maior número de trabalhadores.

Nesse devir conjuntural, fica, cada vez mais difícil, manter as garantias já estabelecidas, como mostra o quadro 6 sobre a redução da jornada com redução de salários.

QUADRO 6

Cláusulas sobre redução de jornada com redução de salários nos acordos coletivos

Categoria	UF	Número de trabalhadores	Resultados	Data
Fábrica Bangu de Tecidos	RJ	400	Redução da jornada de trabalho com redução de salário, sendo 25% de redução na jornada e 25% de redução nos salários.	Nov/97
Eaton - Santo André (autopeças)	SP	500	A partir de 09/95, redução de jornada de trabalho e salário em 20%, com trabalho de segunda a quinta-feira.	Ago/95
Heral - Santo André	SP		Redução, pelo período de 3 meses, de jornada (20%) e salários (12,5%). Compromisso de não demissão no período.	Set/98
Iochpe-Maxion - Cruzeiro (máquinas agrícolas e terraplenagem)	SP	-	Redução da jornada e do salário em 20%, durante 90 dias, até 01/96. Estabilidade durante 90 dias.	Out/95
Metagal - Barueri (metalúrgicos)	SP	100	Redução da jornada em 20% e dos salários em 10%, a partir do início de janeiro; em 26/01 retornaram à jornada de 44 horas, em decorrência da necessidade de aumentar a produção.	
Metal Leve - São Bernardo do Campo (autopeças)	SP	1.600	Redução da jornada de trabalho em um dia por semana com redução de salário em 7%.	Out/95
Misura - São Paulo (autopeças)	SP	73	Redução da jornada em 18% e de salários em 9%, entre janeiro e março de 98.	Jan/98
Tecnotubo - São Paulo	SP	180	Redução da jornada em 25% e de salários em 10%, para fevereiro e março de 98.	
Unionrebit - São Caetano do Sul	SP	64	Redução da jornada em 20% e do salário em 10%.	

Fonte: Banco de Dados Sindicais/DIEESE.

A redução da jornada de trabalho, aliada à redução do salário, constitui-se como um grande retrocesso na luta dos trabalhadores do mundo todo.

Para Castel (2005), a “[...] precarização do emprego e o aumento do desemprego são, sem dúvida, as manifestações de um *déficit de* lugares ocupáveis [...]”. O autor reitera ser isso um dos fenômenos mais relevantes na atual conjuntura. Tais abalos atingem um número significativo de pessoas aptas profissionalmente, mas que não encontram colocação no mercado. Para garantir sua sobrevivência, o contingente de trabalhadores busca alternativas no mercado informal.

Outro cenário identificado é a permanência nos postos de trabalho de profissionais com tempo de serviço para a aposentadoria, mas que, por dificuldades financeiras, optam por permanecer trabalhando. Outro aspecto, para além do financeiro, é o local de trabalho se constituir em uma referência tão absorvente que os sujeitos não se reconhecem no espaço da vida privada e, portanto, têm dificuldades em desvincilhar-se do posto de trabalho.

1.4.3 O processo da diminuição da jornada de trabalho no Brasil a partir de 1970 e o reflexo na área educacional

No movimento das alterações, que flexibilizam as relações de trabalho no mundo, o Brasil vivencia, no final da década de 70 e início da década de 80 do século XX, uma onda de greves, que impulsionaram o movimento sindical e popular do País, bem como incorporar o debate sobre a diminuição da jornada de trabalho.

Em 1983, é criada a Central Única dos Trabalhadores – CUT⁴⁰, que passa a aglutinar sindicatos urbanos e rurais. O segundo Congresso Nacional, realizado no Rio de Janeiro, no período de 31 de julho a 03 de agosto de 1986, mantinha o posicionamento explícito de luta por uma sociedade socialista. Com o lema “Salário, emprego e liberdade para todos. Terra para quem nela trabalha”, foram debatidos planos de lutas que defendiam a recuperação das perdas e aumento real dos salários; salário mínimo do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Sócio-Econômicos – DIEESE; congelamento dos preços e abastecimento; reajuste automático mensal dos salários; estabilidade no emprego; fim da mão-de-obra temporária; redução da jornada para quarenta horas semanais; salário-desemprego real; liberdade e autonomia sindical; participação popular na Constituinte; reforma agrária sob controle dos trabalhadores; punição dos assassinos dos trabalhadores rurais; não pagamento da dívida externa.

O III Congresso Nacional dos Trabalhadores de CUT – CONCUR – realizou-se entre os dias 7 e 11 de setembro de 1988, em Belo Horizonte (MG). Foi o último congresso de massas da Central e o maior da história do movimento operário no Brasil. Participaram 6.218 delegados. O número de entidades filiadas passou de 284 (duzentas e oitenta e quatro) para 450 (quatrocentas e cinquenta) entidades.

O plano de lutas, aprovado no III CONCUR, foi, praticamente, o mesmo daquelas do congresso anterior, acrescentando-se a exigência da imediata

⁴⁰ Os dados históricos, disponibilizados na página http://www.pstu.org.br/teoria_materia, no dia 11 de dezembro de 2006, refletem o movimento de organização dos trabalhadores brasileiros. Na condição de representante da base dos Assistentes Sociais de Pelotas e do Sindicato dos Auxiliares em Administração Escolar do RS, participei, como delegado, do 2º Congresso Nacional, no Rio de Janeiro, e do 3º Congresso, em Minas Gerais. É importante ressaltar que, naquele momento conjuntural, perpassava, no interior do movimento dos trabalhadores rurais e urbanos, um sentimento de unidade que deveria ser canalizado para uma única central. A partir de então, no decorrer dos outros congressos, afloram interesses tantos, que serviram para fragmentar a luta dos trabalhadores.

implementação das reivindicações dos trabalhadores incluídas na Constituição de 1988, à época recém promulgada.

Apesar do fortalecimento das entidades dos trabalhadores e da pauta de reivindicações colocadas na agenda nacional, referente à redução da carga horária para quarenta horas semanais, o movimento perdia força, uma vez que o grande empenho do movimento sindical era executar, prioritariamente, as outras bandeiras de luta (dentre elas, a da reforma agrária) e de barrar as demissões em massa realizadas, principalmente, na categoria mais organizada no País no momento, a dos metalúrgicos.

Nesse sentido, então, apesar de ter sido contemplada como discussão nos dois Congressos, a questão da carga horária de trabalho é reiterada e promulgada na Constituição de 1988⁴¹ e vigora até os dias atuais.

Assim, com algumas particularidades e avanços, o Brasil mantém uma jornada de trabalho maior do que a média executada nos países desenvolvidos. Conforme Dal Rosso (1996), nos países subdesenvolvidos, é comum a imposição de jornadas superiores a quarenta horas semanais.

1.4.4 A materialização eventual e permanente do trabalho executado pelos docentes da UCPel

Este item, no conjunto, situa a temática do prolongamento da jornada de trabalho num contexto ampliado, mostrando que esse fenômeno faz parte do cotidiano dos trabalhadores desde o início dos tempos. Após, estabelece, como *locus* de análise, a realidade vivida pelos professores da rede particular de ensino da cidade de Pelotas, dando ênfase aos que trabalham na UCPel. O estudo demonstra, na particularidade, que o prolongamento da jornada executada por esses profissionais materializa-se de forma eventual ou permanente.

⁴¹ A Carta Magna de 1988 previu, como regra geral, a jornada de trabalho de oito horas diárias e quarenta e quatro semanais para os empregados urbano e rural, impondo gratificação sobre a remuneração de horas extraordinárias, laboradas além da jornada normal. Essa é a redação do art. 7º, incisos XIII e XVI.

Apesar dos registros históricos sobre a forma sistemática de induzir os trabalhadores ao extrapolamento⁴² da jornada de trabalho e sobre as condições de trabalho insalubres, suportadas por homens, mulheres e crianças nos diferentes modos de produção, é, na sociedade capitalista, que se vão configurar os novos paradoxos decorrentes de uma sociedade que assume, gradativamente, o processo desenvolvimentista e tecnológico em curso.

O desenvolvimento do capitalismo, principalmente na fase mercantil, propicia a inserção, no mercado, de um contingente de trabalhadores assalariados que irão compor o novo contexto social. Essa inserção vai imputar aos trabalhadores uma carga horária de trabalho que extrapola, até mesmo, os limites físicos e morais.

A exploração e as condições de trabalho solidificam-se, fundamentalmente, a partir do século XVI, apesar de essas características da produção capitalista ter sido identificadas nos “[...] séculos XIV e XV, em certas cidades do Mediterrâneo” (MARX, 1984, p.165). Portanto, as mudanças históricas dos processos produtivos determinam as relações de produção e do trabalho, o que realimenta, sobremaneira, o ideário capitalista que vê, no trabalho extraordinário⁴³, a possibilidade de aumento da produção e do lucro.

As condições de trabalho retratadas nos séculos passados e as vividas atualmente, de condições insalubres, de extensas jornadas, revelam a semelhança e a forma contundente a que eram submetidos os trabalhadores adultos, jovens, mulheres e crianças. São condições de exploração a percorrer os caminhos e a transcender temporalidades, uma vez que, com o desenvolvimento tecnológico, as pessoas passam a incorporar novas perspectivas e necessidades. Marx (1989, p. 241) afirma: “A parte do seu dia de trabalho despendida para esse fim é maior ou menor segundo o valor dos meios de subsistência os quais em média necessita diariamente [...]”.

⁴² A relação direta, existente entre homem e trabalho, objetivada no modo de produção capitalista, faz com que a exploração do trabalho humano nas suas mais diversas características, extrapole aos mais diferentes limites. São limites que estão vinculados aos diferentes processos de produção, extrapolando os limites e a capacidade física do ser humano. “Esses limites são de natureza muito elástica, com ampla margem de variação. Encontramos jornadas de trabalho de 8, 10, 12, 14, 16, 18 horas, da mais variada duração” (MARX, 1989, livro 1, v I, cap. VII, p. 262). A realidade retratada nos séculos passados ainda é visível nos dias atuais.

⁴³ Em nota de rodapé, na obra *O Capital*, já citado, p. 294, Marx vai chamar de trabalho extraordinário a jornada imposta aos trabalhadores e, também, a meninos e meninas de 12 anos de idade que chega a estender-se até 36 horas, sem interrupção. “Estabeleceu-se, assim, a base para a produção capitalista, para o prolongamento desmesurado do trabalho diurno e do trabalho noturno, embora este último só se firmasse definitivamente em Londres, em 1824” (MARX: 1989 p. 285).

Exacerbando a exploração do trabalho humano, os capitalistas mantêm a preocupação com a apropriação da mais-valia, independentemente das condições em que são executados o trabalho, o prolongamento e o trabalho extraordinário⁴⁴.

Por outro lado, esse prolongamento do trabalho, mesmo que eventual, incorpora-se, de forma natural, normal e, até mesmo, necessária, para a pessoa poder adquirir bens ou condições para melhor viver. Essa compreensão não é desmistificada, e o trabalhador não se dá conta de que quanto mais trabalho ele impõe à sua vida, mais explorado ele se torna.

É preciso, pois, compreender que o prolongamento do trabalho gera uma série de conseqüências que perpassam o mundo individual e atingem o coletivo dos indivíduos (a família, os grupos, as instituições). “[...] o trabalhador vendia anteriormente sua própria força de trabalho, da qual dispunha como pessoa formalmente livre. Agora vende mulher e filho. Torna-se mercador de escravos” (MARX in NOGUEIRA, 1993, p. 35).

O trabalho vai corporificar o capital por meio do processo de produção e da apropriação da “mais-valia absoluta”, produzida pelo prolongamento do dia de trabalho, e da “mais-valia relativa”, decorrente do aumento da produtividade do trabalho sem aumento proporcional do ganho do trabalhador.

Uma das complexidades existentes entre capital, trabalho e necessidades sentidas ou criadas vai reiterar o processo de alienação⁴⁵ e intensificam o fetiche das mercadorias. Com certeza, isso impõe aos trabalhadores a necessidade de mais venda do seu trabalho.

O trabalhador é o elo fundamental no processo de produção e reprodução do capital e constitui-se como gestor do desenvolvimento econômico, social e político

⁴⁴ Utilizando uma metáfora, Marx faz uma referência sobre tal contexto de exploração: “O capital é trabalho morto que como um vampiro se reanima sugando o trabalho vivo e quanto mais o suga mais forte se torna. O tempo em que o trabalhador trabalha é o tempo durante o qual o capitalista consome a força de trabalho que comprou” (MARX, *O Capital*. Livro 1, v.I, cap. VIII, Rio de Janeiro: Civ. Brasileira, 1989. p.263).

⁴⁵ A categoria alienação não é o objeto específico deste estudo. Entretanto, necessitarei da sua compreensão para a análise da seqüência deste trabalho. Considerando a pluralidade de significados e enfoques, utilizarei o sentido usado por Ander - Egg (1987: 38-39: “Alienar o enajenar, en su sentido más simple, designa siempre una forma de deshumanización, de negación del hombre. Es un estado o situación que dificulta al hombre ser verdaderamente él mismo, que no se pertenece a sí mismo y que le impide ser plenamente lo que es. Y esta mutilización proviene, ya sea porque el hombre no hace lo que le es propio, o bien porque no lo hace por sí (su quehacer es forzado e impuesto desde fuera)”.

de uma sociedade. Entretanto, a grande maioria das pessoas não compreende, na totalidade, o significado fundamental dessa relação, a qual demonstra a capacidade e a flexibilidade do capital em extrair do trabalho humano um conjunto de lucratividade e riqueza.

Um dos grandes questionamentos apontados, como relevante neste estudo dá conta de que, na categoria dos professores, o contexto se repete e passa, muitas vezes, despercebido. O pressuposto era de que, por se tratar de uma categoria profissional “valorizada historicamente”, a mesma tivesse um grau mais crítico sobre essas relações alienantes.

Contudo, os dados revelam que, na prática, isso não ocorre. Ao exercer suas atividades de trabalho numa estrutura, que, em tese, possibilita a apropriação e o desenvolvimento do conhecimento, era de se pressupor que tais trabalhadores tivessem uma leitura da realidade pautada na histórica e na crítica, mas reafirma-se, isso de fato não acontece. Nesse vasto cenário de complexidade, encontram-se vários condutos que induzem os trabalhadores ao prolongamento, à intensificação da jornada de trabalho fora do horário contratual.

Esses condutos materializam-se nas correções de provas, na preparação de aula, na participação em atividades extraclasse, em encontros e reuniões, na participação em conselhos, entre outros. “Quanto maior for o produto de seu trabalho, por conseguinte, tanto mais ele minguará” (FROMM, 1983, p. 91).

Dois cenários somam-se a essa situação: o prolongamento da jornada, que é realizada com uma definição contratual estabelecida em lei, e o outro, que insere esses trabalhadores no mercado formal e informal, executando trabalhos que se vão incorporar de forma eventual ou permanente.

A partir de então, é possível reafirmar que esse extrapolamento está vinculado diretamente à possibilidade de o trabalhador ter um aporte salarial, além do salário já recebido, que lhe possibilite atender às outras necessidades ou demandas ofertadas pelo mercado de consumo.

Instigado pela possibilidade de adquirir ou suprir outras necessidades que não são possíveis com o salário recebido, o trabalhador impõe-se mais trabalho. É o fetiche da mercadoria, atuando no cotidiano do trabalhador, conforme refere Marx (1987). Entretanto, o extrapolamento, além do necessário, vai beneficiar,

novamente, àquele que detém o capital, visto ser, na exploração da mais-valia relativa, que ele já vê contemplado o aumento do seu lucro. A forma alienante que permeia a venda da força de trabalho passa a ter um sentido muito mais significativo na sociedade capitalista. É importante ressaltar que diferentes formas de alienação já coexistiam na história da sociedade humana. Todavia, Marx (1989) analisa essa questão ligada, diretamente, ao contexto de produção e exploração da mais-valia na sociedade, na qual se materializa a venda do trabalho pela troca de salário.

Quando o autor referencia que o trabalhador está alienado em relação ao produto do trabalho, reafirma estar esse trabalhador despossuído do próprio trabalho produzido por ele. Não é só o trabalhador, na sua individualidade, que vai perder seu produto. Esse produto coloca-se, muitas vezes, frente a ele e à sua família, como algo externo e fora de seu alcance. No ensino privado, são comuns limitações que impossibilitam os próprios trabalhadores, esposas e filhos de estudarem nas escolas ou universidades⁴⁶ por questões de pagamento de mensalidades, pois o salário recebido, na maioria das vezes, é incompatível e insuficiente, para cumprir com as obrigações econômicas cotidianas mais o pagamento das mensalidades.

O reflexo dessa condição atinge o trabalhador na sua individualidade, assim como abrange sua família e as demais pessoas que compõem a sua coletividade. “A vida que ele deu ao objeto volta-se contra ele como uma força estranha e hostil” (FROMM, 1983, p. 91).

Muitas das estratégias utilizadas terminam contrapondo-se à realidade objetiva, tendo-se em vista as condições propostas para a execução do trabalho, nem sempre serem adequadas. Isso obriga o executor a ter de suportar uma carga horária e condições que, em muito, extrapolam os limites e a sua capacidade física.

⁴⁶ Estabelecidas, anualmente, os sindicatos das categorias dos trabalhadores em educação do RS, SINPRO/RS e SINTAE/RS colocam, na mesa de negociação com o sindicato patronal SINEP, as possibilidades de descontos para professores, funcionários e seus dependentes. A Convenção Coletiva de Trabalho do Sindicato dos Professores, do ano de 2006, pp. 29-30, estabelece, na cláusula 47, desconto para dependentes: a) para os dependentes de docentes de Educação Infantil, Ensino Fundamental, Ensino Médio, Educação Profissional, cursos livres. O desconto devido será proporcional à carga horária contratual semanal do docente, na razão de 4% por hora-aula, limitando, para 01 (um) dos dependentes, o percentual máximo de 90% e, para os demais, o percentual máximo de 50% no valor das mensalidades; b) para os dependentes de docentes de Educação Superior, o desconto será exigível para apenas 01 (um) curso de graduação por dependente e limitado a 02 (dois) dependentes, por percentuais e condições a seguir estabelecidos: b.1 – docente com 1 a 8 horas-aula semanais – 20% de desconto por dependentes; b.2 – docente com 9 a 16 horas-aula semanais – 30% ; b.3 - docente com 17 a 24 horas-aula semanais – 50% ; b.4 – docente com 25 a 32 horas-aula semanais – 60% ; b.5 – docente com mais de 32 horas-aula semanais – 80%.

Tal fato acaba refletindo-se, profundamente, no produto final de seu trabalho e nas demais relações compartilhadas em sua vida. Marx (1989, p. 242) afirma que “[...] quando o trabalhador opera além dos limites do trabalho necessário, embora constitua trabalho, dispêndio de força de trabalho, não representa para ele nenhum valor”. É, nessa perspectiva, que um número significativo de trabalhadores, em especial, os da educação, vêm construindo suas histórias.

Em nota de rodapé do livro *O Capital*, Marx (1989) refere-se à questão da carga horária despendida pelos trabalhadores daquela época, bem como às condições inadequadas de trabalho, às quais os trabalhadores tinham de se submeter. Dadas as mudanças societárias, desse mundo chamado moderno e pós-moderno, ainda se convive com o cenário descrito:

É por certo lamentável que uma categoria qualquer de pessoas seja obrigada a se esfalfar 12 horas por dia. Se computarmos o tempo das refeições e o tempo necessário para ir ao trabalho e voltar dele, chegaremos na realidade a 14 horas das 24 do dia [...] Pondo-se de lado o problema da saúde, ninguém hesitará, acredito, em admitir que, do ponto de vista moral é extremamente nefasto e profundamente deplorável essa absorção completa do tempo das classes trabalhadoras, sem interrupções, desde a idade dos 13 anos, e mesmo desde muito antes, nos ramos industriais livres⁴⁷.

A contemporaneidade reproduz panoramas semelhantes aos descritos por Marx no seu tempo. Passam-se as temporalidades, e a realidade descrita, no quadro 6, retrata o significativo número de professores da UCPel que incorporam, no seu cotidiano, outros trabalhos eventuais ou permanentes. A amostra particularizada remete a um contexto mais abrangente, qual seja, os trabalhadores em educação em geral vêm ampliando suas jornadas de trabalho.

O total de docentes da UCPel é de 406 (quatrocentos e seis); desses, 213 (duzentos e treze) exercem outra atividade, além da docência. Isso significa que 51% (cinquenta e um por cento) de professores mantêm vínculo empregatício formal, em uma ou mais instituição, de maneira eventual ou permanente.

⁴⁷ MARX, Karl. *O Capital*. Livro 1, v.I, cap. VIII, Rio de Janeiro: Civ. Brasileira, 1989. p.315. “O trabalho em excesso a que são submetidos os adultos e os menores nas impressoras de jornais e de livros de Londres conquistou para esses estabelecimentos o famigerado nome de “matadouros”

QUADRO 6
Locais, número de profissionais e outras atividades remuneradas desenvolvidas pelos docentes da UCPel/Pelotas

O outro local de trabalho	Nº de Professores
Hospital São Francisco de Paula	07
Universidade Federal de Pelotas	38
Consultório Médico Particular	50
Secretaria Municipal de Saúde	07
Postos de Saúde	06
Laboratórios	03
Prefeitura Municipal de Pelotas	06
Fundação Universidade de Rio Grande (FURG)	02
Universidade Regional da Campanha (URCAMP)	03
Enfermagem	02
Centro de Formação Tecnológica (CEFET)	10
Anestesiastas	01
Hospital não identificado	01
INSS	01
Escola Estilo	01
Convênios	05
Hospital Miguel Piltcher	01
Sanitec	01
Consultoria área ambiental	01
Consultoria técnica alimentos	01
Escola Mário Quintana	01
Administrador de Empresas	05
Justiça Federal	01
Banco do Brasil	02
UNICRED	03
Embrapa	01
Publicitário	02
Jornalista	02
Escritório Contábil	06
Atelier próprio	01
FEEVALE	01
Comunicação e Marketing	01
Agência Propaganda	03
UNISINOS	02
Hospital Escola FAU	02
Farmácia Dermakos	01
Colégio São José	01
Faculdade Atlântico Sul	01
Curso Pré-Vestibular Veiga	04
Advocacia	08
Pecuária	01
Juiz de Direito	01
Imobiliário	01
Autônomo	01
Arquiteto	14
Psicólogo	10
Colégio Cassiano	01
ULBRA	01
SENAC	03
Colégio Dr. Joaquim Duval	01
UCS	01
Total	213

Fonte: Divisão de Recursos Humanos da UCPel.

Através da pesquisa, identifiquei que, além da intensificação, o prolongamento da jornada de trabalho apresenta-se de duas maneiras: através da incorporação do trabalho/eventual e da incorporação do trabalho/ permanente. Na fala dos profissionais, percebi três temporalidades vinculadas, dialeticamente, entre si: histórico-passado, histórico-contemporâneo e tempo que há de vir.

Pude perceber, nas entrevistas, certa nostalgia, resgatando lembranças de tempos passados: “antigamente era melhor, tínhamos menos condições financeiras, mas se vivia melhor”; “lá fora (no meio rural) a gente trabalhava, mas não se matava de tanto trabalhar”.

As referências histórico-contemporâneas expõem a difícil tarefa dos trabalhadores em procurar manter certo equilíbrio nas relações complexas da vida cotidiana, muitas delas, pautadas na sociedade salarial: “[...] Meu medo é ficar desempregado” ou “[...] sei que é prejudicial, se pudesse até diminuía o ritmo de trabalho”; “[...] Dependo desses biscates para manter um padrão de vida um pouco melhor”; “[...] Nem me aposentar eu vou, só paro quando morrer”; “[...] Tenho o que tenho, porque trabalho, sou feliz assim”.

Senti, também, certa nostalgia, quando os mesmos projetavam o tempo que há de vir, o futuro: “[...] Só faço isso por causa dos meus filhos; “[...] Trabalhei, trabalhei para formar meus filhos, agora eles se formaram e foram embora, estamos sós”; “[...] Queria me aposentar e aproveitar, mas de que jeito?”

Essas expressões serão resgatadas no decorrer do trabalho, juntamente com as categorias norteadoras da tese.

2 AS ORIGENS E OS PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS DA PESQUISA

Este item expõe os aspectos teórico-metodológicos orientadores desta pesquisa. Estabelece o tipo de estudo – estudo de caso e história de vida, partindo das particularidades dos professores da UCPel, para um âmbito mais abrangente (trabalhadores em educação da iniciativa privada de Pelotas, RS). Igualmente, define a natureza da pesquisa (dialética e qualitativa), procedimentos de coleta de dados (população, instrumento, amostra) e explicita os procedimentos de análise dos dados, a partir da representação do conteúdo dizível e indizível narrado por esses trabalhadores docentes.

2.1 Contextualizando a origem da pesquisa – estudo sobre os trabalhadores em educação do ensino privado com ênfase nos professores da UCPel

Assim como as demais cidades do País, Pelotas vem sofrendo com as mudanças no processo produtivo que atinge o mundo inteiro e acentua-se nestas últimas décadas. O fechamento de fábricas e lojas, aliado à política do governo Federal, Estadual e Municipal em realizar planos recessivos e de demissões voluntárias, tem contribuído para o aumento do número de desempregados e subempregados. Essa realidade contextual tem obrigado muitos trabalhadores, dentre eles, os da educação, a adotarem o prolongamento da jornada como forma de garantir a qualidade de vida pessoal e familiar.

Mesmo existindo de modo contundente nos séculos passados e tendo percorrido o século XX como um fato natural, o prolongamento da jornada de trabalho, ao atingir significativo número de trabalhadores, constitui-se em fenômeno de extrema relevância, a ser tratado nos próximos séculos.

Nessa ótica, então, mesmo limitado geograficamente a um grupo de trabalhadores da área da educação privada da cidade de Pelotas, RS, é possível inferir que muito desses aspectos são comuns ao contexto das demais categorias profissionais, uma vez que a realidade do prolongamento da jornada de trabalho atinge uma parcela significativa de trabalhadores em qualquer ramo de negócio. A abertura do comércio aos domingos e feriados, trabalho de garçons, músicos, médicos, enfermeiros, pedreiros são exemplos concretos dessa realidade.

A aproximação com esse objeto de estudo está diretamente vinculada à minha trajetória pessoal, parte dela trilhada na categoria da educação de Pelotas. Posteriormente, aprofundi essa temática no Curso de Mestrado em Desenvolvimento Social da Universidade Católica de Pelotas, situado na Escola de Serviço Social⁴⁸ e nos créditos do Doutorado do Programa de Pós-Graduação da Pontifícia Universidade Católica/RS. Igualmente, deriva de minha inserção nos movimentos associativos, sindicais e populares, como, também, da minha vinculação profissional à área da educação⁴⁹.

Nessa trajetória, tenho detectado, de forma empírica, embora até então não sistematizada, que, a cada ano, mais trabalhadores vêm incorporando mais serviços, no decorrer do dia-a-dia. São questões complexas, multidimensionais, que induzem esses profissionais ao prolongamento e à intensificação da jornada de trabalho.

Os estudos de Heller (1970) e Kosik (1996) assinalam que, na sociedade, atuam vários fatores capazes de influenciar a vida das pessoas. São fatores econômicos, políticos, sociais, culturais e religiosos que, concomitantemente, perpassam o processo de totalidade, colocando-as frente a uma realidade que necessita ser permanentemente desvendada.

⁴⁸ O Mestrado em Desenvolvimento Social da UCPel teve, no seu corpo docente, doutores reconhecidos nacional e internacionalmente, tais como: Pedrinho Guareschi, (RS), Geraldo Muller (SP), Jeanete de Sá (SP), Vicente de Paula Faleiros (DF) Yong Mussung (SP), Argemiro Brum (RS) entre outros. Entretanto, apesar de ter concluído todos os créditos, o mesmo não foi reconhecido pelo MEC. Atualmente, está em andamento, devidamente reconhecido, o Mestrado em Políticas Públicas, vinculado à Escola de Serviço Social.

⁴⁹ Construí uma história de vida a partir do mundo do trabalho e da inserção desde cedo nos movimentos associativos (Associação de alunos – no Fundamental, Grupos de Jovens da Igreja Católica, vinculados aos trabalhos das CEBs – Comunidades Eclesiais de Base, ao Diretório Acadêmico do Serviço Social, à Associação dos Assistentes Sociais de Pelotas – APASPE e, na área da educação, com atividades administrativas e docentes na UCPEL. Fui diretor do Sindicato e da Federação dos Trabalhadores em Educação do RS (SINTAE e FEETE/SUL) e Chefe do Gabinete da 5ª Coordenadoria Regional de Educação do RS, que abrange 18 Municípios da Região Sul do RS.

Assim, revelar as conseqüências desse fenômeno na contemporaneidade, significa buscar a compreensão das contradições inerentes ao mundo do trabalho, que traz, no seu interior, um processo acelerado de desenvolvimento tecnológico e relações sociais pautadas em contratos de assalariamento. Vale dizer, conforme Castel (1998), que essa mesma sociedade, na medida em que reduz postos de trabalho e cria a figura do sobranter⁵⁰, autoriza-se a disponibilizar trabalho precarizado em todos os níveis. Na área da educação privada, é possível detectar esse panorama a partir, também, da intensificação e prolongamento da jornada.

A ciência implica escolha, que não é produto do acaso, ela é essencialmente ideológica e está em relação orgânica e direta com a perspectiva global.

O professor Kieling (1997), escrevendo sobre pesquisa, é enfático quando fala das contingências e dos limites do pesquisador:

É comum o pesquisador empobrecer a visão da realidade, reduzindo-a a grandes ensaios e traços gerais ou às suas feições empíricas e relações imediatas. Apesar das grandes polêmicas que já se fizeram a esse respeito, em termos práticos poderíamos dizer que a abrangência da análise deve ser proporcional às questões que procuramos entender e explicar (p. 95).

Nesse sentido, amplio o foco de estudo sobre o comportamento de uma categoria profissional que, *a priori*, tem ou deveria ter conhecimento sobre as mazelas que envolvem a sua vida cotidiana e, dentre elas, as relacionadas às condições de trabalho.

No conjunto dessa categoria profissional, é possível evidenciar dois pressupostos significativos que necessitam ser analisados: um deles dá conta de que alguns desses trabalhadores possuem conhecimento suficiente para compreender criticamente que as relações de trabalho trazem consigo um grau de exploração, quer no exercício da jornada legal, quer na ampliação da jornada. Dentre eles, encontram-se sindicalistas, militantes políticos, professores e funcionários engajados em movimentos sociais, políticos e em lutas associativas e populares. O outro pressuposto dá conta do desconhecimento ou negação, por

⁵⁰ Em encontros de trabalhadores em educação, fala-se sobre a figura do professor “equivalente”, ou seja, o docente que, mesmo não tendo qualificação específica, é chamado a exercer atividades, sejam elas pertinentes ou não à sua formação.

parte de muitos professores, do caráter e do sentido das diferentes manifestações de exploração do trabalho, tratando-as como fatos naturais, inerentes à condição de sobrevivência.

A partir da particularidade dos professores da iniciativa privada de Pelotas, RS, e dos professores da UCPel que exercem lideranças em suas atividades profissionais e prolongam suas jornadas, pode-se ampliar essa análise para as demais categorias de trabalhadores.

2.2 As questões norteadoras e objetivos da pesquisa

Com efeito, por que se procuraria uma espécie de ligação causal entre o corpúsculo e a onda, se se trata unicamente de duas imagens, de dois pontos de vista tomados sobre um fenômeno complexo? (BACHELARD)

O fenômeno do prolongamento da jornada de trabalho percorre os caminhos da História. Nos séculos passados, Marx (1989) já escrevia que várias categorias de trabalhadores eram obrigadas a prolongarem suas jornadas de trabalho (ferroviários, tecelões, carvoeiros, padeiros, entre outros). Eram trabalhadores de setores produtivos que impulsionavam o desenvolvimento e enriqueciam os donos do capital. A preocupação com outros setores produtivos emergentes denota a despreocupação com a área da educação, por haver pouca influência deles no processo produtivo e de consumo. Nesse período, a educação não era vista como um grande filão de lucro.

A vinculação com esse novo mercado está associada às grandes transformações no mundo do trabalho que, conforme Pochmann (2002), instala-se, no Brasil, somente a partir das décadas de 60 e 70 do século XX, impulsionadas pelos determinantes do liberalismo.

A compreensão desse movimento societário proporcionou-me selecionar alguns questionamentos e cinco questões norteadoras que contribuirão para desvendar o fenômeno do prolongamento da jornada de trabalho, o qual vem atingindo e transfigurando as relações sociais dos trabalhadores da educação na cidade de Pelotas, RS, pois, até o presente momento, detectei a inexistência de

estudos específicos sobre prolongamento da jornada de trabalho e suas conseqüências.

Com o olhar na educação como um todo, mas destacando o ensino privado de Pelotas, RS, com ênfase na Universidade Católica, que conta com 406 (quatrocentos e seis) professores e, desses, 51% (cinquenta e um por cento) exercem outra atividade profissional remunerada, elenquei algumas hipóteses iniciais para, posteriormente, formular as questões norteadoras que orientaram a investigação.

Primeira: O impacto social e as transformações, ocorridas nos processos produtivos contemporâneos, induzem os trabalhadores em geral (neste estudo, os da educação privada) a ampliarem suas jornadas de trabalho, com vistas a garantir a mesma condição de vida?

Segunda: O prolongamento da jornada de trabalho possibilita aos trabalhadores da educação uma melhor qualidade de vida, com possibilidade de acesso a alguns bens e produtos de consumo, ao mesmo tempo em que deteriora as condições familiares e sociais?

Terceira: A incorporação de ganhos de renda, em virtude do prolongamento da jornada de trabalho, durante determinado período de tempo, quer eventual, quer permanente, torna, progressivamente, obrigatória tal extensividade?

Quarta: O exercício extenuante de trabalho, provocado pelo prolongamento da jornada, acaba por impactar negativamente na qualidade de vida do trabalhador, repercutindo, do mesmo modo, na qualidade do produto do seu trabalho?

Quinta: A dupla subordinação é condicionante e resulta do prolongamento da jornada de trabalho imposta, de forma oculta, ao conjunto dos trabalhadores?

A partir dessas reflexões iniciais, que têm por base, o contexto que fundamenta as relações entre capital e trabalho, suas contradições e fetiches, suas místicas e complexidades, impus um recorte para dialogar. É um diálogo em movimento, que busca o significado dado pelos trabalhadores da educação sobre os reais motivos e necessidades que os levam a prolongar a jornada de trabalho. Para tanto, formulei o seguinte problema de pesquisa:

Quais os condicionantes e as repercussões do prolongamento da jornada de trabalho na qualidade de vida dos trabalhadores em educação da cidade de Pelotas, RS?

Para melhor respondê-lo, foi desdobrado nas seguintes questões norteadoras:

- a) Que aspectos condicionam o prolongamento da jornada de trabalho?
- b) Quais as reais necessidades do prolongamento da jornada de trabalho?
- c) Que benefícios e malefícios decorrem desse prolongamento?
- d) Como o prolongamento de trabalho interfere nas relações sociais e familiares?
- e) Quais os impactos desse processo nos produtos do trabalho?

As respostas a essas questões incidem num panorama complexo e não ocorrem ao acaso, são resultados de interesses. A valorização técnica ou uma razão tecnicista tem sido predominante desde o início do desenvolvimento capitalista. A preocupação com o social, de um modo geral, tem-se efetivado muito mais orientada para o controle dos trabalhadores, seja para mantê-los vivos porque sua força de trabalho é necessária em alguns períodos, seja para conter suas organizações e mobilizações por melhores condições de vida, seja, mais recentemente, para obter a legitimidade de uma imagem mais humana e solidária (responsabilidade social e outras iniciativas), seja, ainda, para reduzir custos do capital, transferindo responsabilidades.

Mesmo considerando o contraponto pela via da contradição, de que os espaços de conformação constituem-se, também, como possibilidade de luta e resistência, a educação, historicamente, tem sido um espaço de transferência cultural, espaço de dominação do capital e da Igreja, em especial, para atender às suas necessidades e passar idéias e valores como universais. Não é de graça e sem interesse que o Banco Mundial e o FMI estão sempre preocupados com a maneira como a educação deve ser conduzida, principalmente, nos países dependentes. A universalidade operacional reproduz o resultado desse receituário, que induz à intensificação, prolongamento, menos criticidade e, nas unidades privadas, ao lucro e outras manifestações.

Uma tese de pesquisa pode ser construída de diferentes maneiras. Entretanto, ela parte, fundamentalmente, do referencial que o pesquisador vem utilizando durante sua trajetória de vida e acadêmica. No momento em que o mundo contemporâneo se movimenta em direção ao fortalecimento do capital e se alija, cada vez mais, o trabalhador do produto do seu trabalho, no momento em que de um modo geral e na particularidade, os trabalhadores do ramo privado da educação pelotense, com ênfase nos docentes da UCPel, vêm prolongando e intensificando suas jornadas, ao ponto de transfigurar suas relações pessoais e familiares, optei por alcançar dois objetivos, quais sejam:

a) Conhecer a realidade de vida dos trabalhadores da educação privada da cidade de Pelotas, RS, com ênfase nos docentes da UCPel, que exercem trabalho extra, após terem cumprido uma jornada legal de trabalho.

Perpassa, empiricamente, na categoria, um sentimento de que a extensividade da jornada possibilita uma melhor qualidade de vida. O objetivo, então, é conhecer a realidade, para desvendar o que de oculto reside nessas relações contraditórias.

b) Relacionar as conseqüências do prolongamento da jornada de trabalho na vida desses trabalhadores que possuem vínculo empregatício formal⁵¹.

Relacionar conseqüências significa contribuir com esses profissionais na sua particularidade e com as entidades de classes, para que busquem a superação dessas relações.

2.3 Opção pela pesquisa qualitativa

Um dos grandes embates acadêmicos dos últimos tempos é a discussão entre a realização da pesquisa quantitativa ou qualitativa. Negar a importância de uma ou de outra seria incorrer num simplismo acadêmico. Nas últimas décadas, houve uma inserção muito forte dessa disputa entre os teóricos e profissionais, que optavam por uma ou outra corrente metodológica de pesquisa. Isso possibilitou a

⁵¹ Consideramos, para fins deste estudo, o vínculo empregatício formal: aquele do trabalhador que possui Carteira de Trabalho assinada e/ou contrato de emprego com alguma instituição pública ou privada.

ampliação de novos saberes e horizontes. Goldemberg (1997) reafirma a possibilidade da combinação de diversas metodologias no estudo de um fenômeno social, o que denomina triangulação⁵².

As duas metodologias de pesquisa quanti-qualitativa constituíam-se como possibilidades viáveis para o cumprimento do meu objetivo, dado o grande número de trabalhadores em educação (professores e funcionários) que prolongam suas jornadas de trabalho. Entretanto, meu posicionamento ideológico, aliado à vontade de desvendar algumas questões que a pesquisa quantitativa por si só não possibilitaria, neste estudo, fizeram-me solidificar minha opção pela abordagem qualitativa.

As mudanças no mundo do trabalho se acentuaram, fundamentalmente, no mundo contemporâneo e, com elas, veio um rol de fatos e fenômenos que, na sua complexidade, exigem conhecimento e respostas. O cenário que envolve a necessidade dos trabalhadores de se imporem mais carga horária de trabalho vem-me conduzindo ao estudo já há algum tempo e tal fato foi aprofundado no decorrer do Mestrado em Desenvolvimento Social da UCPel.

O estudo sobre o prolongamento da jornada de trabalho traz, consigo, um processo extremamente contraditório, e, como diz Kosik (1995), a realidade é multilateral, ou seja, sua *práxis* está centrada na divisão social do trabalho, na propriedade privada dos modos de produção e nas classes sociais consolidadas na hierarquização das posições sociais estabelecidas.

Os fenômenos sociais manifestam-se nas suas particularidades, escondem as minúcias, de tal maneira, que sua totalidade nem sempre é compreendida. Tal é o mundo da pseudoconcreticidade⁵³ a que se refere Kosik (1995). Essas relações, materializadas no dia-a-dia, penetram muitas vezes nas consciências dos indivíduos como fatos naturais.

⁵² O termo triangulação vem sendo utilizado por diversos autores com sentido semelhante. Para Minayo (2000), o termo é utilizado para indicar o uso de várias técnicas de abordagens, de várias modalidades de análises, de vários pontos de vista sobre a validação da pesquisa.

⁵³ Pertencem ao mundo da pseudoconcreticidade: “- o mundo dos fenômenos externos, que se desenvolvem à superfície dos processos realmente essenciais; - o mundo do tráfico e da manipulação, isto é, da *práxis* fetichizada dos homens (a qual não coincide com a *práxis* crítica revolucionária da humanidade); - o mundo das representações comuns, que são projeções dos fenômenos externos da consciência dos homens, produto da *práxis* fetichizada, formas ideológicas de seu movimento; - o mundo dos objetos fixados, que dão a impressão de ser condições naturais e não imediatamente reconhecíveis como resultados da atividade social dos homens. O mundo da pseudoconcreticidade é um claro-escuro de verdade e engano” (KOSIK, 1995, p.15).

Para se compreender, realmente, um fenômeno, deve-se buscar a sua essência, deve penetrar-se, ao máximo, em sua totalidade. Uma totalidade compreendida no movimento histórico e dialético. Isso significa adentrar numa realidade e numa totalidade que, por estar em movimento, são provisórias. Portanto, sua apreensão é sempre parcial.

A busca dessa compreensão conduz-me diretamente ao método científico de conhecimento a partir do qual fundamento este estudo e pelo qual tenho pautado minha vida acadêmica. Refiro-me ao materialismo dialético-histórico desenvolvido por Marx e Engels (1987), que afirma ser a matéria anterior à consciência, e o pensamento derivado dessa realidade. Para a dialética, a natureza e o pensamento estão sempre em movimento e transformação, e a História só pode ser compreendida no processo do desenvolvimento material da sociedade.

Nessa perspectiva, Triviños (2006) destaca que a pesquisa qualitativa pode ser utilizada a partir de uma fundamentação epistemológica dialética e fenomenológica, e suas variantes seguem cientificamente os passos de qualquer outra investigação. A diferença é a flexibilidade em sua rigidez quanto à possibilidade do pesquisador em ampliar seu leque de abordagem e significados na busca de “[...] captar não só a aparência do fenômeno, como também sua essência” (TRIVIÑOS, 2006, p 129).

Ao mesmo tempo, possibilita, também, flexibilizar o tamanho da amostra que passa por critérios muito mais qualitativos que quantitativos. A pesquisa qualitativa favorece a aproximação de duas ou mais realidades: a dos pesquisados (seus pares e familiares) e a do próprio pesquisador. Desvendar a fundo esses cenários significa entrar num mundo nem sempre compreensível.

A realidade vivida por esses profissionais que incorporaram mais carga horária de trabalho, apresenta complexidades que devem ser desvendadas também, a partir do diálogo, das falas e dos significados atribuídos a elas pelos entrevistados.

O objetivo é o de explicar os fenômenos emergentes das relações do prolongamento do trabalho realizado pelos professores na contemporaneidade, considerando “[...] atentamente a natureza do objeto de estudo, sua complexidade e o fato de ser livre e atuante” (LAVILLE e DIONNE, 1999, p. 41).

Essa abordagem de pesquisa oportuniza, igualmente, a aproximação a partir dos sujeitos que se inserem nessa realidade. Godoy (1995, p. 58) diz que a pesquisa qualitativa busca “[...] compreender os fenômenos segundo a perspectiva dos sujeitos, ou seja, dos participantes da situação em estudo”.

Esse momento requer uma compreensão “[...] do universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis” (MYNAYO, 1993, p. 22).

Martinelli (1999) reitera, também, que essa metodologia de pesquisa possibilita ao pesquisador centrar sua atenção nas manifestações expressas sobre o cotidiano e vida dos sujeitos pesquisados. Isso é mostrado, igualmente, por Laville e Dionne (1999, p. 41), quando explicitam “[...] os fenômenos humanos repousam sobre a multicausalidade, ou seja, sobre um encadeamento de fatores de natureza e de pesos variáveis, que se conjugam e interagem”.

Para se aproximar dessa multicausalidade, é preciso uma postura compreensiva, histórica, dialética que explique os fatores considerados normais no cotidiano do trabalhador que, mesmo sendo explorado, impõe aumento da jornada.

Para tal, busquei, na narrativa oral e na história de vida, o sustentáculo desse estudo. A narrativa oral é um caminho fértil que possibilita um olhar direto e próximo entre pesquisador e pesquisado. A história de vida propicia, também, esmiuçar, através da escrita e da fala, o cotidiano que “[...] caracteriza-se pela unidade imediata de pensamento” (HELLER, 1970, p. 45).

Minayo (1994) demonstra dois tipos de história de vida: a completa, que descreve o conjunto de experiência vivido e a tópica, que evidencia uma etapa ou um determinado aspecto da experiência. Optei pela história de vida tópica, visto que a pesquisa limitou-se a resgatar fragmentos da vida profissional dos entrevistados no que tange ao prolongamento e intensificação da jornada de trabalho e suas conseqüências.

Para sistematizar essas particularidades vividas, é preciso um alargamento de visão sobre os diferentes fenômenos que circundam as pessoas envolvidas. É preciso romper com os esquemas explicativos tradicionais que engessam e

impossibilitam a ampliação do cenário. Isso implica despende o tempo necessário até desvendar o fenômeno.

Ampliar tal visão encontra sustentáculo nos três pressupostos apresentados por Martinelli Os mesmos são fundamentais para apropriação do pesquisador que opta pela análise qualitativa, quais sejam:

Primeiro pressuposto é o do reconhecimento da singularidade do sujeito; segundo, é que essas pesquisas partem do reconhecimento da importância de se conhecer a experiência social do sujeito e o terceiro pressuposto, é o do reconhecimento de que conhecer o modo de vida do sujeito pressupõe o conhecimento de sua experiência social (2003, pp. 22-23).

Assim, a abordagem qualitativa possibilita dar formas e significados à palavra e à vida cotidiana, que é “[...] reveladora de condições estruturais, de sistemas de valores, normas, símbolos (sendo ela mesma um deles) e, ao mesmo tempo, possui a magia de transmitir, através de um porta-voz (o entrevistado), representações de grupos determinados em condições históricas, socioeconômicas e culturais específicas” (MINAYO; SANCHES, 1993, p.25).

Os fenômenos sociais nem sempre se manifestam na sua totalidade. A sua fragmentação decorre, também, da compreensão dos indivíduos sobre a divisão social do trabalho na sociedade. Levando em conta que as categorias dos trabalhadores em educação assimilam posições e *status* social diferenciado das demais categorias, isso dificulta a compreensão de totalidade.

Baseado nesses pressupostos, este estudo é guiado pelo método científico do materialismo-dialético-histórico⁵⁴ desenvolvido por Marx e Engels. Gadotti (1997) e Frigoto (1997) reiteram, também, que o materialismo-dialético procura explicações lógicas, coerentes e racionais para os fenômenos da natureza, da sociedade e do pensamento, e apóia-se numa visão de totalidade, historicizando os fenômenos em movimento. Para Lefebvre, esse método “[...] aplica-se à vida e à arte: tanto à vida cotidiana quanto a mais refinada, vida estética”. “[...] introduz ordem e clareza nos domínios mais afastados da prática mais imediata da ação” (LEFEBVRE, 1991, p. 44).

⁵⁴ No exercício da docência, tenho referenciado que qualquer incursão sobre materialismo ou método histórico-dialético deve passar obrigatoriamente por Henri Lefebvre. Para tal fundamento, utilizo o livro *Lógica Formal/Lógica Dialética*.

A compreensão das categorias apresentadas a seguir possibilitou-me maior aproximação e compreensão das conseqüências do prolongamento da jornada de trabalho na contemporaneidade, dando sustentação a esta tese.

1. Totalidade concreta: é a interconexão entre múltiplos fatores que refletem as mediações mais abrangentes da realidade, não aquela que busca compreender todos os fatos, ou os fatos todos, mas compreendê-los no movimento da historicidade, da realidade objetiva. A categoria como fundamento metodológico é um processo condicionado não somente pela base econômica, mas pelos acontecimentos do passado, dos vividos no presente e dos projetados no futuro, como referencia Lukács “[...] o reino da categoria dialética da totalidade é o portador do princípio revolucionário da ciência” (apud LOWY, 1978, p. 134). Parte-se, então, do conhecimento mediato-abstrativo, passando por etapas intermediárias com intuito de “[...] ir da ignorância ao conhecimento” (LEFEBVRE, 1991, p. 113). Trata-se da busca da unidade entre o teórico e o prático, entre a particularidade e a realidade social mais ampla.

2. Causalidade: indica a conexão necessária entre causa e efeito dos fenômenos. Conforme Lenin (1982), são somente momentos de interdependência e relação universal, são elos da cadeia do desenvolvimento da matéria. Assim, todos os fenômenos naturais possuem causas naturais e materiais que estão em relação recíproca uma com a outra. Portanto, dadas as leis do materialismo histórico e dialético, em cada modo de produção, o desenvolvimento da tecnologia possibilita relações crescentes de bem ou mal-estar dos trabalhadores. “A ciência, portanto, requer a causalidade; e a causalidade, pelo menos em certo sentido, só pode ser qualitativa. “[...] a causalidade científica pressupõe um mundo – nosso mundo no qual a *qualidade* não se separa do *mais e do menos* do aspecto quantitativo” (LEFEBVRE, 1991, pp. 198-199).

3. Historicidade: aquela que busca compreender a História contemporânea como um movimento dos modos de produção, das relações de produção que transformam a vida social. Para o método dialético e a teoria crítica, as perspectivas antagônicas (entre o pensamento burguês e a teoria tradicional ensinada majoritariamente) são marcadas por uma eternização a-histórica das categorias sociais. Isso impossibilita a apropriação do autoconhecimento da sociedade, necessariamente marcada pela historicidade. A realidade não é um fato imediato, ou

um dado estranho ao homem, ela é produto da sua própria atividade e, por esse motivo, pode ser transformada. O método crítico-dialético oportuniza analisar os fenômenos em si na forma de processos históricos nos quais os homens são dialeticamente seu produto e seu produtor. Conforme Triviños (2006, p. 63), “[...] o homem enfrentou a realidade objetiva através de sua prática quotidiana”.

4. Contradição: diz respeito à busca da compreensão das incoerências que não estão evidentes, mas subentendidas, ou daquelas que, por estarem evidentes, não são compreendidas e desnudadas. É a vinculação direta entre passado, presente e futuro, entre o novo e o velho, entre a vida e a morte. O conhecimento objetivo da contradição possibilita novos entendimentos e rupturas que impulsionam novos processos sociais. É a busca da compreensão sobre os antagonismos das diferentes classes sociais. Segundo Lefebvre (1991), a contradição mais significativa e dramática é a compressão entre a vida e a morte, “[...] o momento do seu nascimento é, também, em certo sentido, aquele de sua morte [...]. Os contraditórios, concretamente, são unidos - são idênticos!” (LEFEBVRE, p. 186).

5. Alienação - O método é, simultaneamente, fruto da luta de classes. bem como uma arma nessa mesma luta. Reside junto aos trabalhadores, em geral, e, especificamente, nos da educação, que se colocaram à disposição desse estudo uma relação alienante, forjada num senso comum historicamente construído.

A principal categoria para essa interpretação das relações societárias é a “alienação”: a realidade é marcada pela desumanidade; entretanto, ela nada mais é do que uma auto-produção humana não-consciente de si mesma; deste ponto de vista, o estranhamento característico da sociedade presente é passível de ser superado por meio de um empreendimento teórico e prático de reapropriação desta mesma realidade, objetivando que os trabalhadores e suas categorias profissionais se apropriem da autoconsciência e da autodeterminação. A alienação contém, dialeticamente, em si mesma, o potencial de desalienação. E, como diz Lefebvre (1991, p. 44): “Assim, e somente assim, pode ele tornar-se a “nova consciência do mundo” e a “consciência do homem novo”, ligando a lucidez do indivíduo e a universalidade racional”. Martinelli (2005, p. 89). complementa: “Os ardis do capitalismo se presentificam de forma nítida [...] alienando em um só momento tanto a própria prática quanto seus agentes”.

6. Fetichismo da Mercadoria – Marx (1989) denomina o processo, no qual o trabalhador produtor não se reconhece no que produz. O fetiche é um elemento fundamental da manutenção do modo de produção capitalista. Na realidade, consiste numa ilusão que naturaliza um ambiente social específico, revelando sua aparência de igualdade e ocultando sua essência de desigualdade. O fetiche da mercadoria, postulado por Marx, opõe-se à idéia de "valor de uso", uma vez que este se refere, estritamente, à utilidade do produto. O fetiche relaciona-se à fantasia (simbolismo) que paira sobre o objeto, projetando nele uma relação social definida, estabelecida entre os homens. A transformação diária da atividade desenvolvida pelos trabalhadores em educação passa a ser mediatizada pela aquisição de bens materiais. São bens e produtos que se entranham na vida e no cotidiano como “coisas” fundamentais ao bem viver.

2.4 Os sujeitos pesquisados e o local da realização da pesquisa

A escolha da temática está ligada, diretamente, à minha identidade e vida profissional. Para Lefebvre, (1991, p. 195), a identidade “[...] é posta em seu lugar no movimento (no conjunto das relações, diferenças, interações e contradições que formam a realidade concreta)”.

Como Assistente Social, professor da Universidade Católica de Pelotas e sindicalista, venho mantendo vinculação direta com as áreas da saúde e educação, por um longo tempo. Nesse ínterim, percebo, a cada ano transcorrido, que os trabalhadores dessas duas categorias profissionais vêm incorporando mais trabalho em suas vidas.

Detectei, também, a reprodução de discursos contraditórios: “ando cansado”, “quero parar”, “não agüento mais”. Entretanto, a cada semestre, vários professores incorporam mais trabalho ou carga-horária às ações cotidianas, por conta de questões salariais ou econômicas. Para dar continuidade ao estudo, obriguei-me a fazer vários recortes, até chegar aos trabalhadores do ensino privado da cidade de Pelotas, com ênfase aos que trabalham na UCPel.

O mundo contemporâneo, em alguns momentos conjunturais⁵⁵, tem valorizado algumas categorias profissionais em detrimento de outras (metalúrgicos, médicos, bancários etc.). Nesse sentido, **a área educacional** vem mantendo grau de evidência e de importância, no decorrer da História. Interessa a este trabalho compreender e explicar o fenômeno que atinge essa categoria especificamente.

O prolongamento do trabalho, como decorrência de estratégia de sobrevivência, vem sendo executado por profissionais de todos os segmentos; entretanto, a construção dessa problemática toma, como base, a expressão e o contexto de vida e de trabalho dos profissionais da educação, com ênfase nos que trabalham na UCPel. Considerando que existe significativa diferença entre os sujeitos pesquisados, no que tange ao *status* social, ao salário recebido e às condições de operacionalização do trabalho, busquei percebê-los a partir do ponto de vista do trabalhador/entrevistado, considerado como sujeito em movimento.

Isso quer dizer que é necessário levar em conta: as condições de trabalho oferecidas, a necessidade de deslocamento, as aspirações projetadas e concretizadas, bem como as contradições decorrentes desse processo.

Nessa ótica, então, é possível identificar, empiricamente, vários profissionais que trabalham na educação e prolongam suas jornadas na mesma ou em outras atividades laborais. São professores e funcionários, empresários, contadores, médicos, comerciários, vendedores, comerciantes, músicos, padres, seguranças, entre outros, que exercem outra atividade remunerada. Assumo, pois, a perspectiva de analisar o discurso dos docentes a respeito das conseqüências do prolongamento da jornada e as reais condições de vida.

Os diálogos/entrevistas foram realizados nos locais de trabalho (escolas, universidades, sindicatos, consultórios, postos de saúde), que constituem o cenário no qual esses profissionais desempenham suas atividades e onde passam a maior parte de sua vidas, enquanto outras foram realizadas nas residências dos entrevistados.

⁵⁵ “O termo conjuntura é empregado para designar o conjunto de elementos que mudam com mais freqüência, quando comparados ao conjunto de elementos que são mais estáveis dentro do sistema [...]. No estudo de uma conjuntura, o fato histórico não é dado por si mesmo, mas elaborado em nível dos conjuntos. Os indicadores de uma conjuntura permitem determinar as ascensões e os declínios, as tendências, a sucessão de equilíbrios e desequilíbrios” (MENDONÇA, 1994. p54).

A utilização das técnicas possibilitou uma vinculação direta entre o pesquisador e os sujeitos pesquisados. Isso refletiu-se na qualificação das informações. Entretanto, a opção, nessa direcionalidade, não elimina o risco do envolvimento pessoal e da tendencialidade na apreensão e na análise da realidade. Assim, foi fundamental a preocupação em manter a fidedignidade do material produzido.

Para a apresentação das falas dos professores, optei por utilizar uma figura de linguagem, a qual construí em um período significativo da minha vida. No exercício da militância estudantil, sindical e partidária, vivi o bom sentido da palavra “companheiro”⁵⁶ – **“aquele que luta, o que partilha para ganhar o pão”**. Creio, também, que o sentido desta palavra, que marcou e embalou sonhos e utopias de milhares de pessoas no País, vem perdendo-se no “tempo” e no “poder”. Entretanto, encontro, ainda, em vários dos (as) meus (minhas) companheiros (as) de trabalho, o verdadeiro sentido da palavra, expressa na “luta” e na “partilha”. São, talvez, frutos de reminiscências. São professores/guerreiros que, juntamente com outros tantos trabalhadores, colocam-se em luta por uma vida digna.

Assim, no intuito de resguardar a identidade dos pesquisados, estarei denominando-os de professor (a) companheiro (a) ou companheiro (a) professor (a), e, enumerando-os, de I a XIII. Após, apresento alguns fragmentos de depoimentos realizados no decorrer do estudo:

Companheiro professor I

A.C.G., professor da UCPel, médico, 54 anos, atuou durante 25 anos num dos primeiros postos de saúde fundado em Pelotas, no bairro Pestano. Foi Coordenador Regional de Saúde e, atualmente, trabalha em duas Unidades Básicas em Postos Periféricos. Formado há 28 anos, inclui, em média, 12 horas de trabalho diário. Define sua jornada como coisa natural e não pretende se aposentar.

⁵⁶ O termo Companheiro é derivado da expressão **cum panis**, onde **cum** é a preposição **com** e **panis** é o substantivo masculino **pão**, o que lhe dá o significado de **participantes do mesmo pão**. Isso dá a idéia de uma convivência tão íntima e profunda entre duas ou mais pessoas, a ponto dessas participarem do mesmo pão, para o seu nutrimento. Retirado do site http://www.lojasmaconicas.com.br/jc_sinopses/sinopse/sip18.htm, dia 10 de outubro de 2007.

Companheira Professora II

G.G., 35 anos, professora e empresária, casada, tem um filho, trabalha 8 horas na empresa que dirige e ministra aulas à noite na Universidade. Realiza Curso de Mestrado. Define sua jornada como muito extensa e tem, como objetivo, passar mais tempo com a família.

Companheiro Professor III

A.C.R.G., professor e Técnico Administrativo, 48 anos, separado, dois filhos, inclui, em média, 12 horas diárias de trabalho. Define sua jornada como produtiva e cansativa e tem, como projeto de vida, aposentar-se e continuar dando aulas.

Companheira Professora IV

F.M.R.D., 40 anos, solteira, professora, prolonga sua jornada na mesma atividade em outros locais da cidade e fora dela. Reitera a existência de pouco tempo para dedicar a outras atividades pessoais e que as atividades são cansativas. Recentemente, concluiu Pós-Graduação, nível de Mestrado. Precisa fazer Doutorado no intuito de ganhar mais para trabalhar menos.

Companheiro Professor V

M.M., 49 anos, casado, três filhos, Assessor de Comunicação da EMATER/RS, Mestre em Comunicação, desenvolve oito horas diárias na atividade principal e ministra aulas na UCPel, no turno da noite. Define sua jornada como precarizada e intensa, mas gosta de ter o tempo ocupado com o trabalho.

Companheiro Professor VI

G.L.S., 40 anos, médico do trabalho, médico do Pronto Socorro Infantil, professor, casado, realiza plantões em substituição a outros médicos. Revela que não consegue tempo para estudar e para lazer. Não faz conta de quantas horas de trabalho realiza durante o dia. Diz: “estou sempre ‘conectado’, trabalho domingos e

feriados”. Acha que é um absurdo o que faz, mas considera que tem que aproveitar esse tempo para “acumular” algum dinheiro.

Companheira Professora VII

C.B.P.L., professora, 47 anos, divorciada, mantém dois filhos na universidade particular, prolonga o trabalho de forma eventual, ministrando aulas em cursos pré-vestibulares e para concursos. Ora, tem contrato no Estado; faz e orienta trabalhos de Conclusão de Curso, além do cumprimento normal de trabalho. Realiza, em média, mais quatro horas por dia de trabalho. Manifesta o desejo de poder diminuir sua carga horária, para poder fazer Mestrado. Diz que só trabalha assim por causa dos filhos.

Companheira Professora VIII

C.M.L., 35 anos, casada, um filho, professora da UCPel, tem, como trabalho principal, a atividade bancária. Manifesta-se como viciada em trabalho e gostaria de dedicar-se, exclusivamente, à docência, após a aposentadoria. Gostaria, ainda, de tempo para a prática do lazer.

Companheira Professora IX

S. S.B., 35 anos, dois filhos, Assistente Social na área da Saúde, professora da UCPel, vem assumindo várias atividades de coordenação. Define sua atividade como muito extensa e sente falta de estar mais com os filhos. Nos finais de semana, precisa organizar a casa, fazer leituras e correções de trabalhos. Reitera a necessidade de manter uma qualidade de vida compatível.

Companheiro Professor X

E.O.S., professor da rede particular de ensino, 40 anos, casado, dois filhos, estudante, trabalhador autônomo na área da informática, pintor, artesão, prolonga sua jornada de forma permanente, conforme a demanda. Além do horário estabelecido contratualmente, não tem horário para realizar as outras atividades, muitas delas desempenhadas no horário da madrugada. Diz, também, ser viciado no trabalho, que a jornada é longa, mas não pensa em parar.

Companheiro Professor XI

C.D., 50 anos, professor/contabilista, casado, um filho, exerce atividades de contador durante o dia, atende no escritório à noite e fins de semana e leva trabalho para realizar em casa, nos momentos de folga. Diz ser o trabalho extenuante e em alguns períodos extrapola os limites físicos. Tem vontade de estudar e praticar esportes, mas não consegue tempo para isso. Impõe-se mais trabalho preocupado em manter a qualidade de vida e a educação do filho.

Companheira Professora XII

C.M.M., casada, 52 anos, socióloga, três filhos, professora universitária, vem prolongando o trabalho há mais de 20 anos, de forma permanente, mas em locais diferentes, ora no serviço público (cargo de confiança), outros na iniciativa privada. Relata a importância dos trabalhos pelo fato de “ter o que fazer, sentir-se útil” e contribuir com a renda familiar.

Companheiro Professor XIII

C.A., 55 anos, professor universitário, bioquímico, casado, um filho, prolonga a jornada há mais de 25 anos. Diz que começou fazendo pequenos “bicos”, depois substituía colegas em plantões. Atualmente, além de cumprir com a carga-horária de aula, é sócio majoritário de um laboratório de análises clínicas. Trabalhava de empregado e diz: “antes eu fazia para os outros, hoje tenho que fazer pra mim”. Sempre assumiu horários que os outros não tinham interesse (madrugada, feriados, domingos). Hoje, essa rotina faz parte da sua vida.

2.5 A execução da pesquisa

Conforme já anunciado, o começo deste estudo vem no conjunto de uma temporalidade de mais de dez anos, a partir de estudos na graduação, transita pela Especialização em Sociologia da Universidade Federal de Pelotas

– UFPel, solidifica-se no Mestrado em Desenvolvimento Social da UCPel e materializa-se no Doutorado da PUC/RS.

O foco da leitura, durante esse período, centrou-se nas categorias da educação e da saúde. Durante esse tempo, foram monitorados mais de duzentos profissionais que prolongavam e intensificam suas jornadas.

Por questões científicas, realizei vários recortes e, por manter uma vinculação direta com a categoria da educação, selecionei e entrevistei 13 (treze) trabalhadores docentes do setor do ensino privado. Os mesmos possuem “vínculo empregatício formal” na área da educação e vêm exercendo a mesma ou outra atividade, além da jornada estabelecida constitucionalmente.

A organização desse estudo se orientou no sentido de obter resultados que possibilitassem a descrição da realidade e das situações vividas pelos sujeitos envolvidos.

Considerando o significativo número de pessoas na área da educação que prolongam suas atividades, em Pelotas, RS, após a jornada normal⁵⁷, encontrei em Minayo (1989) o subsídio para a determinação da amostra do tipo intencional:

- a) definir claramente o grupo social mais relevante para as entrevistas e observação;
- b) não se esgotar enquanto não delinear o quadro empírico da pesquisa;
- c) embora desenhada inicialmente como possibilidade, prever um processo de inclusão progressiva encaminhada pelas descobertas do campo e seu confronto com a teoria;
- d) prever uma triangulação, isto é, em lugar de se restringir a apenas uma fonte de dados, multiplicar as tentativas de abordagem (MINAYO, 1999, p. 102).

Seguindo os preceitos da pesquisa qualitativa, utilizei o estudo de caso “[...] uma categoria de pesquisa cujo objeto é uma unidade que se analisa profundamente” (TRIVIÑOS, 2006, p.133) e, no estudo, a história de vida dos personagens envolvidos.

⁵⁷ O professor Dr. Mário ^aL. Guerreiro no seu livro a Filosofia da Linguagem, discute o contexto no geral os indivíduos reproduzem seus discursos, de forma dizível e indizível.

Após os devidos recortes, direcionei as entrevistas para 13 (treze) professores que possuem liderança no desempenho de suas atividades no exercício da docência particular. Para a coleta de dados, realizei entrevistas semi-estruturadas e com o devido consentimento livre e esclarecido, gravei algumas delas e registrei as demais. Após, procedi à organização, seleção e categorização do material com o objetivo de compatibilizar os objetivos da pesquisa com o referencial teórico utilizado no decorrer desse estudo.

O planejamento para a obtenção de dados foi sendo elaborado conforme as necessidades que iam surgindo no decorrer do estudo. Busquei identificar as contradições que residem no prolongamento da jornada de trabalho a partir dos contatos mantidos com trabalhadores e lideranças da área da educação e sindical. No decorrer desses anos, esse processo (entrevistas, observações, pesquisa de campo) foi sendo registrado e constitui-se no material estudado, interpretado e descrito.

A pesquisa, quando investiga pessoas e relações, exige do pesquisador uma atenção sobre o discurso proferido que deve ser analisado em profundidade, no dizível e no indizível⁵⁸. Procurei manter a transcrição das entrevistas, tal qual a expressão colocada, respeitando a fidelidade do sentido e das expressões, selecionando aquilo que tinha de mais representativo e que atendesse os objetivos desse estudo.

2.6 - Os caminhos percorridos – estratégia metodológica

O rumo tomado para a execução deste estudo leva em conta o papel desses sujeitos históricos, autores e atores de um processo que transpõe a categoria dos trabalhadores em educação, relacionando-se, dialeticamente, com as demais categorias profissionais.

O caminho percorrido não se deu em uma única direção, transpôs barreiras, fez desvios, criou alternativas, pôs-se em movimento. Conforme Lênin (1981), Triviños (1987), Cardoso (1989), Lefebvre (1991), Minayo (1993) Martinelli (2003),

⁵⁸ O professor, Dr. Mário L. Guerreiro, no seu livro *Filosofia da Linguagem*, discute o contexto, nos quais os indivíduos reproduzem seus discursos, de forma dizível e indizível.

essas conexões de interdependência dos fatos e dos fenômenos são fundamentais para a compreensão dialética do mundo.

Assim, a pesquisa buscou, através das fontes orais, estabelecer um intercâmbio entre narrador e ouvinte, preservando as histórias de vida repassadas nas narrativas. Encontrei em Cardoso (1989) outro subsídio importante para realização do trabalho de campo, sem, contudo, adotá-lo como método, visto não ter seguido passo a passo os quatro módulos de entrevista propostos pela autora. Ela propõe caminhos para construção de fontes orais que vem sendo utilizados em pesquisas, principalmente, na área da saúde. Encontrei pensamentos e encaminhamentos interessantes para a sustentação dos relatos orais com os quais me identifiquei, constituindo-se em suporte deste estudo.

O primeiro módulo consiste "numa entrevista previamente marcada" com os professores, sem o uso de gravador. Neste primeiro contato, é feita a apresentação da proposta de trabalho, estabelecendo-se os primeiros passos para uma comunicação.

A primeira aproximação do entrevistador/entrevistado é de extrema importância, pois vai marcar os vínculos entre as partes. Nela se estabelecem os contratos vindouros, decorrentes da confiança e credibilidade na proposta apresentada. Este momento-entrevista tem, como objetivo, a criação de vínculos e a coleta de dados preliminares.

O segundo módulo tem, como objetivo, a reconstrução da história pessoal do entrevistado, possibilita que o mesmo transcenda temporalidades, desde sua infância até os dias atuais. O exercício da transcendência possibilitou aos entrevistados "visitar" o passado, estabelecer compreensões da época em que vive e, ao mesmo tempo, levou-os a expressarem perspectivas de futuro. Assim, consegui transitar em aspectos fundamentais construtivos da identidade sociocultural do depoente e seus familiares.

Ao enunciar o terceiro módulo, Cardoso (1989, p. 72) diz que o mesmo "[...] volta-se prontamente para o registro das relações entre inserção social e ação política do entrevistado". Considerando o foco da pesquisa, elaborei um roteiro prévio de entrevista, não tendo esse, no entanto, o objetivo de limitar a livre associação ou outras manifestações do entrevistado. A finalidade, então, é a de

fazer a ligação entre os objetivos da pesquisa, questões norteadoras e as histórias dos entrevistados, focalizando suas experiências sociais com o prolongamento da jornada de trabalho e seus rebatimentos.

Segundo a proposta da autora, o quarto módulo objetiva a complementação dos anteriores. Nele, o entrevistado fala livremente sobre sua experiência de trabalho, da intensificação e prolongamento, explicitando divergências e convergências da sua ação, através do discurso e da própria prática, conforme expressa Guerreiro (1989): significa dar voz ao dizível e indizível, ou ao não dizível, vivido e experienciado pelos docentes.

Assim, apresento três micro-temporalidades realizadas neste estudo; elas mostram o percurso empreendido para chegar ao objetivo que pode assim ser sistematizado:

2.6.1 Primeira micro-temporalidade (aproximação)

- levantamento provisório das idéias sobre o prolongamento da jornada de trabalho. Isso indica a direção da pesquisa; É importante ressaltar que me venho envolvendo com essa temática mais profundamente, desde a minha inserção nos movimentos sindicais ligados à educação;

- pesquisa junto a entidades de educação e dirigentes sindicais do SIMPRO/SINTAE/RS/FEETE/SUL, contatos com lideranças estadual e regional/local;

- pesquisa bibliográfica sobre a temática e suas correlações;

- contatos com professores das áreas de Serviço Social e afins sobre a relevância ou não do tema proposto.

- primeiros contatos-entrevistas.

2.6.2 Segunda micro-temporalidade (intermediária)

- quantificação dos trabalhadores que prolongam a jornada de trabalho em mais de uma atividade profissional. Até esse momento da pesquisa, a aproximação

ocorria com trabalhadores do setor público e privado (da saúde e educação) da cidade de Pelotas; A partir da Banca de Qualificação, fiz recortes no estudo e me dediquei à análise dos professores do ensino privado com ênfase nos que trabalham na UCPel. Do total de 406 professores, 213 exercem outra atividade;

- identificação dos trabalhadores que são considerados lideranças nas respectivas práticas profissionais;
- entrevistas marcadas e sistematizadas (gravadas ou não).

2.6.3 Terceira micro-temporalidade (inserção)

- definição e aglutinação de situações semelhantes no prolongamento da jornada (eventual ou permanente);
- localização e encontros com os profissionais para a realização das entrevistas (UCPel ou outro local de trabalho ou casa);
- contatos mais sistemáticos (solidificação dos vínculos).

A seleção dos sujeitos, que constituem a amostra da pesquisa, foi, portanto, sendo construída, a partir da evolução advinda dos contatos realizados com quem prolonga a jornada e lideranças sindicais da região.

Para execução do trabalho de campo, utilizei, como instrumento balizador para coleta de dados, entrevistas e questionários. Segundo Triviños (2006, p. 138), é a técnica da triangulação que “[...] tem por objetivo básico abranger a máxima amplitude na descrição, explicação e compreensão do foco em estudo”.

Assim, o roteiro contém:

- dados capazes de identificar os trabalhadores, suas trajetórias no concernente a seus saberes e experiências. Identifiquei, de forma intencional, alguns trabalhadores que são diretores de escolas, médicos/professores, reconhecidos como lideranças, funcionários de escola que são representantes de suas entidades sindicais, professores/empresários, entre outros.

- caracterização, por parte dos trabalhadores, do objeto do estudo; das finalidades do seu trabalho e do referente aos processos e à articulação entre intensificação, prolongamento e qualidade de vida;

- compilação e inventário das idéias dos entrevistados sobre o significado do que é bom e do que é ruim no prolongamento da jornada de trabalho;

- as falas estabelecidas, para explicitar uma série de conexões contraditórias, inerentes ao mundo do trabalho e à qualidade de vida, relacionadas ao prolongamento da jornada.

Isso me possibilitou identificar os fundamentos, que levam os trabalhadores dessa categoria a imporem mais carga horária de trabalho às suas atividades profissionais.

Ao fim, a síntese da investigação que, por ser movimento, não se esgota em si mesma, mas que é apresentada como totalização por ser dialética e histórica. A partir dessa trajetória, o estudo possibilita revelar um novo conhecimento sobre essa temática específica.

O objetivo da investigação pautou-se no sentido de a coleta dos dados, no trabalho de campo, permitir um diálogo com as teorias existentes e, assim, os paradoxos e objetivos da pesquisa poder, gradativamente, serem respondidos.

Todo estudo pautou-se nos princípios éticos de um trabalho de pesquisa, com a assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido.

3 AS MANIFESTAÇÕES DO TRABALHO PROLONGADO DE FORMA PERMANENTE E EVENTUAL DOS DOCENTES DA UCPEL

Um dos cenários identificados em relação à dupla subordinação do trabalho encontra-se no prolongamento do trabalho eventual, também conhecido como biscate. A característica fundamental dessa dupla subordinação é a transitoriedade. O trabalhador realiza turnos normais e legais de trabalho, possui vínculo empregatício formal e, após o cumprimento desse período de trabalho, dá continuidade ao prolongamento de sua jornada, desenvolvendo a mesma ou outra atividade.

No interior desse coletivo, encontram-se professores que são consultores, técnicos, engenheiros, arquitetos, bioquímicos, médicos, assistentes sociais, professores de cursos pré-vestibulares, pequenos empresários, psicólogos, pecuaristas, entre outros.

Essas pessoas prolongam a jornada de trabalho, conforme suas peculiaridades, em períodos alternados. Médicos e enfermeiros, bioquímicos, por exemplo, intensificam a jornada de trabalho mais à noite, final de semana e feriado, geralmente para atender demandas específicas, como substituições de plantões e férias. Os pequenos empresários intensificam mais em períodos de festas, formaturas, Natal, Páscoa, Dia das Mães, Dia das Crianças, entre outros.

Nessas condições, os docentes expõem-se ao trabalho precário, costumando receber valores inadequados e prolongando a jornada “madrugada afora”, como relata uma das entrevistadas.

A professora C.B.P.L, 47 anos, é contundente na sua afirmativa quanto à incorporação do trabalho eventual. Trabalhando há vinte e cinco anos em educação e realizando correção ortográfica de trabalhos acadêmicos, assim se manifesta:

Eu trabalho mais é de madrugada porque o salário que ganho é muito pouco [...] eu sou obrigada a fazer esses biscates, disso depende minha família, o estudo dos filhos, a alimentação [...] é nos finais de semestre que aparece mais trabalho [...]

O professor/contabilista, C.D., 50 anos, seguindo as mesmas premissas, diz:

Sou professor e contador, até ganho relativamente bem, mas aproveito para capitalizar mais nos períodos das declarações do imposto de renda, realizo mais de trezentas [...]. Pra poder fazer isso, levo um monte de trabalho pra casa e pro escritório, trabalho até quase amanhecer. No outro dia estou demolido [...] se eu não pegar, outro pega [...]

Apesar desse aviltamento de si próprios, os mesmos expressam o desejo de realizá-lo, como fica evidente nas expressões “sou obrigada a fazer esses biscates” ou “no outro dia estou demolido”. Fica claro, ainda, nas falas, que o limite da possibilidade de realizar o trabalho extra está vinculado a uma pseudoqualidade de vida, visto que “disso depende minha família” ou “aproveito para capitalizar mais”.

É importante ressaltar que o executor do trabalho, muitas vezes, não gosta de realizá-lo, já que o mesmo tem que ser feito, quase sempre, aos fins de semana ou à noite. Entretanto, ao mesmo tempo em que existe a negação, aparece a afirmação da necessidade de incorporar esses serviços como forma de reforçar o orçamento familiar e a qualidade de vida. Assim, a fala dos entrevistados apresenta dupla subordinação: a intensificação e o prolongamento, nesses casos, do trabalho extra/eventual, conhecido, coletivamente, como “bico” ou “biscate”.

3.1 A incorporação do prolongamento da jornada permanente

Na esteira das incorporações de mais trabalho, encontra-se a incorporação do prolongamento da jornada, já absorvida de forma permanente. Assim, este item mostra, na particularidade, algumas falas dos professores, acenando para a necessidade da manutenção dessa prestação de serviço.

A cultura capitalista, desse modo, reitera a criação de necessidades condicionadas pela sociedade de consumo a que estão sujeitos os trabalhadores e suas famílias. Nesse sentido, estratégias que vão, desde a imposição de tecnologias modernas e atuais até desejos despertados, de modo subliminar pela mídia (roupas, carros, bebidas etc.) passam a ser quase obrigatórias no cotidiano dos trabalhadores.

Também, suas falas demonstram que muitas pessoas vêm prolongando a carga horária de trabalho, de forma permanente, com o intuito de manter a mesma ou igual qualidade de vida.

Realizando trabalho em vários locais e prolongando sua carga horária para mais de sessenta horas semanais, encontra-se o médico, professor G.L.S., casado, 33 anos:

Meu medo é ficar desempregado e perder o padrão de vida que levo. Acho que nunca vou parar de trabalhar, apesar de achar que a carga horária de trabalho que desempenho nestes últimos anos é um absurdo e excede até mesmo as minhas condições físicas.

A expressão na fala, quando reproduz “meu medo”, denota a insegurança e a instabilidade vivenciada por esses profissionais das escolas e universidades particulares, temendo ficarem desempregados. Por isso, é preciso “trabalhar mais, exceder condições e limites físicos”. Para manter o padrão de vida, é necessário garantir um “excedente a mais” e, assim, dar conta dessa possível mazela que assola o mundo contemporâneo: o desemprego.

Isso significa dizer que, no decurso da reestruturação produtiva, o ciclo conjuntural de crises expresso na quebradeira que vem ocorrendo e acumulando-se nas últimas décadas, no setor privado da economia, tem impulsionado os trabalhadores, incluídos os da educação, a assimilar novos⁵⁹ padrões de vida e de valores.

A professora e vendedora de confecções N.M.F.M, 46 anos, vem há 24 (vinte e quatro) prolongando a atividade de trabalho, reforçando o contexto:

Quero me aposentar daqui a uns três anos, mas vou continuar trabalhando. Não consigo mais parar... Trabalhei a vida toda. Se desse, eu parava de vender, é muito cansativo e desgastante, mas isso nem pensar. Se eu parar, a minha vida como fica? Se assim já está brabo, imagina se eu tiver que parar.

A manifestação da professora, quando diz: "Não consigo mais parar"; "Se desse, eu parava" e "imagina se eu tiver que parar", coloca, em evidência, a contradição explícita entre o querer e o poder, entre a vontade e as necessidades. Essa contradição transcende a vontade pessoal e trazem, ao diálogo, a representação coletiva: "imagina se eu tiver que parar".

Essa tem sido, também, a trajetória do médico e professor universitário A.C.G., 51 anos, que há 24 (vinte e quatro) prolonga o seu trabalho para 50, 55 horas semanais:

Faço isso desde que me formei. Trabalho manhã, tarde e noite, sem contar quando tenho que atender nos fins de semana. Com médico é assim. Se tu quiseres manter um padrão de vida médio, tem que trabalhar... Se parar, perde o espaço profissional. O incrível é que, a cada ano que passa, parece que preciso trabalhar mais ainda.

Ao falar que extrapola a jornada de trabalho, desde que começou a trabalhar, o professor/médico agrega representação social corporativa muito

⁵⁹ A oscilação do padrão salarial, ocorrida nas últimas décadas, tem obrigado a chamada classe média a mudar seus hábitos e valores (viagens, troca de carro, a troca do ensino particular para o público etc.).

visível na contemporaneidade: “com médico é assim”. Isso reforça a compreensão de que somente algumas áreas profissionais necessitam incorporar mais trabalho. Na sua expressão, ele reproduz um deslocamento da “função docente” e a subalterniza em detrimento da função médica. Entretanto, é importante ressaltar que sua carga-horária majoritária é na docência, desenvolvida em sala de aula e nos postos de saúde.

O importante é que a vontade de absorver “outras necessidades”, supérfluas, ou não, constitui-se como vetor do prolongamento da jornada. Assim, essa extensividade traz conseqüências em nível pessoal, físico, psicossocial e familiar. A jornada de trabalho permanente introduz, no cotidiano do indivíduo, muitas vezes, um excesso de carga horária como se ela fosse necessária, justa e humanitária.

Ao ter de trabalhar três turnos e ficar à disposição nos finais de semana, esse profissional reproduz, na particularidade, o vivenciado por outros colegas docentes. São vários professores que, além de suas obrigações “normais”, passam a realizar, em casa, “em tempos livres”, à noite e finais de semana, correção de provas, trabalhos, respostas a e-mails, fazer leituras, entre outros.

É obvio, pois, ser impossível dar conta de outras relações intrínsecas à vida humana, como, por exemplo, tempo para visitar parentes e amigos, fazer churrasco, ir ao cinema, teatro, etc.

O professor universitário e bioquímico C.A., 55 anos, fala assim:

Já faz muitos anos que trabalho assim: manhã, tarde, noite, fins de semana e de madrugada [...] se quiseres manter um padrão de vida um pouco melhor, tem que trabalhar. É claro que tenho algumas horas de folga, não tenho horário para chegar... nem para sair. Tem alguns períodos que esse tipo de trabalho é uma loucura, mas a gente acostuma.

Mostra a contradição maléfica e obscura entre a manutenção do *status quo* a qualquer custo, expresso na fala “[...] se quiseres manter um padrão de vida um pouco melhor, tem que trabalhar [...] manhã, tarde e noite, [...] é uma loucura [...] mas a gente acostuma”.

Detectei, a partir das entrevistas, que a incorporação do trabalho, durante um longo tempo, se entranha na vida do trabalhador e o faz adaptar-se a essa rotina. São jornadas de 50 (cinquenta), 60 (sessenta), 70 (setenta) horas de trabalho semanal, absorvidas como coisa natural.

Diz, ainda, o professor bioquímico:

Isso é uma coisa natural, a minha esposa e meu filho já se acostumaram com esse ritmo de vida. Termino passando em casa só de passagem, pra dormir. A maior parte do tempo estou no laboratório ou na universidade.

A fala expõe, também, a constante preocupação com a perda da qualidade de vida. O contraponto para isso é a imposição de mais trabalho, como demonstra o testemunho a seguir. Para manter o mesmo padrão de vida, a professora universitária e socióloga C.M.M., 52 anos, trabalha, em média, 55 (cinquenta e cinco) horas semanais:

Com o aumento de trabalho, aumenta a renda familiar e conseguimos manter o mesmo padrão de vida. Por outro lado, este trabalho faz com que eu e meu marido nos distanciemos da nossa família e, principalmente, do nosso filho que está em idade escolar... Isso é tremendamente prejudicial.

As falas demonstram as conseqüências dessas ações. É o custo pago pela selvageria de um modo de produção, o qual faz com que o trabalhador ora se sinta incluído no sistema, portanto beneficiado: “[...] aumenta o trabalho, aumenta a renda familiar”, ou “[...] conseguimos manter o mesmo padrão de vida”; sentindo-se excluído dos processos de relações fundamentais: “[...] faz com que eu e meu marido nos distanciemos da nossa família” ou “[...] do nosso filho em idade escolar”.

O rebatimento dessas contradições é canalizado para a dupla subordinação expressa nas necessidades humanas.

3.2 A dupla subordinação expressa nas necessidades cotidianas dos trabalhadores em educação da UCPel

Um homem sem trabalho, não tem a sua honra, e sem a sua honra, se morre, se mata e não dá pra ser feliz.

(GONZAGUINHA)

3.2.1 As necessidades da dupla subordinação

No decorrer do estudo, a partir da fala dos trabalhadores em educação da cidade de Pelotas, RS, identifiquei algumas necessidades significativas impulsionadoras do prolongamento do trabalho. Este item, no conjunto, situa três delas, quais sejam: necessidade de manter o nível de vida possibilitado pela família, no decorrer dos anos; necessidade de incorporar novos bens de consumo e necessidade gerada pelo momento histórico, a qual denomino de dupla subordinação.

A relação direta entre capital *versus* trabalho encerra, em si, a grande sujeição do trabalhador na venda da sua força de trabalho. As manifestações da intensificação do trabalho, somado ao prolongamento da jornada, constituem o que denomino de dupla subordinação contemporânea.

No Brasil, há pouca produção e estatística a respeito dos trabalhadores que prolongam as jornadas de trabalho. Constata-se a invisibilidade, nesse fenômeno, que, empiricamente, aumenta a cada dia. É preciso, pois, compreender os ângulos mortos⁶⁰ e a totalidade, tornando públicas as mazelas decorrentes desse processo em curso e possibilitando aos movimentos sociais e sindicais a apropriação dessa realidade como forma de subsidiar e contribuir para um enfrentamento com mais solidez.

Como já foi visto no decorrer do estudo, o prolongamento da jornada de trabalho não é fato novo e continua percorrendo os caminhos da História. Agregam-se a esse processo, na contemporaneidade, outros fatores

⁶⁰ Esse termo tem sido utilizado pela Dra. Jussara Maria Rosa Mendes, quando se refere aos mecanismos sociais que geram a invisibilidade social.

determinantes: a intensificação da jornada e os novos sentidos incorporados por esses trabalhadores na execução do trabalho eventual ou permanente.

Paradoxalmente, na compreensão da realidade, destaco três situações interligadas dialeticamente, inserindo-se no contexto, o qual vai forçar a inclusão do trabalhador na dupla subordinação ao trabalho. Tais questões serão denominadas de necessidades da dupla subordinação, citadas e comentadas na seqüência:

- 1) necessidade de manter o nível de vida possibilitado pela família no decorrer dos anos;
- 2) necessidade de incorporar novos bens de consumo;
- 3) necessidade gerada pelo momento histórico.

3.2.2 As necessidades de manter o nível de vida possibilitado pela família no decorrer dos anos

A formação cultural, educacional e política das tradicionais famílias da cidade de Pelotas, RS, tem suas raízes no século passado. Buscando, na Europa, a base da formação para seus filhos, os valores de lá trazidos materializaram-se nos casarões, castelos, bem como em alguns hábitos culturais, políticos e sociais. Algumas dessas tradicionais famílias mantiveram, ao longo dos anos, uma estrutura de grande poder econômico, político, social e cultural. Várias delas ainda legam aos seus descendentes esses valores, como forma de dar seqüência às tradições dessa estrutura de poder.

Muitas delas concentravam a maior parte de renda e da terra da cidade. Geralmente, casavam entre si, mantendo e/ou aumentando o patrimônio, assim como ocupavam os postos de trabalho mais significativos (na saúde, na educação, na política, na cultura etc.). Nesse cenário, encontravam-se vários educadores, considerando-se que o trabalho na educação era propício ao gênero feminino ou a algumas pessoas vocacionadas.

A grande transformação no trabalho, ocorrida no mundo todo, passou, gradativamente, a mudar essa realidade. Não sendo possível viver da renda da

terra, muito dos descendentes dessas famílias tradicionais obrigaram-se, então, a assimilar novos hábitos de vida e de trabalho, como forma de continuar a garantir semelhante padrão de vida, ou a própria sobrevivência.

3.2.3 Necessidade de incorporar novos bens de consumo

A partir da década de 1960, período pós-Juscelino Kubitschek, com a abertura do mercado, começaram a entrar no País empresas multinacionais⁶¹, que iriam transformar a vida dos brasileiros. As pessoas com maior poder aquisitivo passaram a adquirir carros, geladeira, televisor, liquidificadores, sofá-cama, entre outros. Alguns desses bens continuaram, por algum período, longe da realidade de vida da grande maioria dos trabalhadores brasileiros.

Todavia, a dinâmica do mercado capitalista impõe sua regra de consumo. É preciso produzir em quantidade suficiente, para atender às demandas do mercado. Essa produção de bens de consumo e esses produtos tecnológicos destinam-se a satisfazer às necessidades daqueles com mais condições financeiras. Após servir esse segmento de mercado (a classe média), urge que mais pessoas passem a “usufruir” dessas benesses. Com a concorrência, aumenta a oferta; aumentando a oferta, diminui o preço; diminuindo o preço, passa a ser acessível à maioria.

Essa dinâmica do sistema gera um processo competitivo de longo alcance. É comum um produto novo chegar ao mercado consumidor a preço inacessível, mas, logo, tornar-se acessível. É característica de o sistema criar a necessidade e depois administrar o mercado. No argumento de tornar a vida mais ágil para quem vive nos centros urbanos, ele termina gerando dependência do consumo.

⁶¹ O encarte da Revista Isto É que trata dos 110 anos de industrialização da cidade de São Paulo, nos anos de 1955-1961 diz: “A confiança externa no Brasil podia ser avaliada pelos investimentos americanos. Só perdíamos para o Canadá e a Inglaterra. Em três anos, 400 empresas dos Estados Unidos vieram para o Brasil” (p. 130).

3.2.4 Necessidade gerada pelo momento histórico

Além das necessidades tecnológicas disponibilizadas pelo mercado, geradoras de fetiches e encantamentos, uma das questões que mais têm atingido os trabalhadores do País é a constante insegurança de emprego e condições de trabalho. Nos últimos tempos, o Brasil vem sendo governado via medidas provisórias⁶². Nesse ínterim, amordaçados pela estrutura vigente, a classe trabalhadora, bem como os movimentos sindicais e populares, assistem à alteração de direitos sociais serem alterados, sem que a sociedade civil consiga mobilizar-se de forma efetiva para impedir tais acontecimentos.

Com uma postura neoliberal de caráter privatizante, o Estado vai desarticulando setores organizados da sociedade civil e impondo uma política de desemprego, recessão e desmantelamento da estrutura estatal e de setores fundamentais, como educação, saúde, agricultura, habitação. A par das conseqüências, o Estado retira verbas das instituições públicas, criando um verdadeiro quadro de desalento e abandono. Essa realidade atinge toda a classe trabalhadora e, de maneira direta, os usuários dos serviços públicos. O incentivo às demissões voluntárias, aplicadas pelos governos nos Estados e por grandes indústrias automotivas no centro do País tem lançado ao desemprego e ao mercado informal, principalmente, aqueles trabalhadores que contam com maior tempo de serviço.

No setor privado da educação, a lógica patronal utilizada é de simples compreensão: como houve algumas conquistas nas últimas décadas, através de acordos coletivos, esses trabalhadores passaram a ter uma massa salarial diferenciada dos demais. Esse fato vem impulsionando os gestores das escolas e universidades a demitir professores e funcionários com mais tempo de serviço ou com melhor qualificação. Por outro lado, houve incentivo à formação e contratação de professores titulados (Mestres e Doutores), a fim de dar

⁶² Na página http://www.dji.com.br/medidas_provisorias/medidas_provisorias_2007.htm, que trata do Índice Fundamental do Direito, do dia 8 de outubro de 2007, na sua última atualização, consta a Medida Provisória nº 395 de 27 de setembro de 2007. Isso retrata um governo legislando via Medidas Provisórias. É importante ressaltar que o Partido dos Trabalhadores colocava-se extremamente contra os governos que assim procediam.

cumprimento à Lei de Diretrizes e Bases da Educação – LDB, Lei nº. 9.394/96, cujo Artigo nº. 52 determina que as universidades tenham:

- I – produção intelectual institucionalizada mediante o estudo sistemático dos temas e problemas mais relevantes, tanto do ponto de vista científico e cultural, quanto regional e nacional;
- II – um terço do corpo docente, pelo menos com titulação acadêmica de mestrado ou doutorado;
- III – um terço do corpo docente em regime de tempo integral.

A possibilidade de flexibilização da Lei, por parte do Estado, que vem permitindo a abertura de instituições educacionais, em todos os níveis e em todo o País, algumas sem as mínimas condições estruturais para desenvolverem o processo educacional, uma vez que carecem de professores qualificados, bibliotecas, salas de aulas, banheiros, entre outros requisitos, provoca a proliferação de cursos universitários.

Na esteira da instabilidade geradora de desemprego em vários níveis e segmentos, aqueles empregados, com mais tempo de serviço nas instituições, colocam-se numa situação de intranquilidade refletida nas mais diversas relações sociais, dentre elas, a da perda do emprego.

São necessidades geradas pelo momento histórico as quais encantam e desencantam relações e passam a inserir-se no cotidiano dos trabalhadores em educação. Isso faz com que os mesmo assumam a intensificação das atividades extras como atitude natural e o prolongamento da jornada como um subsídio a mais para garantir ou manter o *status* social. Muitas vezes, para que isso ocorra, torna-se necessário que essas relações fiquem distanciadas, uma vez que o tempo de permanência no lar ou a convivência coletiva passa a ser mais reduzida.

O novo tempo, configurado como difícil tem obrigado muitos trabalhadores a buscarem outros caminhos e alternativas, quer no mercado formal (abrindo pequenos negócios ou “fabriquetas de fundo de quintal”), quer no mercado informal (venda de produtos de contrabando, ou artesanais, doces, roupas etc.). Tais inserções visam à manutenção da estrutura vigente ou da própria sobrevivência, visto que a remuneração pelo trabalho realizado, durante a jornada normal, não

vem conseguindo manter uma estrutura de vida compatível com a qualidade desejada.

O prolongamento, por ser fato concreto no cotidiano e na história dos trabalhadores em educação, retrata a vivência deles nos mais diversos momentos e nas mais diversas manifestações, retroagindo ao passado, situando o presente e projetando o futuro. Essas manifestações serão explicitadas no decorrer do estudo.

Também, a realidade expressada nas falas particularizadas de alguns docentes do ensino privado de Pelotas, com ênfase nos profissionais da educação da UCPel, pode e deve ser estendida às demais categoria de trabalhadores.

3.3 O dizível e o não dizível – as manifestações do prolongamento da jornada através da fala

3.3.1 A fala que manifesta as expressões do cotidiano

O estudo, que se pautou na busca de dados que demonstrassem as manifestações do prolongamento da jornada de trabalho contemporânea, encontrou, como elemento central para sustentação, a “fala” dos professores. Foi, através da história e vivência, que se definiram as referências do contexto sociocultural, profissional e pessoal dos atores envolvidos. Foi, também, através da fala, que interagi com os entrevistados, possibilitando condições para que remontassem suas experiências pessoais e profissionais, sejam elas relativas ao prolongamento da jornada do trabalho e suas configurações, sejam elas referentes à qualidade de vida.

Nessa esteira, (MINAYO, 1992, p. 109), diz que a fala revela "condições estruturais, de sistemas de valores, normas e símbolos", transmitindo, através do seu porta-voz, representações histórica, social, econômico e cultural de determinados grupos. Cardoso (1989) também vai observar que a linguagem falada carrega, em si, uma constelação de informações, estabelecendo relação de afetividade entre entrevistado e entrevistador, quer seja por questões de afinidade pessoal, quer seja pelo tema, permitindo que ambos criem e reflitam sobre ele conjuntamente.

Do coletivo de trabalhadores, inicialmente envolvidos na pesquisa desde seu início, e, após, sugestões feitas pela Banca de Qualificação, realizei alguns recortes e selecionei 13 (treze) professores da iniciativa privada que prolongam a jornada de trabalho.

Manifesto, ainda, que a transcrição das entrevistas foi feita de forma integral e literal, preservando fidedignamente o relato dos sujeitos previamente selecionados. Na amplitude das informações prestadas, escolhi alguns fragmentos que julguei dar sustentação às questões elencadas no decorrer da construção da tese.

3.3.2 Narrativas, contradições e vivências – o visível e o não visível

A partir das questões norteadoras, confronto as falas dos professores com as teorias e conceitos pesquisados sobre o tema. Sintetizo-as em cinco grandes tópicos de análise: o impacto social das transformações ocorridas nos processos produtivos; a qualidade de vida como referência; a incorporação de ganho por determinado período de tempo; o exercício extenuante e o impacto no trabalho e na vida dos professores; dupla subordinação resultante do prolongamento da jornada de trabalho.

No conjunto das falas dos professores prolongadores da jornada, reside uma riqueza imensurável de conteúdo. Vi e partilhei manifestações de satisfação, alegria, tristeza, impotência, coerência, limitações, prepotência, superação, humildade, senso comum, visão crítica da realidade. Nos relatos orais sobre a história da vida e do prolongamento, presencie, também, companheiros (as), chorarem, sorrirem, sonharem, projetarem perspectivas positivas e negativas, transporem limites. São guerreiros em luta! Retomo Lefebvre:

[...] é preciso repeti-lo sempre – que tudo está ligado a tudo; e que uma interação insignificante, negligenciável por que essencial em determinado momento, pode tornar-se essencial num outro momento ou sob um outro aspecto (1991, p 241).

Assim, optei por introduzir, aleatoriamente, duas ou três falas dos professores aos tópicos de análise, para, em seguida, comentá-las e discuti-las.

Primeira: O impacto social e as transformações, ocorridas nos processos produtivos contemporâneos, induzem os trabalhadores, em geral (neste estudo, os da educação privada), a ampliarem suas jornadas de trabalho, com vistas a garantir a mesma condição de vida?

- sobre o impacto social e as transformações:

A maioria não fala, mas a cada final de semestre todos ficam preocupados com as “demissões. A abertura desses cursinhos de finais de semana e de outras faculdades e universidades geram uma concorrência um tanto desleal. O Estado não faz nada, até incentiva. Quem paga somos nós. Vê só, de primeiro era no setor produtivo, nas fábricas, no comércio, nos bancos. Agora é na educação, somos a bola da vez (Companheiro III).

[...] Me lembra McLuhan, o mundo passa por uma série de transformações, mas a escola continua a mesma. É só quadro negro e giz. A maioria dos alunos parecem não querer nada com nada e o mercado termina absorvendo essa mão de obra, precarizada e mal qualificada. Estamos engessados, cada vez nos exigem mais trabalho, mas não nos dão condições. Temos que responder e-mails, informar dados via internet, mas olha só os computadores que dispomos? (Companheira IV)

As coisas mudam muito rápido, quando me formei, não tinha computador, o trabalho era realizado de forma manual. Hoje é só tecnologia, quem não tem aparelhagem de última geração, não se estabelece no mercado, principalmente pra nós da bioquímica (Companheiro XIII).

A primeira fala acentua o “medo” do desemprego decorrente de uma competitividade oriunda desse modo de produção que, até então, tinha no setor produtivo, sua base principal. As mudanças do mundo do trabalho chegam, gradativamente, ao “mercado” da educação de serviços, transformando-a visivelmente em mercadoria barata.

A segunda fala aponta para certa lentidão dos gestores na leitura dessas novas relações. Assim, muitas escolas, faculdades e universidades limitam-se a oferecer o mínimo. (Professor x Quadro e Giz). Na terceira fala, fica explícita a ânsia avassaladora do capitalismo em globalizar bens, produtos e tecnologias. Isso implica dizer que, para permanecer no mercado, o setor privado da educação tem que impor

mudanças estruturais. Para tratar dessas questões, encontrei fundamentos teóricos em: Antunes (1987); Pochmann (2002); Gorz (2004); Hobsbawm (2005).

Uma das preocupações verbalizadas pelos entrevistados dá conta de que o prolongamento da jornada possibilita a manutenção do *status quo* e a melhor qualidade de vida.

- ampliação da jornada e condições de vida:

Desde que me formei trabalho desse jeito, comecei substituindo plantões nos finais de semana e feriados, depois fui ficando conhecido [...] aí comecei a atender também na casa das pessoas (tipo médico de família sabe?) [...] isso dá credibilidade. Quando me dei por conta, já não tinha mais tempo para mais nada, só trabalho. Comecei a pedir menos trabalhos, pois não dava mais conta de ler nos finais de semana [...] trabalho em média 16 horas por dia. [...] com isso consegui manter um padrão de vida compatível com minha profissão [...] na realidade faço isso mais pra minha família e até gosto do que faço, só que tem dias que é muito desgastante. Às vezes não dá pra dar conta de tudo (Companheiro VI).

Eu faço biscate porque o salário que ganho é muito pouco e não supre todas as nossas necessidades [...] eu sou obrigada a fazer biscate, senão como fica minha família, o estudo dos filhos, a alimentação. Quando eu vivia com meu marido, tínhamos uma vida financeira melhor. A gente já ganhava pouco, mas somando os dois salários, até que dava. Hoje só conto com meu dinheiro, por isso me viro do jeito que posso. Ah! Tem mais, hoje os guris (filhos) estão na universidade [...] é sempre uma despesa a mais (Companheira VII).

Com o aumento do trabalho, aumenta a renda familiar e conseguimos manter o mesmo padrão de vida. Meu marido ganhava bem no Estado como procurador. Depois o salário foi diminuindo, diminuindo e começamos a perder o nível de vida que tínhamos [...] tu sabes? Nada de muito significativo. Nessas últimas décadas, com os planos, a coisa começou a ficar mais difícil. Eu sempre trabalhei, mas não com tanta necessidade. Hoje não, meu trabalho parece imprescindível, o que ganho ajuda um monte na manutenção da casa (Companheira XII).

Os impactos sociais, gerados pelo processo de desenvolvimento na contemporaneidade, trazem benefícios e malefícios que batem misticamente à porta das pessoas a cada momento. Isso significa que a velocidade do mercado em ofertar novas tecnologias, reproduz, também, a necessidade de se ter acesso a elas.

O que vem ocorrendo, sem a devida percepção dos professores, é uma contradição que se oculta nas particularidades do dia-a-dia. Assim, a venda do trabalho por um tempo determinado (hoje estabelecido contratualmente), se não consegue suprir aquilo que se coloca como indispensável para o bem viver e para o

exercício profissional, induz esses trabalhadores ao mais trabalho. Essas contradições só se revelam, se forem compreendidas, a partir do momento em que as relações são determinadas mais próximas dos executores.

Uma leitura crítica da realidade, por exemplo, aponta que, hoje, “todos” os professores deveriam ter computador ou acesso a ele, carro ou acesso ao transporte coletivo com qualidade, casa própria ou aluguel compatível. Sabe-se não ser assim. Na realidade docente, essa é uma das condições que incita à intensificação e ao prolongamento da jornada de trabalho.

As três falas reafirmam o conteúdo central dessa questão norteadora, qual seja, o impacto social e as transformações ocorridas nos processos produtivos disponibilizam bens e produtos que passam a compor, conforme Pereira (2006), as “necessidades básicas objetivas e universais” e mostra, também, conforme Kosik (1996), a retroalimentação e manipulação do mercado com “objetos fixados” propiciando uma práxis fetichizada.

A partir da pesquisa, é possível afirmar que a luta dos professores, ao ampliarem suas jornadas, é feita no intuito de garantir o padrão de vida que levavam ou que vêm levando nesses últimos tempos. A contradição não visível é de que “para manter” o mesmo padrão, é necessário incorporar mais trabalho. Isso nem sempre é bem compreendido, visto ser essas incorporações assimiladas como coisas naturais, como partes do processo lógico, normal.

Nesta ótica, é possível afirmar que se tem, ainda, um longo tempo para que os professores se compreendam enquanto categoria profissional, num processo produtivo igual aos trabalhadores das demais categorias. Tempo para se darem conta que “dar aula” significa venda da força de trabalho.

Ao analisar as relações do processo produtivo, Marx contribui, trazendo uma questão sobre a educação e diz: “[...] um mestre-escola é um trabalhador produtivo se ele não apenas trabalha as cabeças das crianças, mas extenua a si mesmo para enriquecer o empresário” (MARX, 1984, p. 106). Fica claro, portanto, que o impacto das transformações societárias, pautadas no desenvolvimento tecnológico chega ao setor educacional com um ímpeto arrebatador que sobrecarrega e extenua o exercício profissional.

Segunda: O prolongamento da jornada de trabalho possibilita aos trabalhadores da educação uma melhor qualidade de vida com possibilidade de acesso a alguns bens e produtos de consumo, ao mesmo tempo em que deteriora as condições familiares e sociais?

O conjunto das falas demonstra, nitidamente, as contradições residentes entre a necessidade da incorporação de mais-trabalho, vinculada, diretamente, à questão salarial, à aquisição de bens e produtos com a qualidade de vida.

Só consegui comprar casa própria por que estou em dois trabalhos e assim mesmo é financiada [...] é uma coisa de cada vez [...] queria trocar de carro, mas agora nem pensar [...] minha preocupação é com a carga-horária na universidade no próximo semestre, pode diminuir e ai, me arreventa. Outra coisa que queria fazer era tirar férias, faz cinco anos que não tiro, só fico na volta [...] parece uma gangorra, quando um trabalho está legal ou outro está complicado (Companheiro III).

Sei que a gente se mata de tanto trabalhar, mas se não fosse assim, como ia conseguir comprar meu carro? Ter computador? Quando chega ao meio do semestre já não agüento mais [...] mas fazer o quê? (Companheira IV)

Só consegui o que tenho porque trabalho desse jeito (16 horas em média) [...] Queres saber mesmo? Acho que sou doente por consumo [...] cada vez que sai um computador novo eu troco o meu [...] todo ano troco de carro [...] o problema que usufruo muito pouco, quase nada [...] passo o dia no trabalho, computador nem pensar, ah! Comprei um *notebook* muito bom, mas nem nas aulas eu utilizo, meu carro fica mais parado que andando [...] mas eu compro o mais atualizado, acho que sou compulsivo. Sei que sacrifico um pouco minha família, mas eles já se acostumaram com isso (Companheiro VI).

Esse ano até que foi legal, troquei de carro, troquei meu computador por um bom, com impressora multifuncional e me dei de presente uma TV dessas grandes de plasma. Também, se não faço assim, não consigo adquirir [...] trabalho, trabalho, trabalho e nunca tinha nada, só penso nos outros (família) [...] quero pensar mais em mim, esse ano fui pra aula de dança, fiz yoga, há horas queria me dar uns presentes [...] agora me dei, quero e vou mudar. Queria mesmo era diminuir minhas horas de trabalho, fiar mais com meu filho [...] sei que por enquanto não dá (Companheira VIII).

Esse conjunto de falas demonstra a existência de uma percepção distorcida e alienada da realidade. Na primeira, fica explícita a vinculação do mais trabalho com a possibilidade de obtenção de bens materiais supérfluos ou não, que passam a ser necessários “[...] só consegui por que tenho dois trabalhos”. Entretanto, todo esse trabalho não possibilita que o mesmo exerça o direito ao descanso “[...] faz cinco anos que não tiro férias”. A segunda fala transita pelo mesmo sentido “[...] a

gente se mata de tanto trabalhar”. É uma associação nítida entre a possibilidade do ter e o ser. Preciso ter, nem que para isso eu extrapole limites físicos. Trago para esse diálogo parte de uma citação de Marx, escrita no livro *Obras Escolhidas*, que diz:” [...] o operário livre, pelo contrário, vende a si mesmo, pedaço a pedaço” (1989, p.63). E é isso que vem fazendo uma parcela significativa dos trabalhadores em educação.

Essa afirmação, feita no período em que o autor viveu, tem suas manifestações específicas na contemporaneidade e, com certeza, atinge, fundamentalmente, o segmento dos trabalhadores.

Entretanto, é impossível não pensar a tecnologia como um instrumento primordial para a vida humana nesse estágio societário. A questão é compreender o custo e o impacto dessas tecnologias e o acesso a elas no cotidiano das pessoas. A contradição central reside no fato de que, para terem uma “pseudo” qualidade de vida, esses trabalhadores necessitam impor mais trabalho, seja ele de forma eventual ou permanente.

Terceira: A incorporação de ganhos de renda em virtude do prolongamento da jornada de trabalho durante determinado período de tempo quer eventual, quer permanente, torna progressivamente obrigatória tal extensividade?

A professora, que faz correções de trabalhos de forma eventual, diz:

[...] Eu queria parar de corrigir, mas não consigo. No ano retrasado tinha dito que não pegaria mais trabalhos [...] até tentei, mas a situação começou a ficar apertada, tive que retomar novamente, sabe como é? É sempre um dinheiro a mais que entra (Companheira VII).

O professor / médico assim se expressa:

[...] Sou dependente do trabalho, sou compulsivo. Faz muito tempo que faço isso [...] não vejo a minha vida sem essas atividades. A gente não pára por dois motivos, um pelo dinheiro e o outro porque a gente acostuma (Companheiro VI).

[...] Só vou parar quando morrer, já me acostumei com esse ritmo e com essa condição financeira [...] não me vejo de outra maneira. O valor que ganho só é suficiente se somado aos dois “empregos” (Companheiro VI).

O termo, aqui, é pejorativo uma vez que, atualmente, o professor-bioquímico é sócio majoritário do laboratório que coordena, o outro emprego é o de professor da UCPel. Uma ressalva importante dá conta de um Acidente Vascular Cerebral, do qual o professor foi acometido.

As falas exprimem o sentimento relatado pela totalidade dos docentes ouvidos na pesquisa ao longo do tempo. Mesmo expressando uma vontade de parar de realizar o prolongamento da jornada de um ou outro trabalho, a renda recebida, durante um período de tempo, quer seja pelo trabalho executado de forma eventual ou permanente, vai se solidificando como parte do conjunto da renda familiar.

Detectei que os professores pesquisados justificam, das mais diversas formas, a necessidade de absorverem esses valores ganhos com o trabalho prolongado. São justificativas centradas, fundamentalmente, nos ditames de uma sociedade pautada em contratos de assalariamento, na qual salário recebido não supre as necessidades consideradas essenciais. Sendo assim, parcela desses trabalhadores vão em busca de outras alternativas para manutenção ou melhora do *status quo*.

Trago à reflexão o princípio da causalidade. Existe uma relação entre causa e efeito. Com a venda do trabalho principal, não é possível adquirir aquilo que se constitui como fundamental para a manutenção de uma vida com qualidade. Assim, incorporo mais trabalho e me subjugo a ele, sem que possa parar de executá-lo. Outro fenômeno exposto dá conta que, quanto mais tempo de incorporação do “mais trabalho” eventual ou permanente, mais difícil se coloca o desatrelamento. Trago, também, o princípio da contradição. Muitos dos professores que atuam, hoje, na UCPel, além de exercerem outra atividade, são aposentados. Ora, o pressuposto da aposentadoria é descanso por já ter tempo de trabalho suficiente para gozar desses direitos. Entretanto, o parco recurso advindo da mesma nem sempre possibilita a manutenção do padrão de vida que os mesmos vêm levando. Essa condição induz à permanência nos postos de trabalho e, conseqüentemente, a não abertura de novas vagas para atender à demanda de jovens que necessitam adentrar no mercado. Assim, é possível afirmar que a incorporação de ganhos de renda, por determinados tempos, cria uma dependência de permanência no trabalho como se fosse algo natural.

Quarta: O exercício extenuante de trabalho provocada pelo prolongamento da jornada acaba por impactar negativamente na qualidade de vida do trabalhador repercutindo do mesmo modo na qualidade do produto do seu trabalho?

A professora/empresária, esposa e com filho pequeno, assim se expressa:

Sabe qual é o horário que corrijo as provas e trabalhos? Depois que saio da universidade, chego em casa demolida, tenho que fazer um monte de coisas (cuidar da casa, do marido, do filho, ver se está tudo em ordem). [...] no intervalo de uma e outra atividade é que eu corrijo. [...] Claro, claro que a qualidade diminui, como é que a gente pode manter um nível de qualidade se não tem tempo? Preciso me atualizar, mas leitura com calma, nem pensar [...]. Às vezes, penso que o dia tinha que ter mais 24 horas” (Companheira II).

O professor/médico, liderança política e comunitária, se manifesta dizendo:

[...] tem horas que estou exausto, sei que trabalho em várias pontas, mas gosto do trabalho comunitário [...]. Consigo me aprimorar estudando no próprio posto, junto com os alunos; [...] levo alguns dos meus livros, mas é insuficiente, falta biblioteca, falta computador, falta material de sustentação acadêmica e clínica [...] a gente trabalha sempre sob pressão (da comunidade, da universidade, dos alunos e do próprio Município e Estado que não oferecem condições) [...] sei que a maioria dos meus colegas não se qualifica mais porque dependem de dois, três trabalhos (Companheiro I).

Ao acompanhar a pesquisa, ao longo desses dez anos, fui aprendo, gradativamente, a observar, além do dizível, aquilo que não era dizível pelos trabalhadores da educação e, principalmente, pelos da UCPel. Partes significativas dos docentes chegam à Universidade, no horário compreendido entre 18h e 18 h e 50 minutos. É comum a verbalização de que os mesmos estão exaustos, cansados, que o dia foi pesado. É comum a fala de que, mesmo sendo assim, “a luta continua”. O não dizível pode ser observado na postura física. Além de o semblante demonstrar cansaço, ao sentarem nos sofás da sala dos professores e cadeiras, vê-se que os mesmos não sentam, se colocam em posição de descanso. Postura igual ocorre nos horários de intervalo e no final do horário até a batida do cartão ponto. Trago ao diálogo o princípio da contradição, o cansaço físico se espraia ao mental. Lembro que, ao acompanhar o companheiro/médico socorrista, o encontrei no Pronto Socorro Pediátrico, no início de trabalho, com banho tomado, perfumoso, alegre (chegou cumprimentando a todos). Os

primeiros pacientes e seus acompanhantes recebiam várias informações sobre a doença diagnosticada. Com o passar das horas, o procedimento, gradativamente, mudou. O ímpeto inicial deu lugar à operacionalidade. As explicações e o tratamento para com os atendentes, pacientes e acompanhantes eram completamente diferentes. O semblante do profissional demonstrava cansaço e fadiga: “[...] tô pregado, tô que não agüento mais”. O plantão acabava às seis horas. Quando deu quatro e meia, sentenciou: “[...] queria mesmo era uma boa cama [...] queria deitar e dormir até as seis horas da tarde [...] não dá, não dá, amanhã preciso trabalhar!”

É o dizível e o não dizível como parte da mesma estrutura. A fala reproduz o que o corpo expressa. É a vida cotidiana do homem inteiro, na qual, conforme (HELLER, s.d., p.17), “[...] colocam-se em “funcionamento todos os seus sentidos”. Comprova-se, então, que as longas jornadas interferem, de forma extremamente significativa, na qualidade do produto do trabalho executado”.

Quinta: A dupla subordinação é condicionante e resulta do prolongamento da jornada de trabalho imposta de forma oculta ao conjunto dos trabalhadores?

Por fim, nesta última questão norteadora, os dados da pesquisa mostram que existe uma dupla subordinação ao trabalho e que a mesma ocorre de forma oculta. Na totalidade dos professores pesquisados, perpassa, ainda, uma compreensão um tanto quanto ingênua sobre a sua condição de trabalho. Na ação docente, ainda reside um sentimento forte de vocacionamento, de desprendimento, de doação, de culpabilização pela não execução das tarefas. Existe um distanciamento na compreensão entre a venda da força de trabalho e a relação efetivamente constituída. As falas apontam que os mesmos não se vêem enquanto “trabalhadores assalariados”, se vêem como professores/docentes, como categoria à parte. Entretanto, suas falas sobre a necessidade do prolongamento da jornada, vinculam-se aos ganhos salariais recebidos ou à complementação dos mesmos. Duas questões são importantes destacar. Uma dá conta de que a maioria dos pesquisados começa suas vidas profissionais agregando mais trabalho como coisa natural: “[...] trabalho assim desde que me formei”, diz o professor/médico. Noutro grupo, a incorporação do mais trabalho vai se agregando de forma gradual e imperceptível. Diz uma professora que prolonga sua jornada na mesma atividade: “[...] fazia correções de trabalhos para os colegas na aula, sem receber nada, depois queriam que eu fizesse recebendo, apareceu um, dois, foram divulgando e hoje não consigo parar porque dependo financeiramente deles também”.

CONCLUSÕES

A conclusão de uma tese, seja ela qual for, traz, obrigatoriamente, a carga histórica do pesquisador.

Esta tese, ao mesmo tempo em que é síntese, também é antítese de si mesma. Portanto, ela não deve restringir-se a um determinado período ou momento. Ela transita, dialeticamente, pela visão de mundo e pela materialização dos diversos cenários construídos ao longo da vida.

No momento em que, empiricamente, entre dúvidas, vinculava-me ao objeto de estudo – o prolongamento da jornada de trabalho, eu mesmo via-me tragado, tornando-me parte dele. Éramos eu e os meus pares, impondo-nos, cada vez mais, carga horária de trabalho e nos tornando escravos desse processo.

Assim, a conclusão deste estudo parte de questionamentos gerais, transita nas particularidades e especificidades e retorna ao todo em movimento com o objetivo de mostrar as mazelas do real significado do prolongamento e da intensificação da jornada de trabalho no contexto contemporâneo.

Os professores, na sua grande maioria, não se percebem vendendo sua força de trabalho. Não compreendem, ou não querem compreender, a existência da apropriação e lucro da mais-valia determinada no contrato de trabalho, legalmente instituído, o qual registra a carga-horária a ser cumprida.

Comprovei que em cenários, muitas vezes de invisibilidade, os professores, vão se impondo mais trabalho, nas formas de prolongamento e intensificação, como “coisas” naturais. Tantas dessas ações ocorrem de forma gradual e imperceptível, nem sempre revelada na sua totalidade. É representação em Conselhos e órgãos colegiados, substituição de colegas que faltam ou se encontram em licença de doença, substituição aos que estão em seminários, palestras, congressos, são

atendimentos a exigências de cumprimento de convites/convocações fora do horário contratual estabelecido, é atendimento a alunos fora do horário de aula, entre outras. É uma “alienação permissiva”, considerando que o somatório dessas atividades, acrescidas às outras demandas inerentes à vida cotidiana (filhos, supermercado, casa, saúde, lazer) em muito extrapolam às condições físicas e intelectuais do trabalhador. A essas manifestações, denominei de “dupla subordinação contemporânea”.

É uma luta constante, extremamente desigual, proveniente de múltiplos fatores que nem sempre se apresentam de forma visível. É um combate diário, num contexto do capitalismo selvagem, no qual a sobrevivência se sobrepõe à vivência digna.

Para tratar desse universo de relações, transitei pela via dos paradoxos que compõem o cenário contemporâneo do prolongamento da jornada de trabalho dos docentes do ensino privado de Pelotas, RS.

Utilizo a metáfora para definir as relações do prolongamento da jornada de trabalho como um quebra-cabeça gigante, no qual se vai juntando peça por peça e, quando se formata um cenário, mais um turbilhão de peças (re) amontoam-se e desafiam-me a repensar e refazer tudo novamente.

Assim foi o movimento vivenciado no estudo. Assim tem sido. Busquei na História, na minha história pessoal e na história dos trabalhadores da educação, a compreensão das causas e conseqüências dos reais motivos que têm, cada vez mais, induzido os professores a prolongarem suas jornadas. Olhar dialeticamente para esse fenômeno significa reconhecer que os fatos que o compõem são históricos, portanto, transitórios e transformáveis.

Recortes foram feitos, a fim de oportunizar o aprofundamento da discussão, de modo a contribuir para a compreensão da temática específica. Inicialmente, elegi duas categorias de trabalhadores: os da saúde e os da educação. A opção pela educação ocorreu a partir de minha vinculação profissional e sindical mais direta com ela.

O cerne da minha preocupação foi trazer à reflexão as facetas ocultas desse fenômeno que atinge os trabalhadores da educação como um todo. A temática do mundo do trabalho apresenta uma multiplicidade de enfoques que possibilita inserir

o Serviço Social na perspectiva de se somar às outras áreas profissionais, com o intuito de fazer o contraponto a essas manifestações, incorporadas pelos docentes e silenciadas pela sociedade. É indispensável, também, que aconteça a inserção e a apropriação das mazelas, decorrentes desse processo, pelos movimentos sindicais e populares, a fim de fazer o efetivo enfrentamento das questões evidenciadas nesta tese.

Os resultados do estudo podem servir como aporte e subsídios para a criação de programas e políticas sociais vinculadas às relações e ao mundo do trabalho, bem como às entidades de classes, conforme apresento a seguir:

1) A incorporação de mais ganho de renda, durante determinados períodos, seja através do trabalho eventual, seja através do trabalho permanente, entranha-se de tal forma na vida dos profissionais que os deixa dependentes desse aporte econômico, que deveria ser temporário e passageiro. A propensão ao prolongamento da jornada tem possibilitado a manutenção de um padrão de vida considerado, pelos trabalhadores, como viável.

Sobressai-se, nessas relações alienantes, também, um fetiche pela mercadoria que, num manto de encantamento, seduz os indivíduos, levando-os ao consumo de bens supérfluos, sem a devida apropriação dos mesmos. A sedução do capital é tão grande, que faz com que esses trabalhadores comprem o carro do ano, a última geração de computadores e multimídias, entre outras tecnologias, sem, no entanto, conseguir tempo de usufruí-las com mais intensidade. Reside, aqui, novamente, a não compreensão, por um quantitativo de docentes, de que uma jornada legal de trabalho “deveria” suprir as necessidades básicas elementares e, até mesmo, alguns supérfluos.

Pelo menos, duas questões colocam-se como fundamentais nesta reflexão. Primeira, o prolongamento da jornada de trabalho, que gera a dupla subordinação contemporânea, tem possibilitado a esses trabalhadores o acesso a bens de consumo, em maior quantidade e qualidade. A segunda, diz respeito às relações político-sociais e de mercado, que têm gerado a busca pela realização de “biscates” e o prolongamento da jornada de trabalho, revelando e expondo um cenário estrutural e conjuntural nada alentador.

Um país como o Brasil, que sofre com altos índices de desemprego e subemprego, que tem uma parcela significativa da população não desfrutando do mínimo necessário para a sobrevivência, convive com trabalhadores que, para poder viver um pouco melhor, necessitam trabalhar mais.

Por outro lado, cabe ressaltar que, quando alguns aumentam a carga horária de trabalho, exercendo-a de forma eventual ou permanente, passam a ocupar postos de serviços que poderiam ser destinados aos trabalhadores desempregados.

2) O prolongamento da jornada e a intensificação do trabalho dos professores incidem, diretamente, nas relações sociais, uma vez que os colocam frente a outros grupos sociais quase que mais permanentes do que o familiar. Isso significa que a permanência de tempo na escola ou na universidade faz com que os professores e os demais envolvidos nesse processo, como, por exemplo, os auxiliares e técnicos de administração escolar, convivam mais com os alunos e com os colegas de trabalho do que com o grupo familiar.

3) Constatei que a flexibilização produtiva chegou, de maneira contundente e arrasadora, à área educacional. Com base contratual, alicerçada no assalariamento, esse setor passa a incorporar as mesmas relações impostas ao mercado produtivo. É importante lembrar que a área educacional, por sua peculiaridade histórica, manteve-se, ao longo dos tempos, vinculada a uma perspectiva vocacional. Entretanto, o ensino particular, mantendo uma perspectiva de mercado lucrativo, nas décadas de 80 e 90 do século passado e no início deste, passa a empreender a política mercadológica baseada nos modelos do taylorismo e fordismo.

Nessa ótica, a revolução tecnológica, imposta aos setores industriais, passa a ser desencadeada e absorvida, fundamentalmente, no setor privado da educação. O setor familiarizou-se com o vocabulário próprio do mercado econômico, empregando, com desenvoltura, termos como educação mercadológica, educação como mercadoria, empresa-escola. Tais jargões, pois, já não soam tão estranhos, quanto soariam em tempos não tão distantes, quando a Educação, ainda, era vista como um compromisso social, não como uma profissão.

Assim, identifiquei algumas das características dos modelos industriais, agora absorvidas pela área educacional, nos mesmos moldes do chão da fábrica. Cartão-ponto, cumprimento de horário, aumento, controle e fiscalização na

produtividade, necessidade de aprovação de alunos, mesmo que não tenham atingido os objetivos propostos, valorização exacerbada da opinião do cliente/aluno (quem paga), entre outros, são exemplos concretos, vivenciados por quem trabalha na iniciativa privada. No trabalho industrial, a consciência dos trabalhadores é diferente, em decorrência de estarem mais perto da produção, o que difere do setor de serviços. Muitos dos professores ao não se perceberem enquanto trabalhadores, reafirmam a sua consciência pela natureza da produção. Nessa ótica, o prolongamento e intensificação da jornada, referendam a dupla subordinação contemporânea. É outra faceta da (re) alimentação do capital.

4) Identifiquei algumas formas da invisibilidade, socialmente construída, através do prolongamento da jornada de trabalho. As relações sociais, mediatizadas pela prática, ao mesmo tempo em que possibilitam uma “pseudoqualidade de vida”, passam, igualmente, a absorver e a desenvolver outras atividades, que se incorporam ao cotidiano dos trabalhadores como fatos naturais. Por exemplo, o acesso à informática possibilita ao docente a execução de atividades burocráticas, atendendo alunos e superiores, via *internet*, a qualquer tempo e horário e em qualquer lugar.

O exercício do trabalho, fora do estabelecido, constitui-se como hora-extra e muitas das atividades são executadas em horários que extrapolam ao formalmente contratado. Porém, crescem as demandas de chefias, alunos, *e-mails*, com propostas e rotinas de trabalho, orientações, provas, esclarecimentos de dúvidas, convocações e convites para reuniões, confraternizações, retiros, entre outros. São atividades realizadas aos sábados, domingos, feriados, quem sabe, até nas madrugadas.

A esse fetiche de qualidade de vida somam-se, também, alguns regalos disponibilizados na área industrial e comercial; são referências e “lembrancinhas” distribuídas em dias considerados especiais: nos aniversários, dia dos professores, Páscoa, Natal, entre outros. São os determinantes preceituais da qualidade de vida no trabalho, que incorporam, ainda, terapias ocupacionais, salas com multimídias, salas climatizadas, disponibilização de frutas no início de períodos, entrega de agendas e a possibilidade de financiamentos para aquisição de computadores, projetores e celulares, que se constituem como exemplos claros da mística pela aproximação gestor *versus* trabalhador e qualidade de vida no trabalho. Esses

procedimentos e benesses são assimilados como um *plus*, no intuito de proporcionar o bem-estar funcional do professor, agora tratado como “colaborador”.

Este pode ser considerado um dos pontos no qual reside um dos paradoxos mais significativos deste estudo em relação ao trabalho docente. Na manifestação do prolongamento da jornada, encontra-se uma perspectiva de realização do trabalho autônomo, seja na mesma ou em outra atividade, uma vez que pode ser realizado além do contrato formal. Esta pode ser uma opção particularizada do indivíduo.

A questão crucial é que, além de prolongar a jornada de trabalho, os professores vêm intensificando suas atividades de forma coletiva, fora de horários contratuais. É importante ressaltar, mesmo que perpassasse uma idéia de “liberalidade” por parte do empregador, de que o empregado possa cumprir com seus compromissos em qualquer lugar que esteja, este estará realizando atividades fora do “lócus” contratual, fora da escola, fora da empresa. Portanto, estará realizando atividades “extras”, acumulando horas. O que, *a priori*, é constitucionalmente ilegal. Esta constatação deve subsidiar o debate sindical.

5) O exercício extenuante no trabalho impacta, negativamente, a qualidade de vida e o produto do trabalho docente. O contrato profissional dos professores da rede particular tem, por base, a carga horária das disciplinas oferecidas no semestre. Poucos são os que possuem dedicação exclusiva, o que acarreta a cada semestre, uma disputa “silenciosa” pela carga horária, e mais, por outras atividades remuneradas que venham a compor o salário, como, por exemplo, atividades de extensão e pesquisa, orientação de trabalhos de conclusão de curso, atividades administrativas (coordenações, chefias etc.). Não se incluem, nesse estudo, outras atividades necessárias da vida cotidiana, como, por exemplo, atender às demandas familiares, de chefias, de saúde, entre outros. Várias falas, mostram que alguns convívios ocorrem somente em ocasiões como: formatura, casamento, velórios, natal, final de ano entre outros.

No século vivido por Marx, ele já falava das condições lamentáveis vividas pelas pessoas que se submetiam a jornada de trabalho de mais de 12 horas. Taylor e Fayol, do mesmo modo, abordaram questões referentes à intensificação do trabalho empresarial. Passado o tempo, a realidade atual assemelha-se, mudam, apenas, as configurações. Em tempos passados, essas imposições estavam

diretamente ligadas ao desenvolvimento tecnológico. Atualmente, já se dispõe de tecnologia bem mais avançada e, mesmo assim, os trabalhadores da educação da iniciativa privada estão impondo mais trabalho em suas vidas. Por mais que uma pessoa queira, é impossível manter um rendimento satisfatório de trabalho, exercendo jornadas exorbitantes. Além do próprio trabalho, como diz o velho Marx, ainda se continua vendendo esposa e filhos.

Desse modo, tenho a certeza de que este estudo não se esgota ao final desta etapa. Uma vida com qualidade depende, igualmente, do engajamento e mobilização de todos os segmentos envolvidos, que devem permanecer mobilizados, em busca de uma sociedade justa e igualitária.

Finalizo, rerepresentando o dizer de Gonzaguinha: “Um homem sem trabalho, não tem a sua honra, e sem a sua honra, se morre, se mata, não dá pra ser feliz [...]”.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANADON, Simone Barreto. Trabalho e Identidade docente no contexto da reforma educacional iniciada na década de 1990. Pelotas, Faculdade de Educação, PPGE-UFPel, 2005. (Dissertação de Mestrado).

ANDER-EGG, Ezequiel. **Formas de Alienacion en la Sociedad Burguesa**. Buenos Aires: Humanitas, 1987. (Guidance, 22).

ANDERSON, Perry. Balanço do neoliberalismo. In: SADER, Emir & GENTILI, Pablo (orgs.) **Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado democrático**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995, pp. 09-23.

ANTUNES, Ricardo Luiz. **Adeus ao trabalho?** Ensaio sobre as Metamorfoses e a Centralidade do Mundo do Trabalho, 4. ed. Editora da Universidade Estadual de Campinas, SP: Cortez, 1987.

APPLE, Michael. **Trabalhos docentes e textos: economia política das relações de classe e gênero**. Porto Alegre, Artes Médicas, 1995.

BACHELARD, Gaston. **O novo espírito científico**. 2.a. Ed. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1995. 151p.; p. 70 a 71.

BALL, Stephen. Cidadania global, consumo e política educacional. In: SILVA, Luiz Heron da (org). **A escola cidadã no contexto da globalização**. Petrópolis, Vozes, 1998.

_____. Diretrizes políticas globais e relações políticas locais em educação. **Currículo sem Fronteiras**, v. 1, n. 2, pp. 99-116, jul/dez. 2001.

_____. La gestión como tecnologia moral. In: BALL, Stephen J. (comp). **Foucault y la educacion**. Disciplinas y saber. 2. ed. Madrid: Morata, 1994, pp. 155-168.

_____. Profissionalismo, gerencialismo e performatividade. **Cadernos de Pesquisa**. v. 35, n. 126, pp. 539-564, set./dez. 2005.

BELCHER Jr., John G. apud SMITH, Elizabeth A. **Manual da produtividade:** métodos e atividades para envolver os funcionários na melhoria da produtividade. Traduzido por Mariluce F. C.Pessoa. Rio de Janeiro Qualitymark, 1993. 249

BODSTEIN, Regina Cele de A. **Cidadania e modernidade:** emergência da questão social na agenda pública. Cad. Saúde Pública v.13 n.2 Rio de Janeiro, abr./jun. 1997.

BOTTOMORE, Tom. **Dicionário do Pensamento Marxista.** Rio de Janeiro: Zahar, 1993.

BRASIL, Ministério da Educação. Secretaria de Educação Média e Tecnológica. **Parâmetros Curriculares Nacionais – Ensino Médio.** Brasília: MEC, 1999.

BUARQUE, Cristóvão.,1993. Qualidade de vida: a modernização da utopia. **Revista Lua Nova**, n. 31, pp. 157-165.

BUCHHOLZ, Todd. **Novas idéias de economistas mortos:** o pensamento econômico moderno. São Paulo: Tama, 1989.

BULA, Leônia Capaverde; MENDES, Jussara Maria Rosa; PRATES, Jane Cruz. **As múltiplas formas de exclusão social.** Federação Internacional de Universidades Católicas: EDIPUCRS, 2004.

CAMPAÑA, Arturo. Em busca da definição de pautas atuais para o delineamento de estudos sobre condições de vida e saúde. In: BARATA, R.B. (org). **Condições de Vida e Situação de Saúde.** Rio de Janeiro: ABRASCO, 1997.

CARDOSO, Maria H. C. de A. Quando a madrugada chegar esta noite será memória também – a construção de fontes orais e a historiografia: um estudo de caso. Tese de Mestrado (História do Brasil), UFRJ. Rio de Janeiro, 1989.

CASTEL, Robert. **As metamorfoses da questão social:** uma crônica do salário. Traduzido por Iraci D. Poleti, Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes 5 . ed., 1998.

CATTANI, Antônio. **Trabalho e autonomia.** Petrópolis: Vozes, 1996.

CODO, Wanderley; SAMPAIO, José Jackson Coelho; HITOMI, Alberto Haruyoshi. **Indivíduo:** trabalho e sofrimento - uma abordagem interdisciplinar. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 1994.

COSTA, Orlando Teixeira Filho. **Direito alternativo e flexibilização.** São Paulo: LTr, n. 56, p. 779, 1992.

CROCKER, David . Qualidade de vida e desenvolvimento: o enfoque normativo de Sen e Nussbaum. **Revista Lua Nova**, n. 31, pp. 99-133. São Paulo, 1993.

CUNHA, Antônio Geraldo da. **Dicionário etimológico.** Nova Fronteira da Língua Portuguesa. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1982.

DAL ROSSO, Sadi. **A jornada de trabalho na sociedade: o castigo de Prometeu.** São Paulo: LTr, 1996.

_____. **Jornada de trabalho: duração e intensidade.** *Cienc. Cult.* [online]. out./dez. 2006, v. 58, n. 4 [citado 23 Março 2007], pp.31-34. Disponível na World Wide Web: <<http://cienciaecultura.bvs.br/scielo>>.

DEJOURS, Christophe. **A loucura do trabalho: estudo de Psicopatologia do trabalho.** 5. ed. São Paulo: Cortez, 1998.

DEMO, Pedro. **Política Social, Educação e Cidadania.** Campinas: Papirus, 1994.

DE MASI, Domenico. **Desenvolvimento sem trabalho.** Traduzido por Eugênia Deheinzolini. São Paulo: Editora Esfera, 1999.

Dicionário On-line. Disponível em: <<http://www.priberam.pt/dlpo/dlpo.aspx>>. Acesso em: mar. 2006.

DIEESE. Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos. Disponível em: <<http://www.dieese.org.br>>. Acesso em: set. 2007.

DURKHEIM, Émile. **Educação e Sociologia: com um estudo da obra de Durkheim pelo Prof. Paul Fauconnet.** Traduzido por Lourenço Filho, 11. ed., Rio de Janeiro: Melhoramento, 1978.

ELSTER, Jon. Auto-realização no trabalho e na política: a concepção marxista da boa vida. **Revista Lua Nova**, n. 25, pp. 61-101. São Paulo, 1992.

ENGELS, Friedrich. **A Situação da Classe Trabalhadora na Inglaterra.** 2. ed. São Paulo: Global, 1985.

ENGUITA, Mariano Fernández. A ambigüidade da docência: entre o profissionalismo e a proletarização. *Teoria & Educação, Panorâmica*, n. 4, p. 41-61, 1991.

FAIRCLOUGH, Norman. **Discurso e mudança social.** Izabel Magalhães (coord). trad., rev. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 2001.

FERNANDES, Eda Conte. **Qualidade de vida no trabalho: como medir para melhorar.** Salvador: Casa da Qualidade Editora Ltda, 1996.

FRANÇA, Júnia Lessa. **Manual para normalização de publicações técnico-científicas.** 7. ed. rev. ampl. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2006.

FROMM, Erich. **Conceito Marxista do Homem.** 8. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1983.

GADON, Herman. Making sense of quality of work life programs. **Business Horizons**, pp.42-46, jan./feb. 1984.

GADOTTI, Moacir. **Concepção dialética da Educação**: um estudo introdutório. 10. ed. São Paulo: Cortez, 1997.

GODOY, Arilda S. Introdução à pesquisa qualitativa e suas possibilidades. **Revista de Administração de Empresas**. São Paulo, v. 35, n. 2, pp. 57-63.

GOLDEMBERG, Mirian, **A arte de pesquisar**: como fazer pesquisa qualitativa em Ciências Sociais. Rio de Janeiro, Record, 1997.

GORZ, André. **Metamorfoses do trabalho**: crítica da razão econômica: Traduzido por Ana Montóia. São Paulo: Annablume, 2003.

_____. **Misérias do presente, riqueza do possível**. Traduzido por Ana Montóia. São Paulo: Annablume, 2004.

GRAMSCI, Antonio. **Concepção Dialética da História**. 9. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1991.

GUERREIRO, Mario A. L. **O dizível e o indizível**: Filosofia da Linguagem, Campinas: Papyrus, 1989.

HARGREAVES, Andy. **Os professores em tempos de mudanças**: o trabalho e a cultura dos professores na Idade Moderna. Portugal: McGraw-Hill, 1998.

HARVEY, David. **Condição Pós- Moderna**. São Paulo: Edições Loyola, 1994.

HELLER, Agnes. **O Cotidiano e a História**. 4. ed. São Paulo: Paz e Terra S / A. (Interpretações da História do Homem). (s. d.).

_____. **La revolución de la vida cotidiana**. Traduzido por Gustau Muñoz. 2. ed. Barcelona: Ediciones Península, 1994.

HOBBSAWM, Eric. **A era dos extremos**: o breve século XX: 1914 – 1991. Traduzido por Marcos Santarrita. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

IAMAMOTO, Marilda V. **O Serviço Social na contemporaneidade**: trabalho e formação profissional. São Paulo: Cortez Editora, 2000.

KANANNE, Roberto. **Comportamento humano nas organizações**: o homem rumo ao século XXI. São Paulo: Atlas, 1994.

KIELING, José Fernando. **O ensino da História**: conceitos e categorias de base. Pelotas: UFPel, 1997.

KOSIK, Karel. **Dialética do Concreto**. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

LAVILLE, Christian; DIONNE, Jean. **A construção do saber**: manual de metodologia de pesquisa em ciências humanas. Porto Alegre: Editora UFMG: Artmed, 1999.

LEFEBVRE, Henri. **Lógica Formal/Lógica Dialética**. Traduzido por Carlos Nelson Coutinho, 5. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1991.

LÊNIN, Vlademir I. **Karl Marx e o desenvolvimento histórico do Marxismo**. Lisboa: Edições Avante, 1981.

_____. **Materialismo e Empiriocriticismo**. Lisboa: Edições Avante, 1982.

LIBANEO, José Carlos et alli. **Educação escolar**. São Paulo: Cortez, 2003.

LOWY, Michel. **Método Dialético e Teoria Política**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

MANCEBO, Deise. Uma análise da produção escrita sobre o trabalho docente em tempos de globalização. In: MANCEBO, Deise; FÁVERO, M.L.A.; (orgs). **Universidades, políticas, avaliação e trabalho docente**. São Paulo: Cortez, 2004, pp. 235-250.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Técnicas de pesquisa: planejamento e execução de pesquisas, amostragens e técnicas de pesquisa, elaboração, análise e interpretação de dados**. São Paulo: Atlas, 1982.

MARTINELLI, Maria Lúcia. **Pesquisa qualitativa: um instigante desafio**. São Paulo: Veras Editora, 1999. – (Série Núcleo de Pesquisa: 1).

_____. **Serviço Social: identidade e alienação**. 6. ed. São Paulo: Cortez, 2000.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **Obras escolhidas**. São Paulo: Alfa-Omega. Vol. I. (s. d.). p.337.

_____. **O manifesto do partido comunista**. São Paulo: Cortez, 1998.

MARX, Karl. O Capital. Crítica da Economia Política. Livro 1 - O Processo de Produção do Capital. 13 ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil S. A. Vol. I, 1989.

_____. **Capítulo VI Inédito de O Capital: Resultados do Processo de Produção Imediata**. São Paulo: Moraes, (s. d.).

_____. **Trabalho assalariado e capital**. 2. ed. Lisboa: Avante / SARL, 1981.

MASLOW, Abraham H. Uma teoria da relação humana. In: BALCÃO, Yolanda Ferreira; CORDEIRO, Laerte Leite. (coord.) **Comportamento humano na empresa**. 2.ed. Rio de Janeiro: FGV, 1971. pp.337-366.

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 362, DE 29 DE MARÇO DE 2007. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ Ato2007-2010/2007/Mpv/362.htm>. Acesso em: mar. 2007.

MENDONÇA, Nadir Domingues. O uso dos conceitos: uma questão de interdisciplinaridade. Petrópolis: Vozes, 1994.

MÉSZÁROS, István. **Para além do capital** – Rumo a uma teoria da transição. Traduzido por Paulo César Castanheira e Sérgio Lessa. São Paulo: Boitempo Editorial, 2002.

_____. **A educação para além do capital**. Traduzido por Isa Tavares. São Paulo: Boitempo Editorial, 2005.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **O desafio do conhecimento** – pesquisa qualitativa em saúde. 2 ed. São Paulo: Hucitec / ABRASCO, 1982.

_____. (org). **Pesquisa Social, Teoria Método e Criatividade**. 7. ed. Rio de Janeiro: Editora Vozes, 1997.

MINAYO, Maria C. S., SANCHES, Odécio, 1993. Quantitativo-Qualitativo: oposição ou complementaridade? **Cadernos de Saúde Pública**, v. 9, (3): 239-262.

MORIN, Edgar. O Método I: a natureza da natureza. 2. ed. Lisboa: Publicações Europa-América, 1977.

MOROSINI, Marília (org). Trabalho docente (verbete). In: _____. et. al. **Enciclopédia de pedagogia universitária**. v. 1. Porto Alegre: FAPERGS/RIES, 2003, p. 380.

NETO, José Paulo. **Capitalismo e reificação**. São Paulo: Ciências Humanas, 1981.

NETO, José Paulo; CARVALHO, Maria do Carmo Brant de. **Cotidiano: conhecimento e crítica**. 4. ed. São Paulo: Cortez, 1996.

NOGUEIRA, Maria Alice. **Educação, saber, produção em Marx e Engels**. 2 ed. São Paulo: Cortez, 1993.

OLIVEIRA, Dalila. A reestruturação do trabalho docente: precarização e flexibilização. **Educ. Soc. Campinas**, v. 25. n. 89, pp. 1127-1144, set./dez. 2004.

OLIVEIRA, Paulo; MENDES, Jussara M.R. **As novas perspectivas da saúde do trabalhador**. Tendências do trabalho. São Paulo. n. 265, pp. 13-17, set. 1996.

PEREIRA, Potyara A. P. **Necessidades Humanas: subsídio à crítica dos mínimos sociais**. 3. ed, São Paulo: Cortez, 2006.

POCHMANN, Marcio. **O trabalho sob fogo cruzado: exclusão, desemprego e precarização no final do século**, 3. ed. São Paulo: Contexto - Coleção Economia

POLANY, Karl. **A grande transformação: as origens de nossa época**. Traduzido por Fanny Wrobel, 2. ed, Rio de Janeiro: Campus, 2000.

RIFKIN, Jeremy. **El fin del trabajo: Nuevas tecnologías contra puestos de trabajo**: al nacimiento de una nueva era. Buenos Aires: Paidós, 1997.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **Pela Mão de Alice: o social e o político na pós-modernidade**. 4. ed. São Paulo: Cortez, 1997.

SELIGMANN-SILVA, Edith. **Desgaste mental no trabalho dominado**. Rio de Janeiro: UFRJ / Cortez Editora, 1994.

SEN, Amarty. O desenvolvimento como expansão de capacidades. **Lua Nova**, São Paulo, n. 28/29, pp.313-333, 1993.

SIMPRO. Rio grande do Sul. Convenção Coletiva de Trabalho, 2006.

SINTAE. Rio Grande do Sul. Convenção Coletiva de Trabalho, 2007.

SMITH, Adam. **Investigação sobre a Natureza e as Causas da Riqueza das Nações**. Títulos Original: An Inquiry into the nature and Causes of the Wealth of Nations. 1. ed., São Paulo: Abril S. A – Coleção os Pensadores XXVIII /1974.

SMITH, Elizabeth. A. **Manual da produtividade**: métodos e atividades para envolver os funcionários na melhoria da produtividade. Traduzido por Mariluce F. Pessoa. Rio de Janeiro: Qualitymark, 1993.

TAVARES, Maria Augusta. **Os fios (in)visíveis da produção capitalista**: informalidade e precarização do trabalho. São Paulo: Cortez, 2004.

TRIVIÑOS, Augusto N.S., **Introdução à pesquisa em ciências sociais**: a pesquisa qualitativa em educação. São Paulo: Atlas, 1987.

UNESCO. **Educação um tesouro a descobrir**. Relatório para a UNESCO da Comissão Internacional sobre educação para o século XXI. Brasília:UNESCO, 1998.

VIEIRA, Jarbas dos Santos. **Um negócio chamado educação**: qualidade total, trabalho docente e identidade. Pelotas: Seiva, 2004.

X CONFERÊNCIA NACIONAL DE SAÚDE. 1996. SUS – Construindo um Modelo de Atenção à Saúde para a Qualidade de Vida. Brasília: Ministério da Saúde.

YAZBEK, M. C., 1998. Globalização, precarização das relações de trabalho e seguridade social. **Serviço Social e Sociedade**, XIX (56), pp. 50-59.

YAMAMOTO, Oswaldo Hajime. É o cotidiano uma questão para o marxismo?. In: **Serviço Social e Sociedade**. São Paulo: Cortez, Ano XVIII, n. 54, jul / 97. p.50 - 62.

WERNECK, Humberto. 110 anos de industrialização da cidade de São Paulo. **Revista Isto É**. Edição especial, 1990, p. 130.